



De novo em 2000

A Festa da Alegria, em Braga, volta a integrar no próximo ano o calendário das grandes festividades minhotas.

Pág. 15

O caso Champalimaud

O novo acordo agora anunciado e promovido pelo Governo português mais parece ter como objectivo dar satisfação à Comissão Europeia.

■ Lino de Carvalho

Pág. 21

América do Sul está a mudar

As alterações que se estão a registar no espaço latino-americano onde, como noutras partes do mundo, se assiste à afirmação crescente da vontade das massas populares de participar no exercício do poder e no usufruto do produto social, analisadas por Aurélio Santos em entrevista ao «Avante!».

Pág. 22

Cimeira de Havana

As provocações norte-americanas para ensombrar a IX Cimeira Ibero-Americana realizada em Havana não surtiram efeito. Washington conseguiu, através de pressões, que cinco presidentes, invocando pretextos diferentes, não estivessem presentes na capital cubana, mas a meta principal não foi atingida. A Cimeira foi um êxito.

■ Miguel Urbano Rodrigues

Pág. 23

Brasileiros exigem justiça

José Rainha, dirigente do Movimento dos Sem-Terra, condenado a 26 anos de prisão num julgamento político, afirma em entrevista ao «Avante!» contar com a solidariedade internacional e com a pressão popular para que a justiça sobreviva no Brasil.

■ Isabel Araújo Branco

Págs. 24 e 25

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 18 de Novembro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1355 • Director: José Casanova

PCP honra compromissos

Já começámos a cumprir

Aumento das pensões e reformas, redução da idade da reforma das mulheres para os 62 anos, baixa da electricidade em 10 por cento, aumento digno do salário mínimo nacional: quatro projectos apresentados pelo PCP na Assembleia da República logo no primeiro dia dos trabalhos da nova legislatura. Agora está na rua a campanha pelo apoio popular a estas iniciativas.

Pág. 5



JCP comemora 20.º aniversário

Carlos Carvalhas, ao intervir, em Lisboa, nas comemorações do 20.º aniversário da JCP, sublinhou a necessidade de aumentar a cooperação das forças comunistas e de esquerda, num mundo que exige à juventude «um questionamento sistemático sobre as verdades feitas, sobre os dogmas apresentados como verdades científicas».

Centrais

EDITORIAL

Diferenças que fazem a diferença



JCP comemora 20.º aniversário

RESUMO

10
Quarta-feira

PCP apresenta na AR um projecto de lei de bases da segurança social ■ Governo chega a acordo com Champalimaud e o banco Santander sobre o caso Totta e Mundial Confiança ■ De visita a Lisboa, o administrador da UNTAET, Vieira de Mello, diz que Portugal deverá chefiar a polícia civil de Timor-Leste ■ A visita do presidente dos EUA à Grécia é adiada devido à oposição de partidos de esquerda que o acusam de ter praticado crimes contra a humanidade na guerra contra a Jugoslávia ■ Enquanto os bombardeamentos russos continuam, o presidente tchecheno, Aslan Maskhadov, propõe um plano de paz a Moscovo ■ Especialistas do Observatório dos Direitos Humanos revelam que um em cada dois russos interpelados pela polícia sofre torturas.

11
Quinta-feira

PCP, Verdes e BE rejeitam o voto de congratulação do 10.º aniversário da queda do muro de Berlim, apresentado pelo CDS/PP na AR ■ Termina a greve dos professores da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda com a imposição de condições à recém-eleita subdirectora da escola, Luísa Campos ■ Nas comemorações do 24.º aniversário da independência de Angola, o presidente José Eduardo dos Santos apela à deserção dos militares da UNITA e promete acelerar a reforma constitucional e a lei eleitoral ■ O líder da Frente Polisário, Mohamed Abdelaziz, exige, em entrevista ao DN, que o referendo sobre a autodeterminação se realize em 2000.

12
Sexta-feira

Carlos Carvalhas participa no Encontro Distrital de Quadros da ORL do PCP sobre «A intervenção do Partido nos locais de trabalho» ■ Seguindo o exemplo de Santos Silva, António Barreto, Miguel Veiga e Rui Vilar abandonam a administração do Porto 2001 ■ O relatório encomendado pelo Governo português e realizado pelo CEPS (Centre for European Policy Studies) critica a política pública adoptada para os Açores ■ Os Timorenses assinalam, pela primeira vez em liberdade, o aniversário do massacre de Santa Cruz em 1991; Xanana Gusmão critica a forma como alguns grupos humanitários das Nações Unidas estão a conduzir as ajudas no território ■ Ocorre novo sismo na Turquia com intensidade de 7,2 na escala de Richter ■ Em Islamabad, capital do Paquistão, regista-se uma série de explosões junto a instalações dos EUA e das Nações Unidas ■ Igor Ivanov, ministro dos Negócios Estrangeiros russo, acusa os EUA de quererem diminuir a influência russa no Cáucaso.

13
Sábado

Carlos Carvalhas desloca-se ao distrito de Aveiro, à Póvoa de Varzim e a Trofa ■ JCP comemora o seu 20.º aniversário numa festa nacional promo-

vida em Lisboa ■ Realiza-se o Encontro Nacional de Professores do PCP, na Quinta da Atalaia ■ CDU protesta na Pontinha contra a insegurança naquela zona ■ A astróloga Teresa Lago aceita presidir ao Porto 2001 ■ No encontro entre Jaime Gama e Shihab, ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, é acordado o restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a Indonésia ■ Intenso bombardeamento russo na Tchetchénia provoca 200 mortos.

14
Domingo

Carlos Carvalhas participa na reunião internacional promovida pela JCP, em Cacilhas, sobre «Democracia, Participação e a Nova Ordem Mundial» ■ António Guterres é recebido por Fidel Castro, em Cuba, onde participa na Cimeira Ibero-Americana ■ Xanana Gusmão, no encontro com as ONG (Organizações Não Governamentais), em Manatuto, exige que estas aceitem partilhar a coordenação dos trabalhos com o CNRT, ameaçando a sua substituição por outras organizações ■ As Forças Governamentais Angolanas anunciam a descoberta, na região do Andulo, de uma vala comum com mais de cem corpos, entre eles três oficiais da UNITA ■ O Presidente da República Democrática do Congo, Laurent Kabila, promete «esmagar» os rebeldes congolenses, o que pode comprometer o cessar-fogo assinado em Julho ■ É descoberta a segunda caixa negra do avião da EgyptAir que se despenhou ao largo da costa americana.

15
Segunda-feira

Pina Moura, Ministro das Finanças, critica a política económica dos últimos quatro anos e promete poupança nos gastos e uma reforma fiscal ■ Durante a sua visita à Turquia, Bill Clinton defende a adesão deste país à União Europeia ■ A UE condena a morte de civis causada pelos bombardeamentos da Rússia na Tchetchénia e pede uma solução negociada do conflito ■ As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (guerrilha) anunciam a aceitação da proposta de cessar-fogo apresentada pelo presidente, Andrés Pastrana ■ Uma equipa de virologistas do Instituto Karolinska descobre uma proteína que torna as várias espécies de HIV inofensivas para as células sãs ■ China e EUA chegam a acordo para a abertura dos mercados.

16
Terça-feira

Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, reclama em conferência de imprensa um aumento salarial de 6% para os sectores têxtil, vestuário e calçado ■ A fragata «Vasco Da Gama» chega a Díli ■ As Forças Armadas Angolanas afirmam ter localizado Jonas Savimbi e ter destruído 80% da sua capacidade militar ■ Termina em Havana a IX Cimeira Ibero-Americana ■ Chega a Timor o administrador da ONU, Vieira de Mello ■ O presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, admite que o referendo em Aceh pode ser realizado no prazo de sete meses.

A célebre afirmação de que uma mentira mil vezes repetida se transforma em verdade, para além de falsa na sua essência, tem, em cada situação concreta em que é aplicada, um período de validade limitado. Uma mentira amplamente difundida pode, temporariamente, passar por coisa verdadeira aos olhos de muita gente mal informada ou manipulada, mas a força da verdade acabará sempre por impor-se. Mais tarde ou mais cedo. Ao fim e ao cabo e como diz o ditado popular a verdade é como o azeite: vem sempre à tona de água.

Um exemplo: nos últimos tempos, a falsa ideia de que os partidos são todos iguais tem vindo, visivelmente, a perder terreno. Não por efeito de qualquer abrandamento da ofensiva visando fazer crer que assim é, mas por razões que têm a ver precisamente com a tal força da verdade, neste caso impulsivada pela inevitável confrontação das práticas, métodos, objectivos e projectos de cada partido. A campanha que antecedeu as recentes eleições legislativas e os resultados eleitorais verificados poderão ter dado sinais de que alguma coisa está em vias de mudar nessa matéria. De facto, nesta campanha, a seriedade, a dignidade, a verdade da intervenção do PCP destacaram-se de forma mais evidente do que em qualquer situação anterior do espectáculo, do fala-baratismo, da demagogia e do vale-tudo que caracterizou todas as restantes campanhas – e tudo isso tornou mais claro o conteúdo do objectivo dos que pretendem meter todos os partidos no mesmo saco. E esta maior visibilidade da diferença existente entre o PCP e os restantes partidos não há-de estar desligada do muito positivo resultado eleitoral obtido pelos comunistas nessas eleições.

A marca da diferença esteve também claramente visível no decorrer do debate sobre o Programa do Governo, na Assembleia da República. Nomeadamente na intervenção ali produzida pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas – intervenção que, como é hábito e por razões óbvias, não teve, na comunicação social dominante, o destaque que a sua importância exigia. A afirmação feita por Carlos Carvalhas da determinação do PCP de combater «na Assembleia da República e fora dela», tudo o que os comunistas considerarem «negativo ou retrógrado para o povo e para o país» e de, simultaneamente e sem quaisquer complexos ou sectarismos, aprovarem todas as «medidas e projectos positivos», seja qual for a força política que os proponha – não sendo uma inovação em relação à prática normal do PCP, sublinha incisivamente, pela noção de responsabilidade que dela emana, uma diferença substancial relativamente aos jogos político-partidários das outras forças com representação parlamentar, diferença que é bem provável que venha a ser registada nas memórias de mais e mais portuguesas e portugueses. E o mesmo se poderá dizer da enunciação rigorosa e exaustiva dos grandes e graves problemas que afectam e ameaçam os trabalhadores, o povo e o país, complementada pela disposição determinada dos comunistas de utilizarem todos os esforços e forças na luta pela sua resolução.

«**C**ombateremos com toda a firmeza alterações às leis eleitorais que, a pretexto da resposta à abstenção, o

que visam é a criação de uma falsa bipolarização e a obtenção na secretaria daquilo que não se obtém nas urnas» - afirmou, a dado momento, Carlos Carvalhas, sintetizando com rigor o problema em questão, pondo a nu os reais objectivos dos frenéticos defensores da chamada reforma do sistema eleitoral e separando o trigo do joio, ou seja, marcando a diferença. Com efeito, a ligação que se pretende fazer entre o sistema eleitoral e os elevados índices de abstenção não tem qualquer base séria de sustentação. Olhando para o que se passa na Europa e no Mundo, constata-se que o aumento da abstenção é um fenómeno generalizado, independentemente dos sistemas eleitorais existentes. Os índices de abstenção registados em Portugal, sendo de facto elevados, são índices, digamos assim, de «nível europeu»... situando-se até, em vários casos, abaixo dos que se verificam noutros países da União Europeia com outros sistemas eleitorais. Aliás, é óbvio que se as causas da abstenção se situassem nos sistemas eleitorais, estaríamos perante um problema de fácil, ou pelo menos não difícil, resolução... Mas a verdade é que a abstenção pouco ou nada tem a ver com o sistema eleitoral vigente e tem muito ou tudo a ver com o sistema político, económico, social e cultural dominante. E parece ser evidente que os fervorosos defensores da «reforma do sistema eleitoral» estão muito menos preocupados com o aumento da abstenção do que com o reforço desse sistema dominante.

Trata-se de, através de exemplos concretos, demonstrar «que há outra política e outras propostas e medidas», diferentes e melhores das que a política de direita pretende apresentar como uma fatalidade

Cumprir os compromissos assumidos: eis outra área na qual o PCP, pela sua postura singular, marca claramente a diferença. Assim aconteceu mais uma vez quando, logo no primeiro dia dos trabalhos da actual legislatura, o grupo parlamentar comunista apresentou quatro importantes projectos de inegável alcance social e prometidos no decorrer da campanha eleitoral. Propondo o aumento do salário mínimo nacional, a redução da idade de reforma das mulheres para os 62 anos, o aumento das pensões e reformas e a baixa dos preços da electricidade - e demonstrando tanto a justeza como a exequibilidade dessas propostas - o PCP não só dá provas, mais uma vez, da incontestável noção de responsabilidade que caracteriza a sua intervenção, como confirma de forma concludente a profunda sintonia existente entre o que diz e o que faz, evidenciando igualmente a sua reconhecida e permanente determinação de persistir na luta por mais justiça social, pelo respeito pelos direitos dos cidadãos, enfim por mais e melhor democracia. E ao apresentar estes projectos que visam a solução de problemas que afectam e afligem a vida de milhões de pessoas, os comunistas fazem-no com a simplicidade das coisas simples... Ou seja: não se trata de cumprir na base do espectáculo mediático, eventualmente rentável no imediato para quem a ele recorre e dele faz prática corrente mas inexoravelmente condenado pela inteligência e pela lucidez - trata-se, isso sim, de em todos os momentos e em todas as situações ocuparem o lugar que é o seu; trata-se de, através de exemplos concretos, demonstrarem «que há outra política e outras propostas e medidas», diferentes e melhores das que a política de direita pretende apresentar como uma fatalidade; trata-se de, através de uma coerente prática de esquerda, se assumirem, de facto, como a oposição de esquerda à prática e à política do actual Governo.

Avante!

Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa - Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90 - 21 781 71 91.
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A.
- 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!» - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A.
- 1169-161 Lisboa
Telef. 21 815 34 87/815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. 21 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capo Rota - Lishó - 2710 Sintra
Telef. 21 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 - 4470 Maia
Telef. 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
- Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
- Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!», acompanhado de cheque ou vale de correio.

Eufemisticamente

«Em Cuba “no es fácil”. Só os cegos do costume aí continuam a vislumbrar o Paraíso na Terra»: assim remata José Manuel Fernandes o seu editorial («Público» de 15.11) produzido na sequência de uma visita do autor a Havana e Varadero. A conclusão de JMF sintetiza exemplarmente a falta de seriedade intelectual que percorre todo o texto. Qualquer pessoa que conheça minimamente a realidade cubana sabe que «em Cuba no es fácil» mas não conheço uma só pessoa que identifique o país com «o Paraíso na Terra». Pelo que, quando JMF alude aos «cegos do costume», obviamente é de si próprio que está a falar.

Quem visite Cuba encontrará, sem dúvida, alguns dos fenómenos negativos que tanto impressionaram e escandalizaram JMF (sublinho alguns para deixar claro que há «fenómenos» referenciados pelo editorialista que não foram observados em Cuba, antes existiam já, solidamente instalados na sua cabeça, antes da visita). E para quem procure, com seriedade, as causas desses fenómenos negativos «es fácil» verificar que, na generalidade, elas se situam, directa ou indirectamente, naquilo que JMF não quer que se saiba e, por isso, esconde: a violenta ofensi-

va, com quase quatro décadas de existência, contra a Revolução Cubana – ofensiva que inclui o implacável bloqueio e um sem número de acções terroristas que provocaram milhares de vítimas e à qual o povo cubano tem sabido resistir com uma coragem exemplar. É claro que JMF não está em condições de entender a coerência, a dignidade, a verticalidade do povo cubano. E mesmo quando, certamente por lapso, se aproxima da verdade e escreve que «em Cuba a obsessão nacional são os americanos – os “imperialistas americanos”», logo deriva para considerações reveladoras de doências e incuráveis obsessões.

O problema de JMF é, ao fim e ao cabo, o de todos os ex-«revolucionários»: a necessidade de mostrar serviço fá-los quererem parecer mais papistas que o Papa. Essa preocupação, presente em todo o texto, assume expressão maior na «indignação» de JMF face àquilo a que chama a «tortura nas prisões». Pelo tom categórico utilizado na «denúncia» da «tortura», qualquer leitor é levado a crer que JMF esteve lá, assistiu às «torturas» ou, no mínimo, tem dados que provam o que escreve. Nada mais falso: de facto, JMF diz o que lhe disseram para dizer.

E no cumprimento desse papel que lhe está destinado supera, até, Elisandro Sanchez, apresentado como «chefe dos dissidentes, e segundo o qual «o regime cubano persegue os dissidentes mas nunca torturou ninguém, nas prisões ou fora delas»...

A existência de «gineteras» - «esse trópica-líssimo eufemismo para designar as bonitas prostitutas cuja presença é impossível deixar de notar» - escandaliza de tal modo JMF que dir-se-ia tratar-se de um fenómeno exclusivamente cubano. Ora, e para não irmos mais longe, basta desfolhar este mesmo número do «Público» para encontrarmos, a páginas tantas, um variado naipe de «ofertas», género: «Bellíssima, 26 anos (...) com tudo no sítio»; «Morena, 21 anos, linda»; «Universitária, 18 anos, lindíssima»; «Loura, 20 aninhos, busto espectacular»; «Senhora discreta, 46 anos» - e os respectivos números de telefone. Mas este é, certamente, um esquema que não escandaliza o director do «Público»: talvez porque, nestes casos, «as bonitas prostitutas» não têm necessidade de andar nas ruas: o «Público» leva-lhes os clientes a casa. Eufemisticamente, é claro.

■ José Casanova

Para onde vai a Saúde?

Constantino Sakellarides, o prestigiado Director Geral da Saúde, em vésperas de por sua iniciativa abandonar o cargo que desempenhou nos últimos anos, entregou à nova responsável pelo Ministério um relatório sobre a situação existente na área da saúde a que a comunicação social se referiu largamente durante o dia de ontem.

Quer o teor do relatório, a avaliar pelo que dele veio a público, de que consta, entre muitas outras referências aos problemas do Serviço Nacional de Saúde a acusação de que importantes recursos sociais são canalizados para “interesses particulares”, quer a onda de demissões em profissionais competentes que têm vindo a actuar no Serviço Nacional de Saúde, trazem à ordem do dia uma interrogação básica. Diz ela exactamente respeito ao que espera o país na área da Saúde - apresentada na última campanha eleitoral como a (nova) “paixão” do Governo - quando profissionais dos mais competentes e que nos últimos anos intervieram activamente na elaboração de linhas fundamentais para a regeneração do Serviço Nacional de Saúde, aparecem

agora a afastarem-se das suas responsabilidades, num mais que evidente reconhecimento da falta de condições políticas para a concretização de uma estratégia assente em serviços públicos de saúde, acessíveis a todos e de qualidade.

Vão no mesmo inquietante sentido as declarações do novo Secretário de Estado da Política de Saúde, dr. José Boquinhas, numa entrevista à revista da Associação Nacional de Farmácias, ao apresentar como primeiro exemplo de possibilidade de combate ao desperdício na área da saúde a gestão privada do Hospital Amadora-Sintra.

Se o Governo não fizer urgente esclarecimento público de que não aproveitou uma mudança de protagonistas para inverter o sentido da política de regeneração do Serviço Nacional de Saúde e para retomar velhos e estafados dogmas privatizadores de que o PSD foi o arauto durante mais de uma década, não é evidente que a sua “paixão” corre o risco de se transformar rapidamente num autêntico pesadelo?

■ Edgar Correia



Foto: Jorge Caria

Promessas - Por cumprir

SEATTLE A(s) guerra(s)

Dia 30 abre em Seattle, EUA, a reunião da Organização Mundial do Comércio - OMC, que irá lançar a Ronda do Milénio para avançar ainda mais na «liberalização» (universal) das «trocas» ou (Renato Ruggiero, primeiro director geral da OMC, *dixit*) na «escrita da Constituição da Globalização», iniciada já pelo GATT na Ronda de Punta del Este em 1986. A última versão, a de Marraquexe em 1994, tinha qualquer coisa como 22 000 páginas. É obra, para quem tudo quer «desregular» a bem da dita «liberalização»! Abre dia 30, mas até a própria agenda está ainda incerta, pois, como diz «The Economist» (13.11.99), «há 77 parágrafos e estão quase todos entre parêntesis. Isto significa que quase nada está acordado». As preparações da Ronda do Milénio terão corrido particularmente mal: «Os 135 países da OMC não podem sequer concordar com uma ordem de trabalhos (...) O receio é que Seattle seja um fiasco e a nova Ronda um nado morto» («The Economist», cit.). Já o articulista do «DN Economia» (8.11.99) titula: «Serão renhidas as negociações da OMC... O perigo de uma guerra comercial não está afastado». Não descansemos com o «fiasco» que o «The Economist» vaticina, antes atentemos na(s) guerra(s) renhida (s) que o «DN» evoca.

Para a gravidade e amplitude do que está em causa, já breve mas certamente alertou o nosso Partido (Comunicado da CP de 28.10.99), pelo que não nos alongaremos aqui. Sublinhemos antes que em Seattle vai haver guerra, como antes de Seattle, como depois de Seattle - como, aliás, durante toda a história do GATT que deu nascença à OMC em 1994. Desde logo e sempre, guerra ofensiva dos mais ricos e poderosos contra os mais pobres e subdesenvolvidos do mundo; guerra também entre os ricos da «Triade» - EUA, Europa, Japão; guerra ainda da imensa maioria dos povos do mundo, dos países mais pobres ou subdesenvolvidos, contra a voracidade das grandes transnacionais e do capital financeiro que os tem posto a saque em nome dum «free trade» de via única; guerra também por parte de todos os que, mesmo nos países mais ricos e poderosos, se defrontam com as devastadoras consequências da «competitividade» monopolista. Todas estas «guerras» se agudizam hoje devido à deteriorada conjuntura mundial, agravada pela crise económica que tem abalado a economia capitalista desde 1997 e para a qual a saída é ainda precária e cheia de novos riscos.

Setembro passado, na 54.ª Assembleia Geral da ONU, Bill Clinton celebrou uma vez mais as virtudes do «liberalismo», i.e., do capitalismo sem freio. Mas é tal o mundo à sua volta que, retórico, reconheceu: «Há hoje 40 milhões de pessoas que morrem de fome cada ano, tantos como durante a 2.ª Guerra Mundial. Mais de mil milhões de pessoas vivem com menos de 1 dólar por dia», deplorou compassivo, para, temeroso, interrogar-se a seguir: «O capitalismo irá permitir uma melhor partilha das riquezas no século que está a vir, ou vai ele tornar os desesperados do mundo ainda mais desesperados?» Perante tão crucial dilema, Bill Clinton aponta a saída: «A abertura dos mercados é a solução». Esta é a filosofia real da OMC: que todos se abram mais para que melhor entre nos vossos «mercados» e saque ainda maiores lucros.

Esses tais «desesperados» que Clinton refere (e teme...) não perderam todavia a esperança - e lutam. Lutam diariamente e em todo o mundo. E não é uma luta em vão. Pequenas e grandes vitórias, muitas, vão sendo alcançadas. E a própria incerteza que domina hoje Seattle, se em grande parte se deve às contradições interimperialistas e à feroz competição entre as grandes transnacionais, decisivamente decorre da resistência e da luta, mais e mais convergente, dos trabalhadores e dos povos do mundo, a imensa maioria da humanidade. Pode «The Economist» considerar que o «mais preocupante» agora «é a falta de entusiasmo em muitos meios para qualquer ulterior liberalização». Por nós, o mais encorajante é o amplo e diversificado movimento de resistência, protesto e reivindicação que os trabalhadores e os povos têm desenvolvido contra o *diktat* neoliberalista. Razão tem o director da OMC, Daniel Hartridge, ao assinalar com preocupação que pela primeira vez na história do GATT e da OMC, em Seattle, vão encontrar-se «os ministros na sala e os manifestantes na rua».

■ Carlos Aboim Inglez

SEMANA



EUA prometem pagar dívidas à ONU

A administração do Presidente norte-americano Bill Clinton chegou a um acordo com o Congresso dos EUA (dominado pela maioria do Partido Republicano, adversário do Partido Democrata que elegeu Clinton), onde se decidiu que o país vai começar a pagar a sua gigantesca dívida de mil milhões de dólares à ONU, prevenendo-se que o pagamento seja feito ao longo de três anos. Em contrapartida, a administração Clinton cedeu às pressões dos Republicanos na questão do aborto - cuja defesa constituía uma das traves-mestras do programa eleitoral e da retórica política

da candidatura de Bill Clinton -, aceitando cortar o orçamento anual que a sua administração concedia às organizações que defendiam o aborto. Há, entretanto, outro dado significativo para a concretização deste arranjo entre a Casa Branca e o Congresso: trata-se do facto de os EUA estarem à beira de perder o direito de voto na Assembleia Geral da ONU se não pagassem, pelo menos, 350 milhões de dólares a esta organização internacional até 31 de Dezembro deste ano. Neste quadro, as contestações a esta cedência de Bill Clinton ao reaccionarismo do Congresso na questão

do aborto consideraram que ela foi, no mínimo, precipitada, se não mesmo incompreensivelmente desnecessária, dado que a maioria republicana do Congresso dificilmente poderia continuar com a sua chantagem de veto ao pagamento à ONU, quando os EUA já estavam na iminência de perder o seu voto na Assembleia Geral por incumprimento sistemático das suas responsabilidades financeiras para com esta organização mundial.

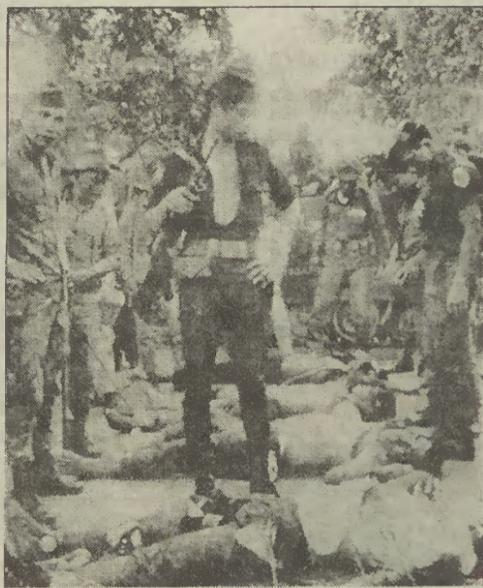
Nova gerência no «Porto 2001»

O novo presidente da Câmara Municipal do Porto, Nuno Cardoso, nomeou esta semana a astrónoma Teresa Lago para substituir o banqueiro Artur Santos Silva à frente da Sociedade Porto 2001, que vai conduzir a preparação e a concretização do evento «Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura». O banqueiro Artur Santos Silva apresentara há dias a sua demissão afirmando expressamente que o fazia por desacordos «insanáveis» com o Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho que, por sua vez, delegou a responsabilidade da substituição no presidente da Câmara Municipal do Porto, Nuno Cardoso, que a efectuou o fim-de-semana passado com a nomeação de Teresa Lago. Recordar-se que a Sociedade Porto 2001 entrara em funções muito recentemente. Entretanto, os membros da equipa formada por Artur Santos Silva apresentaram igualmente a sua demissão em bloco como expressão da sua solidariedade e,

apesar dos apelos deste para que se mantivessem em funções, parte deles mantiveram a sua decisão de se retirarem do projecto.



ONU abre caminho a tribunal para julgar crimes em Timor-Leste



O Conselho Económico e Social (CES) da ONU, apesar de objecções da Indonésia e de nove outros países, apoiou na segunda-feira passada o apelo para a constituição de uma comissão internacional que recolha informação sobre «possíveis violações» de direitos humanos em Timor-Leste. A comissão de inquérito - que poderá ser o primeiro passo para o estabelecimento de um tribunal das Nações Unidas de crimes de guerra para Timor-Leste - é apoiada pela Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Mary Robinson, e foi aprovada em Setembro pela Comissão de Direitos Humanos da ONU. Na votação na segunda-feira no Conselho Económico e Social, 27 países apoiaram o apelo da Comissão de Direitos Humanos para um inquérito internacional, 10 opuseram-se e 11 abstiveram-se. Os dez países que votaram contra foram a Arábia Saudita, China, Índia, Indonésia, Omã, Paquistão, Rússia, Síria, Sri Lanka e Vietname. O CES, um órgão da Assembleia Geral da ONU composto por 54

membros, condenou as «vastas e sistemáticas violações de direitos humanos e da lei humanitária internacional em Timor-Leste» e as «actividades das milícias que aterrorizaram a população». Segundo a Lusa, o Conselho apoiou o apelo do secretário-geral da ONU para o estabelecimento de uma comissão internacional de inquérito «com adequada representação de peritos asiáticos» para cooperar com a Comissão Nacional Indonésia de Direitos Humanos e os investigadores das Nações Unidas na recolha de informação sobre possíveis violações, enquanto, durante o debate, o embaixador da Indonésia na ONU, Makarim Wibisono, reiterou a rejeição de Jacarta a um inquérito internacional e pôs em causa a legalidade da reunião de Setembro da Comissão de Direitos Humanos da ONU e a imparcialidade de Mary Robinson. Ainda segundo a Lusa, o embaixador de Portugal na ONU, António Monteiro, disse que a cooperação da Indonésia é essencial e poderá abrir uma nova era na região.

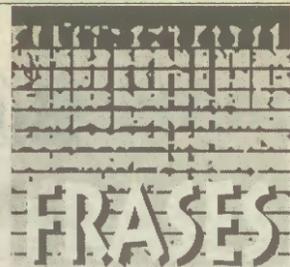
Terramoto na Turquia

Um novo e violento terramoto devastou de novo a Turquia, atingindo 7,2 na escala de Richter e provocando, até agora e num balanço provisório, 452 mortos e 2382 feridos confirmados, para além de dezenas de milhares de desalojados, que se juntaram aos outros 600 mil desalojados do terramoto de Agosto passado, continuando todos sem abrigo. Os dois terremotos ocorreram ao longo de uma linha de falha perto de Istambul, que ainda não está quebrada, havendo previsões dos sismólogos de que um terceiro e igualmente catastrófico terramoto estará mais ou menos eminente na zona de Istambul. Tal como aconteceu no terramoto de Agosto, neste segundo abalo detectaram-se mais deficiências de construção em vários dos edifícios que desabaram, enquanto os sobreviventes continuam a queixar-se da enorme burocracia para terem acesso aos escassos apoios governamentais para a sobrevivência imediata.

Esperança no combate à SIDA

Uma equipa de virologistas do Instituto Karolinska, em Estocolmo (a instituição responsável pela atribuição do Prémio Nobel da Medicina) descobriu acidentalmente uma proteína que torna todas as variantes do vírus HIV incapazes de infectar as células sãs. Estes cientistas já efectuaram testes com a nova proteína em células doentes, animais infectados e em cinco pessoas com SIDA que, em qualquer dos casos e até agora, não criaram efeitos secundários nem criaram resistências por parte do vírus. Acresce que estes resultados foram igualmente reproduzidos em todas as variantes do HIV, enquanto o próximo passo será testar o processo em 500 suecos seropositivos e saudáveis. Se os

resultados se confirmarem, estes investigadores prevêem que dentro de 10 anos será possível comercializar um tratamento eficaz contra a SIDA, optimismo não totalmente partilhado pela Comissão Nacional da Luta Contra a SIDA que, em declarações ao *Diário de Notícias*, por um lado escusava-se a comentar a notícia alegando «não estar na posse dos dados» e, por outro, que, a confirmar-se esta nova descoberta dos cientistas suecos, estar-se-á «a subir apenas mais um degrau na enorme escada» que é e tem sido esta luta, argumentando que nem sequer se sabe ainda «se o objectivo no futuro será a produção de uma vacina terapêutica ou preventiva» contra a SIDA.



“O PSD é um partido que não sabe viver sem um ambiente interno cheio de ruídos, intrigas e conspirações.”

(Pedro Cid - «Jornal de Notícias», 12.11.99)

“Estou penalizado”

(Pedro Bacelar, ex-Governador Civil de Braga, depois do afastamento por indicação do PS - «Público», 12.11.99)

“Carrilho não pede aos colaboradores que tenham ideias, pede-lhes que concordem com ele.”

(Alfredo Barroso - «Focus», 15.11.99)

“Ficou no ar essa ideia de que anda aqui conflito Norte-Sul, não no teatro clássico dos conselhos de arbitragem do futebol, mas no do centralismo “culto” contra o “provincianismo nortenho”.”

(Miguel Gaspar - «Diário de Notícias», 11.11.99)

“Os convites valem o que valem, mas o que realmente interessa é ter a coragem de assumir, num momento difícil, as responsabilidades de um projecto muito importante para a cidade.”

(Nuno Cardoso, Presidente da Câmara do Porto, citado em «Diário de Notícias», 14.11.99)

“As recusas não ficam na História”

(idem, ibidem)

“Champalimaud sai por 300 milhões”

(manchete - «Público», 12.11.99)

“A negociata que ameaçava transformar Portugal numa República das Bananas é agora um modelo de civilização. Tudo passa pelo mercado. Tudo é feito às claras. Todos passam a ser de novo amigos.”

(Sérgio Figueiredo - «Diário Económico», 12.11.99)

“Nas circunstâncias completamente anómalas que Berlim viveu desde 1945, a construção do muro foi apresentada como visando essencialmente estabelecer uma fronteira com as características de qualquer outra fronteira entre as duas Alemanhas, estados soberanos que mutuamente se reconheciam como tal. Foi uma solução correcta? Os custos políticos e simbólicos que teve prejudicam definitivamente qualquer justificação para que ele tivesse havido. Mas a História foi assim.”

(Ruben de Carvalho - «Diário de Notícias», 12.11.99)

Já começámos a cumprir!

Comunistas honram compromissos eleitorais

Mal se iniciou a nova legislatura o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia um conjunto de projectos, dos quais se destacam quatro propostas: o aumento das pensões de reforma; a redução da idade da reforma das mulheres para 62 anos; a elevação do valor do salário mínimo e a baixa em 10 por cento dos preços da electricidade, este último já foi de resto debatido no Parlamento (ver página 6). Tratam-se de compromissos assumidos pelos comunistas na campanha eleitoral que não caíram no esquecimento.

Com o objectivo de divulgar estas medidas e mobilizar a opinião pública para a sua defesa, o PCP iniciou na segunda-feira uma campanha nacional, no âmbito da qual se realiza, até ao próximo

domingo, uma série de iniciativas de propaganda e contacto com as populações.

Nestas acções, a decorrer um pouco por todo o país, com especial incidência dos grandes centros urbanos,



centenas de militantes das diferentes organizações do Partido estão a distribuir um desdobrável que explica o conteúdo e a justeza das quatro propostas, as quais, no entender dos comunistas,

são «inteiramente realizáveis».

No caso de Lisboa, a campanha está especialmente direccionada para as empresas do distrito, junto às quais, com o apoio de um estúdio

de som móvel, é lançado um apelo aos trabalhadores para que apoiem o PCP a concretizar estas importantes medidas que se traduzirão na melhoria geral das condições de vida de grande número de portugueses.

Contudo, à semelhança do que acontece noutros pólos urbanos, os comunistas da capital têm igualmente marcado presença nos locais mais frequentados, como são os mercados e feiras, terminais de transportes públicos, artérias mais frequentadas. Algumas iniciativas serão ainda aproveitadas para a venda da edição de hoje do «Avante!».

Igualmente no âmbito desta campanha, foram produzidos tempos de antena para a Televisão e Rádio públicas. Na RTP1, será emitido hoje, quinta-feira, depois do Telegiornal da noite; na RDP1, depois do noticiário das 13 horas.

Nestas breves passagens pelos órgãos de comunicação social de grande audiência, o PCP sublinha a necessidade e oportunidade das suas propostas, que «podem ser aprovadas se contarem com um forte e activo apoio na sociedade portuguesa e se todos os que as acham justas e positivas fizerem ouvir a sua voz».

Pensões e reforma

Repor a justiça social

A melhoria gradual das pensões de reforma é uma medida urgente que o PCP há muito defende. Para que não fiquem dúvidas, basta lembrar mais de metade (55%) dos pensionistas do regime geral e 65 por cento dos pensionistas do regime geral por invalidez recebem 32 600 escudos, ou menos. Este valor é ainda menor no caso do regime especial agrícola, onde 570 mil pensionistas recebem apenas 24 200 escudos. Mas há ainda 100 mil pessoas, do regime social, com pensões de 23 600 escudos. Sem demagogias, o PCP apresenta um projecto realista e financeiramente sustentável para a melhoria imediata das pensões mais

degradadas. Apontando sucessivos aumentos a efectuar até ao final da presente legislatura, propõe-se que nesse prazo, os beneficiários com até 15 anos de descontos auferam 42 400 escudos; de 15 a 40 anos de descontos, passem a receber entre 43 100 escudos e 66 300 escudos. Para a pensão social, o valor proposto é de 31 100 escudos, sendo que para os trabalhadores agrícolas o montante seria de 31 850.

Para o PCP, este é um passo para começar a repor a justiça social em relação àqueles que deram os melhores anos da sua vida na produção de riqueza para a sociedade.



Tarifas e electricidade

É possível uma redução de 10%

A baixa das tarifas da electricidade favorece o desenvolvimento económico do País e a melhoria do nível de vida geral. Hoje, os portugueses continuam a pagar a electricidade mais cara da Europa, se for tido em conta o poder de compra real dos nossos salários. Enquanto isso, a EDP encaixa todos os anos lucros fabulosos: 104 milhões de contos em 1998 e 50 milhões de contos nos primeiros seis meses de 1999. Há um ano, o Grupo Parlamentar do PCP propôs a redução de 15 por cento das tarifas. Em

Dezembro de 1998, verificou-se de facto uma redução média nacional de 6 por cento, sendo de 10 por cento para o segmento industrial e apenas de 4,7 por cento para os consumidores domésticos.

Considerando que os preços devem continuar a baixar, o PCP defende uma baixa média dos preços em 10 pontos percentuais, a entrar em vigor no ano 2000, que se reflecta em particular nas contas mensais dos consumidores particulares.

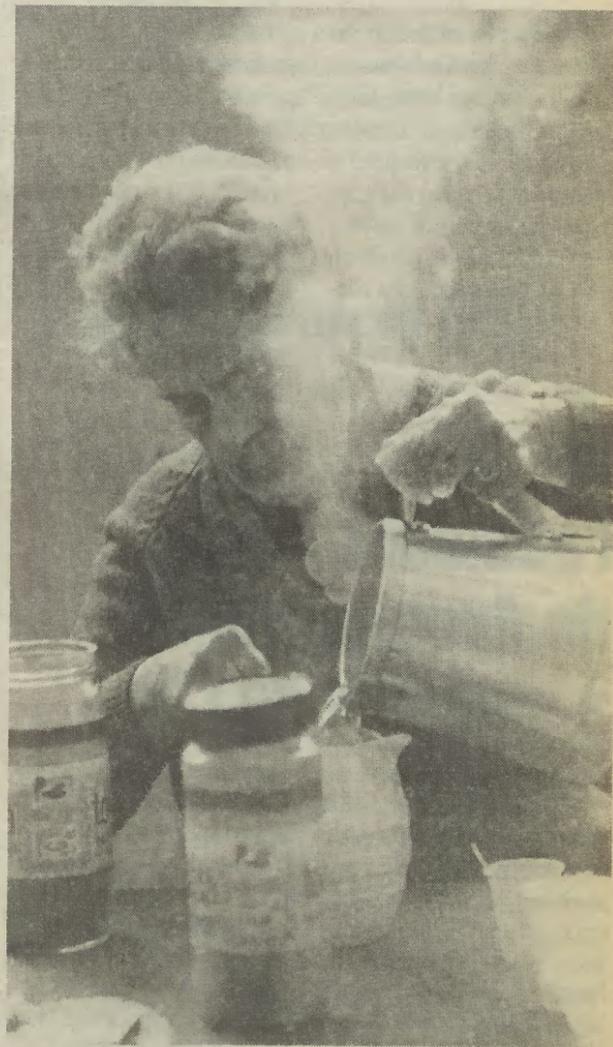
Aposentação aos 62 anos

Um direito das mulheres

O PCP volta a propor que as mulheres recuperem o seu direito de se reformarem aos 62 anos. Recorde-se que, em 1993, a pretexto da igualdade de tratamento em homens e mulheres» o Governo do PSD de Cavaco Silva aumentou a idade mínima para os 65 anos. Na verdade, este recuo baseou-se apenas em critérios economicistas, na ânsia de reduzir os encargos da segurança social à custa dos direitos das mulheres.

Já na anterior legislatura, os comunistas apresentaram um projecto de lei no sentido de corrigir esta situação, contando inicialmente com os votos do PS. Porém, depois de ter sido aprovada na generalidade, os socialistas mudaram o seu sentido de voto e a proposta acabou por ser rejeitada.

Apesar das contrariedades os comunistas não desistiram, conscientes de que se trata de um direito das mulheres que nunca deveria ter sido retirado. Por isso voltam a apresentar o seu projecto de lei.



Salário mínimo

Mais perto da Europa

Centenas de milhar de trabalhadores, entre os quais se contam muitos jovens e mulheres, recebem o salário mínimo nacional, ou seja 61 300 escudos por mês. É o valor mais baixo em toda a Europa, atrás da Espanha (83 465 escudos), e da Grécia

(90 636 escudos). É um salário que deixa o trabalhador no limiar da pobreza. Visando a sua melhoria e aproximação progressivas aos salários praticados nos restantes países da União Europeia, o PCP propõe que todos os anos seja actualizado 3

por cento acima da inflação verificada. Deste modo, no final desta legislatura, o salário mínimo atingirá os 75 contos. A proposta do Partido estabelece ainda um aumento imediato de 3200 escudos, fixando o valor mínimo em 64 500 escudos.

Por razões de interesse social e económico

PCP quer baixar tarifas da electricidade

Os deputados socialistas deverão inviabilizar hoje o projecto de resolução do PCP que recomenda ao Governo uma redução de 10 por cento no preço das tarifas da electricidade para o ano 2000. Sendo nós o país da União Europeia em que os consumidores pagam mais cara a factura da energia eléctrica, em termos de paridade do poder de compra, o pretexto invocado pela bancada do PS para travar esta medida de inegável alcance social e económico, em debate no Parlamento faz hoje oito dias, foi o de que não faz sentido a Assembleia da República interferir nas tarifas da electricidade, porquanto, segundo o deputado socialista José Penedos, há uma entidade reguladora que decide sobre a matéria.

Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista, tratou de demonstrar a fragilidade desta argumentação. Desde logo, observou, porque dela releva a confirmação de que, afinal, «o PS quando afirma no Programa de Governo que o Estado passará a ter somente um papel regulador do mer-

cado o que está a fazer é demitir-se de assumir as suas responsabilidades, deixando os cidadãos na dependência do livre arbítrio e do jogo dos interesses económicos

Mas ao Governo – a não ser que por activa omissão –, caberá sempre uma palavra. É que, como lembrou o parla-

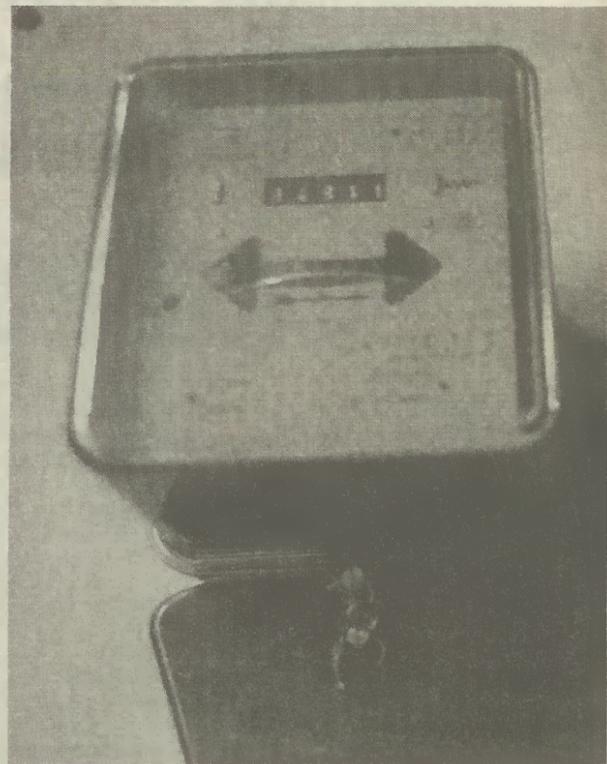
mentar do PCP, no processo para fixação de tarifas a Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE) é obrigada a ouvir a Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência e o Conselho Tarifário. Isto é, continua o Governo a dispor de todas as possibilidades para intervir na definição dos preços da energia eléctrica. Mais: a fixação destes deve levar em conta os três critérios definidos no próprio diploma que cria a entidade reguladora, ou seja, o interesse dos consumidores, o interesse das empresas do sector e o interesse público.

Daí que a única razão que pode explicar o chumbo do projecto de resolução contendo uma recomendação para a baixa das tarifas de electricidade seja, como fez notar Lino de Carvalho, a completa falta de vontade política

do Governo e do PS para que as famílias, sobretudo as de menores recursos, e as empresas, designadamente as pequenas e médias, paguem menos, no final do mês, pelas suas facturas de electricidade.

Desmontado por Lino de Carvalho ao longo do debate foi ainda o argumento segundo o qual a redução das tarifas desequilibraria a situação financeira da EDP, com isso prejudicando os accionistas detentores de acções adquiridas no processo de privatização.

«Apesar da diminuição das tarifas em 1999, apesar da fraca afluência das águas às albufeiras no 1.º semestre deste ano, que obrigou a EDP a “ter de recorrer à produção de electricidade por via térmica, com os consequentes agravamentos de custos”,



Os consumidores portugueses, em termos de paridade do poder de compra, no conjunto dos países da União Europeia, são os que pagam a energia eléctrica mais cara

apesar disto tudo – sublinhou – o Grupo EDP terminou o 1.º semestre com um crescimento de sete por cento no consumo de energia eléctrica, em relação ao período homólogo do ano de 1998, que pro-

duziu um “resultado líquido consolidado” (isto é, depois dos impostos) de 50 milhões de contos, o que aponta para lucros, no final do exercício deste ano, idênticos aos de 1998.

Para os comunistas não é assunto encerrado Taxa de activação deve acabar

O Grupo Parlamentar do PCP reiterou a sua solidariedade política, «sem ambiguidades» à Comissão de Utentes contra a taxa de activação e o aumento do tarifário dos telefones que, depois de amplas acções de protesto levadas a cabo no ano passado, fez chegar à Assembleia da República uma petição sobre o assunto subscreta por mais de 50 000 cidadãos.

Para o PCP, sublinhou-o Joaquim Matias, este não é, pois, um assunto encerrado. No debate suscitado na semana transacta em torno da petição o parlamentar comunista foi mesmo mais longe e garantiu que, face à situação que se perspectiva, já no início do ano, de um novo quadro no regime das comunicações telefónicas fixas, a sua bancada avançará com uma nova inici-

ativa legislativa, caso se mantenha esta «inusitada taxa de activação».

Recorde-se que o PCP, que atempadamente criticou aquela taxa e desde a primeira hora está com a legítima luta dos utentes dos telefones, por a considerar «socialmente injusta e legalmente injustificada», propôs na Legislatura passada a sua abolição por lei, o que só não obteve vencimento porque o PSD e o PP, dando o dito por não dito, inviabilizaram à última hora a iniciativa legislativa dos deputados comunistas.



Em petição à Assembleia da República mais de 50 mil cidadãos disseram que a taxa de activação é socialmente injusta e legalmente injustificada

Faculdade de Arquitectura à margem da Lei

O Grupo Parlamentar do PCP exigiu a presença do Ministro da Educação na Assembleia da República para análise dos factos que consubstanciam inúmeras irregularidades no funcionamento da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. O envio urgente ao Parlamento de todos os relatórios, dados e informações sobre esta matéria, bem como a presença do juiz responsável pela sindicância iniciada em 1998 à escola foram ainda exigidos pela deputada comunista Luísa Mesquita. Estava-se no debate centrado no conteúdo de uma petição assinada por onze mil cidadãos, no qual é exigido o direito a uma formação de qualidade e é exigido à tutela a reposição da Lei e a resolução dos múltiplos problemas de

que resulta o mau funcionamento daquele estabelecimento de ensino.

Entre os principais problemas elencados pelos alunos estão o «abuso de poder por alguns professores catedráticos», bem como a «ausência de alternativa democrática interna», isto sem falar no «incumprimento dos princípios básicos da Lei e do Direito».

Perante a total incapacidade do Governo para «agir e alterar a situação», como denunciou Luísa Mesquita, existem ainda outros problemas como a «prática de ameaças tanto a docentes como a funcionários e alunos», a par da «manietação da ascensão das carreiras docentes e dos júris às provas de doutoramento» e de «práticas prepotentes pelos corpos administrativos».

Ideal comunista está vivo

O Parlamento aprovou um voto de congratulação pelo 10.º aniversário da queda do Muro de Berlim. Para além do CDS/PP, partido proponente, o texto acolheu o apoio das bancadas do PS e PSD. O mesmo não fizeram PCP, PEV e BE, que votaram contra, optando os deputados socialistas Strecht Ribeiro e Isabel Pires de Lima pela abstenção.

As razões sobre o sentido de voto da bancada comunista deus Octávio Teixeira. Para o distanciamento do PCP relativamente a um texto pelo qual perpassa uma «linguagem trauliteira e provocatória» concorre, desde logo, o facto de ser usado como pretexto para uma «rancorosa e insolente criminalização de ideais humanistas de progresso e transformação social que ao longo deste século batalharam pela supressão do capitalismo com a justa ambição da construção de novas sociedades».

É que, como sublinhou o presidente da formação comunista, «o que foi derrotado não foi o comunismo ou o ideal comunista». O que foi derrotado «foi um modelo em que a democracia política foi substituída pelo autoritarismo do Estado, menosprezando o valor intrínseco da liberdade e da democracia».

Daí que, para os comunistas, neste virar de século, num mundo em que milhões e milhões de seres humanos são atingidos pela «guerra, a fome e miséria», ao mesmo tempo que se verifica «uma concentração da riqueza sem precedentes» e um

acréscimo das «desigualdades em múltiplas vertentes da vida humana e das sociedades», faça todo o sentido continuar a pensar que a superação deste quadro negro possa ser concretizada com o socialismo «e não no capitalismo que as gera e que delas se alimenta».

Por isso, da mesma forma que assume claramente uma posição de rejeição de tudo o que, «afrontando os ideais comunistas», desfigurou «os nobres objectivos emancipadores de experiências de construção do socialismo» - sem todavia esquecer «as conquistas e as mudanças e influências positivas que essas experiências, apesar de tudo, trouxeram à marcha do mundo» -, o Grupo Parlamentar do PCP assumiu uma inequívoca posição de rejeição pelo conteúdo do voto subscreto pelo CDS/PP.

Ao proceder deste modo, como sublinhou Octávio Teixeira, a bancada comunista votou contra «um “voto de congratulação” apresentado e apoiado por quem, sendo defensor do capitalismo, não aceita considerar-se cúmplice ou co-responsável dos extensos crimes, tragédias, ditaduras e agressões a países soberanos que a história do capitalismo integra, mas já pretende, absurda e preconceitualmente, arvorar-se em tribunal da História, criminalizar outras ideias e corresponsabilizar os comunistas de Portugal e de outros países em todo o mundo por aquilo que não cometeram».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PCP

Radiotelevisão Portuguesa Urge inverter o caminho para o abismo

Viabilizar o serviço público de televisão implica, hoje, uma «firme vontade política» e uma prática que, de uma vez por todas, «acabe com as indefinições quanto ao futuro da RTP e inverta o caminho para o abismo» a que a empresa tem sido conduzida. Quem o afirma é o deputado comunista António Filipe, para quem o actual serviço público de televisão não corresponde nem ao que se quer dele nem ao que minimamente lhe é exigido.

Neste quadro, de onde releva ainda a profunda crise a que a RTP chegou, urge, por conseguinte, «assegurar a todos os cidadãos portugueses um serviço público de televisão digno desse nome», defendeu o deputado do PCP, convicto de que tal desiderato «não passa por meras palavras inscritas no programa do Governo nem por chavões indefinidos tipo “pacto de regime” ou “amplo consenso nacional”».

António Filipe, que falava numa das sessões plenárias da semana transacta, considerou que a situação de crise «em que se afunda a Radiotelevisão Portuguesa confronta o

PS com um dos maiores fracassos da sua governação».

É sobretudo uma história de «estimáveis propósitos», anunciados há quatro anos, os quais nunca chegaram a ver a luz do dia: «nem saneamento financeiro, nem filosofia de programação que se entenda, nem aproveitamento de meios

humanos e técnicos, nem sequer um mínimo de estabilidade indispensável ao funcionamento de uma qualquer empresa».



A crise profunda em que mergulhou a RTP constitui um dos fracassos do Governo do PS e é um espelho da sua capacidade para assegurar um serviço público de televisão digno desse nome

Arrasador nas suas críticas, António Filipe lembrou que, não obstante as «boas palavras de governantes e directores», o resultado de sucessivas gestões traduziu-se «num fiasco monumental que põe em evidência a total incapacidade do Governo PS para superar a situação de grave

prospectivos trabalhadores, assistiu-se a uma instabilidade de chefias quase permanente, a uma indefinição de uma estratégia coerente para o serviço público de televisão, a tentativas de pseudo-reestruturações sectoriais que escondem mal os objectivos de privatização dos sectores potencialmente

mas precisamente o contrário. O que criticamos ao Governo e aos responsáveis da RTP é a falta de uma política que valorize esse serviço aos olhos dos cidadãos e que leva muitos deles a considerar como inglorio qualquer investimento público que seja feito na RTP».

Governo enterrou reforma fiscal

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de dar o dito por não dito no capítulo da reforma fiscal, cedendo assim, uma vez mais, à pressão dos “lobbies” que «dominam em múltiplos campos a sociedade portuguesa». Embora já evidenciado na apresentação do Programa do Governo, quando apenas se falou na aprovação de um «único imposto geral sobre o património», este recuou, vai agora mais longe e traduz-se na admissão em apenas proceder a uma reforma da tributação do património imobiliário edificado.

Para Octávio Teixeira, que falava no debate de urgência sobre esta matéria agendado por iniciativa do CDS/PP, resulta assim claro que «não haverá»

qualquer reforma fiscal com o actual Executivo do PS.

O próprio debate do Programa do Governo revelara já essa intenção do «bi-Ministro das Finanças e da Economia» em enterrar «sem qualquer pudor a ideia do imposto geral». Mais do que uma asneira, porém, como fez questão de sublinhar o presidente do Grupo comunista, esta decisão governamental de apenas admitir a reforma do património imobiliário edificado corresponde a uma «decisão política de continuar a beneficiar, ilegítima e escandalosamente, a riqueza, os rendimentos e as aplicações e actividades financeiras».

Ora é aqui que reside a questão política de fundo, para a qual o deputado comunista cha-

rou a atenção, levando-o a inquirir: «Que razões, que moral, pode ter um Governo para tributar uma casa de habitação valorizada em 30 mil contos, por exemplo, e, simultaneamente, não tributar uma quinta com o valor de 130 mil contos ou um património em acções no valor de dois milhões de contos?»

«Nenhuma razão, nenhuma moral. Apenas a vontade política de continuar a privilegiar os mais privilegiados», afirmou ainda Octávio Teixeira, para quem o imposto geral sobre o património, ou imposto sobre a riqueza, constitui um «elemento essencial num sistema fiscal que se pretenda basear no princípio da capacidade contributiva».

Porquê? A resposta deu-a ainda Octávio Teixeira adiantando três ordens de razão: por um lado, «pela possibilidade de atingir a capacidade de pagar inerente à titularidade de activos patrimoniais»; por outro, devido à possibilidade de «conseguir a discriminação positiva dos rendimentos, tributando relativamente mais os rendimentos de capitais face aos rendimentos do trabalho»; por último, «o imposto sobre o património contribui para a melhoria do controlo da determinação da matéria colectável dos impostos sobre o rendimento», sendo por isso um «elemento importante no combate aos níveis escandalosos de fraude e evasão fiscal que se registam em Portugal».

PÓVOA DE VARZIM CDU em campanha

Carlos Carvalhas esteve no passado sábado na festa de apoio à candidatura da CDU à Assembleia de Freguesia da Póvoa de Varzim. A iniciativa contou com a animação musical de Manuel Freire, que foi muito aplaudido pela numerosa assistência que ocorreu ao polivalente da Escola Flávio Gonçalves. Na parte política intervieram Catarina Silva, jovem candidata, Trocado da Costa, eleito da CDU na Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim e mandatário da actual lista, Joaquim Cancela, da Intervenção Democrática, e Manuel Rocha, cabeça de lista à Freguesia onde estão marcadas eleições para o próximo dia 28 deste mês.

PORTIMÃO Feira gera conflito

A Câmara de Portimão, de maioria absoluta do PS, decidiu entregar a organização da tradicional Feira de S. Martinho à associação privada AMPOR. Esta, por sua vez, contratou a uma empresa os pavilhões para alugar aos feirantes. Só que os preços exorbitantes não foram do agrado destes que prontamente manifestaram o seu protesto.

A Comissão Concelhia de Portimão do PCP responsabiliza o executivo camarário, sublinhando que a actual política de entrega a privados dos serviços da autarquia é errada e terá custos elevados para os contribuintes.

Mas o caso da Feira revela também incúria e desleixo. Há dois anos, o evento não se realizou porque a Câmara não preparou o terreno, e passado todo este tempo o local continua impróprio para acolher feirantes e visitantes. Como solução de recurso, foi encontrado um recinto que, segundo o PCP, não reúne as condições necessárias e acarreta custos inoportunos para os feirantes.

Os comunistas consideram que o objectivo da Câmara é acabar com o a Feira de S. Martinho, à semelhança do que aconteceu à Feira de Agosto que deixou de se realizar, para assim proteger os interesses das grandes superfícies comerciais.

Por último, o PCP exige o início das obras do prometido Parque de Feira e Exposições, salientando a importância desta infra-estrutura não só para a feira e mercado mensal mas também para a realização de outras iniciativas de carácter económico e cultural no concelho.

ESPOSENDE Figueiredo sai em falta

O presidente da Câmara Municipal de Esposende, Alberto Figueiredo, renunciou ao cargo a meio do mandato, sem ter cumprido o que prometeu às populações. A Concelhia do PCP condena o desempenho do eleito considerando que «atitudes destas não dignificam a política e os políticos e contribuem para o afastamento dos cidadãos na vida política».

Para trás o eleito do PSD deixou as promessas não cumpridas como o ordenamento da orla costeira, a melhoria da barra, a criação de espaços verdes, ou a recuperação do parque escolar. E mesmo as que diz ter cumprido são questionadas pelos comunistas. É o caso da rede de saneamento na cidade, cujos efluentes estão desde há 20 anos a jorrar para o Cávado; a construção de habitação social sem as necessárias infra-estruturas, com os detritos a terem o mesmo destino; a especulação imobiliária em Ofir, Apúlia e Foz do Neiva; o abandono do interior do concelho.

A organização do PCP não lamenta a saída de Figueiredo, responsável pela actual situação de Esposende, mas alerta que o eleito será substituído pelo seu «delfim» e «se o mestre fez mal, o que fará o aprendiz?»

FARO Faltam transportes

A população de Faro queixa-se da falta de transportes que servem o novo Centro de Saúde, recentemente transferido para uma zona diferente. Dando razão aos protestos, a Comissão Concelhia de Faro do PCP exige que Câmara Municipal, o Governo Civil e a ARS intervenham junto da Empresa de Transportes EVA, que presta serviços no concelho para encontrar rapidamente uma solução para o problema.



Bragança Magusto festeja eleição do deputado

A Comissão Distrital de Bragança do PCP realizou na sua sede, em Bragança, no passado sábado, um magusto/convívio para assinalar os resultados do dia 10 de Outubro e comemorar a eleição de Agostinho Lopes, pelo círculo eleitoral de Braga.

Neste Magusto/Convívio participaram muitos militantes e simpatizantes bem como independentes. O dirigente distrital José Brinquete, foi o primeiro a usar da palavra para referir que no distrito de Bragança a campanha eleitoral da CDU, pretendeu levar às populações e ao povo do Nordeste em geral as suas propostas, que sendo inovadoras muitas delas são hoje apoiadas por outras forças políticas. José Brinquete realçou a intervenção do cabeça-de-lista, Lídio Correia, na defesa das propostas e do projecto da CDU, tanto nos debates realizados com outros candidatos como nos contactos com as pessoas. Por fim referiu como positivo o aumento de votos verificados na Coligação, cerca de 26 por cento a nível distrital.

Agostinho Lopes começou por dizer que ao ser eleito por Braga se sentia também, duma certa forma eleito por Trás-os-Montes, devido às afinidades que tem com esta região, salientando que o Partido e os

transmontanos podem contar com ele para defender na Assembleia da República os seus legítimos direitos.

De seguida abordou aspectos da situação política nacional e as preocupações que o Partido tem relativamente à constituição e programa governamental, alertando que a alteração à legislação eleitoral, com o falso argumento de aproximar os deputados dos eleitores, tem como objectivo diminuir a representatividade. Agostinho Lopes afirmou que nada impede que os deputados hoje se aproximem dos seus eleitores só não o fazem porque não querem trabalhar nesse sentido.

Agostinho Lopes abordou ainda o tema da Segurança Social e criticando as propostas governamentais, que visam entregar as pensões e reformas às seguradoras privadas: «todos nós sabemos como é que as seguradoras tratam já hoje as pessoas quando a elas recorrem, quer por desastre, quer por qualquer outro motivo».

O dirigente falou ainda de problemas ligados ao desenvolvimento da região, da situação agricultura e dos agricultores e das dificuldades que a juventude enfrenta no acesso ao ensino e no ingresso no mundo do trabalho.

CAMARADAS FALECIDOS

Maria Isabel Garcia

Maria Isabel Almada Pereira Garcia, de 62 anos, faleceu recentemente vítima de doença. Era militante da Organização de Freguesia de S. Sebastião, no concelho de Setúbal.

Joaquim José Bernardino

Joaquim José Bernardino faleceu aos 82 anos. Integrou a célula da EDP, a Comissão de Trabalhadores e a Organização dos Reformados da empresa. Presentemente fazia parte da organização de Freguesia de S. Sebastião, no concelho de Setúbal.

Carlos Alberto de Carvalho

No passado dia 10 de Novembro, faleceu Carlos Alberto Marques Pedrosa de Carvalho, que contava 41 anos e era operário. Foi um dos grandes impulsionadores do movimento dos deficientes no distrito de Leiria, ajudando a fundar a respectiva organização. Foi igualmente membro da Direcção Nacional da Associação Portuguesa de Deficientes.

Adelino do Vale Alves

Adelino do Vale Alves era membro do Partido desde 1975. Foi um dos fundadores da Liga de Agricultores de Barcelos e integrou a Comissão Concelhia do Partido, com a responsabilidade do trabalho camponês. Faleceu recentemente com 62 anos.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências

Professores comunistas denunciam Governo passa competências sem garantia das verbas

O Encontro Nacional de Quadros Professores que reuniu na Quinta da Atalaia, no passado sábado, cerca de uma centena de camaradas das principais regiões, possibilitou uma discussão alargada do quadro político resultante das eleições legislativas, em especial na esfera educativa, e a consideração dos problemas do novo ano lectivo e das orientações e perspectivas para a acção futura dos docentes comunistas.

Falando na abertura e no encerramento dos trabalhos, Edgar Correia, membro da Comissão Política, passou em revista um conjunto de pontos dos quais, salientando a «necessidade de aprofundar a caracterização da situação na área educativa» e de valorizar o «importante conjunto de objectivos» alcançados nos últimos anos graças à luta dos docentes.

Por outro lado, Edgar Correia frisou que, «no plano da política educativa foram dados passos, pelo anterior Governo, num sentido contrário à defesa do ensino público e da elevação da sua qualidade, nomeadamente o novo regime de gestão das escolas e o crescente desvio de recursos públicos para o ensino privado. Daí a importância do desenvolvimento do muito vasto e diversificado movimento, já em curso, de defesa da escola pública e da sua qualidade».

O dirigente comunista referiu-se à maior participação dos pais e ao alargamento das competências das autarquias na vida das escolas, alertando para o facto de o Governo «procurar fomentar elementos de divisão e desresponsabilizar-se pelas dificuldades existentes». Neste novo quadro salientou «a necessidade de aprofundar o debate dos problemas e a cooperação concreta entre os comunistas que intervêm na vida das escolas - docentes, pais, estudantes e autarcas».

Quanto ao financiamento da educação foi chamada a atenção para as orientações de inspiração neoliberal que procuram comandar toda a vida escolar através da imposição de rácios economicistas. A este respeito foi sublinhado o propósito do PCP apresentar na Assembleia da República de um projecto de lei sobre o financiamento do ensino público.

Edgar Correia afirmou ainda que «o reforço da organização, da participação na vida do Partido e da intervenção dos docentes comunistas, a nível local, regional e nacional, constituem questões e tarefas da maior importância política. O papel da realização de iniciativas, quer de âmbito nacional, quer descentraliza-

das mas de temática nacional, para o alargamento e irradiação da nossa influência».

Escola do insucesso

No final do Encontro foi aprovado um comunicado que considera que a escola «conti-

sar e reformular os programas e currículos, com a participação das organizações sindicais e profissionais de professores, nomeadamente no sentido de uma melhor articulação com a necessidade de inserção na vida activa dos jovens que completam a frequência escolar».

Os professores comunistas analisaram com preocupação os problemas resultantes da transferência de numerosas competências na área da educação e do ensino para os municípios, sem que esteja devidamente garantida a transparência de verbas correspondentes, e por estarem a

tração das escolas e jardins de infância», afirmando ter-se instalado em muitas escolas «um exercício de poder conflituoso, por vezes mesmo autocrático, assente num acentuado decréscimo da participação real dos docentes».

Neste sentido deve prosseguir a luta por «um modelo de gestão que concilie eficácia e participação democrática, que seja suportado por uma responsável prática de autonomia, e não, como acontece, num simulacro de autonomia que mais não é do que um processo de desresponsabilização».

Sobre a aplicação da Lei-



A rede pública do pré-escolar continua a ser escassa em algumas zonas do país

nua a ser reprodutora e consolidadora das desigualdades sociais, empurrando boa parte dos estudantes para claras zonas de insucesso, muitas vezes mascarado pela proliferação de currículos alternativos de diversa índole». Por isso, é «indispensável repen-

ser cometidas às autarquias exigências para as quais elas não dispõem em muitos casos de estruturas e técnicos adequados.

Mais adiante sublinham «o fracasso que está a ser a aplicação no terreno do novo modelo de gestão e adminis-

-Quadro do Pré-Escolar, os professores comunistas denunciam o facto de boa parte dos investimentos públicos estar a ser atribuída ao sector privado e às IPSS's, constatando que em algumas zonas do país o alargamento da rede pública é escasso.

PCP/Açores defende justiça remuneratória

Os comunistas açorianos divulgaram no passado domingo o conteúdo de três projectos de lei que visam compensar todos os trabalhadores pelos custos da insularidade.

As propostas que serão discutidas nos próximos dias 23 e 24 na Assembleia Legislativa Regional prevêem uma acréscimo de 5 por cento ao salário mínimo nacional a aplicar no arquipélago; uma remuneração complementar para a administração regional e local e a criação de um complemento de pensão para todos os reformados e pensionistas residentes na região autónoma.

Na base destas propostas está o elevado custo de vida e o facto de os trabalhadores do sector privado ganharem, em média, menos do que os do Continente.

A injustiça remuneratória é hoje reconhecida por todas as forças políticas, tendo o governo regional aplicado já este ano uma redução de 15 por cento nas taxas de IRS e IRC. No entanto, esta medidas só beneficiou os trabalhadores de

rendimentos mais elevados deixando de formar largas camadas da população. Com as medidas agora apresentadas todos seriam compensados, salienta o PCP, considerando que «a primeira vitória está alcançada», uma vez que aqueles que ontem estiveram contra estas medidas hoje apresentam propostas no mesmo sentido.

O PCP declarou-se disposto a dialogar com todos os partidos, com o Governo e parceiros sociais, sublinhando que aceita «uma clara e transparente negociação dos valores a fixar, mas não aceita que se pretenda incluir normas desviadoras dos objectivos finais».

Sobre o orçamento 2000, os comunistas colocam a tónica na necessidade de dotar convenientemente a rubrica das calamidades e que sejam ponderadas. O PCP entende que «o Plano e o Orçamento devem ser globalmente viabilizados, mas entende também que o Governo regional não pode nem deve fechar os ouvidos às opiniões que os parceiros sociais e muitas autarquias expressam».

Ílhavo e Santa Maria da Feira

Novos CT's dinamizam trabalho do Partido

No passado sábado o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, participou na inauguração de dois novos centros de trabalho do Partido no distrito de Aveiro – o de Ílhavo e o de Santa Maria da Feira.

Carlos Carvalhas chegou ao centro de Ílhavo pouco antes do meio-dia, onde foi recebido por cerca de cinquenta camaradas e amigos que lhe deram as boas-vindas a esta «terra de heróis marinheiros». Em seguida, e a pé, percorreu algumas das principais artérias da cidade onde foi sendo sempre muito saudado e acarinhado, dirigindo-se ao novo Centro de Trabalho.

Aí procedeu-se ao acto simbólico da inauguração, após visita às instalações. O actual CT dispõe de um espaço totalmente amplo no rés-do-chão do novo prédio que substituiu a antiga sede do PCP. Composto por uma sala de convívio, uma sala para o trabalho político, uma marquise e ainda um pátio que constitui um óptimo espaço para várias actividades, nomeadamente pequenas festas comemorativas.

O camarada João de Almeida, coordenador da Comissão Inter-Concelhia, sublinhou a grande importância das novas instalações para o trabalho do partido nos concelhos de Ílhavo e Vagos. Seguidamente usou da palavra Carlos Carvalhas que manifestou a sua satisfação por estar na terra de Mário Sacramento, enalteceu o trabalho de todos os camaradas e amigos que ajudaram na preparação do novo espaço e desejou votos de bom trabalho. José Barreto, na sua qualidade de vice-director do jornal *O Ilhavense*, uma das muitas instituições e associações convidadas

para este evento, ofereceu duas lembranças ao Partido nas pessoas de João de Almeida e Carlos Carvalhas. Seguiu-se um pequeno porto de honra, numa altura em que as instalações eram já manifestamente insuficientes para receber toda a gente que quis estar presente nesta festa dos comunistas ilhavenses.

Os presentes seguiram depois para almoço, realizado num restaurante da cidade, no qual parti-

Instalações renovadas na Feira

Pelas três e meia da tarde a azáfama era geral. Dezenas de camaradas ultimavam os preparativos da festa. Os rostos revelavam um sentimento misto de alegria e ansiedade que o momento justificava plenamente.

Desde há muito tempo que as condições de trabalho nas velhas instalações, abertas em 1984, se tinham degradado. Nos últimos anos, já chovia no seu interior e as reuniões tinham de ser feitas com a ajuda de agasalhos bem quentes.



Mais de 300 pessoas visitaram o CT da Feira

ciparam 120 pessoas. Na ocasião, João Almeida salientou o esforço de todos os que contribuíram para o novo centro de trabalho, considerando que o PCP «não é um partido qualquer. Somos um partido orgulhoso da sua luta passada, um partido tenaz na nossa luta presente; um partido optimista na perspectiva do seu futuro».

À tarde o CT voltou a encher desta vez para celebrar o S. Martinho com febras, castanhas... e vinho.

Com a chegada de Carlos Carvalhas, pelas 16 horas, foi efectuada uma visita ao Centro, pela camarada Manuela, a responsável pelas obras. Na primeira sala estava uma exposição fotográfica sobre as diferentes fases do CT. Meia hora depois, o som da «Internacional» foram içadas as bandeiras, cerimónia que fez parar o trânsito na rua do Casal. Seguiram-se as intervenções, começando João Gustavo, em nome da JCP, por dar conta do papel da organização juvenil que nos últimos três anos reanimou aquele espaço. João terminou com um desafio à juventude feirense para continuar a «dar força àquele espaço alternativo, aberto a todos os que nele quiserem desenvolver actividades».

Ricardo Cardoso, em nome da Concelhia do Partido, afirmou ser esta a altura de começar uma nova fase da intervenção política virada para fora. Entretanto, lembrou que as obras ainda precisam de ser pagas pelo que apelou à contribuição de todos os presentes, e ao seu empenhamento na recolha de fundos durante os próximos meses.

Carlos Carvalhas não escondeu a sua alegria pela abertura do novo espaço. O dirigente comunista frisou que o novo Centro é um importante meio de aprofundamento da ligação do Partido às massas trabalhadoras.

A festa continuou com um porto de honra, um magusto e um churrasco, prolongando-se até às duas e meia da manhã com uma *jam session* de rock com jovens músicos do concelho. Ao todo mais de 300 pessoas passaram por ali para conhecer as novas instalações do Partido.



O porto de honra no novo CT de Ílhavo

«O caso Champalimaud não vai ser único»

– Extracto da intervenção de Carlos Carvalhas em Ílhavo

«(...) Com o leilão de empresas básicas e estratégicas Portugal corre o risco de alavancas fundamentais da economia portuguesa ficarem nas mãos de centros de decisão externos.

No passado recente o Banco Totta “rendeu” aos espanhóis na retoma para “mãos portuguesas” mais do que o custo do Centro Cultural de Belém. Foi como se tivéssemos oferecido aos espanhóis um Centro Cultural de Belém.

Os espanhóis agradecem naturalmente...

Agora com esta negociata os espanhóis ficam não só com o Totta como ficaram com o Crédito Predial Português (CPP)!

E nunca foi clarificado todo este imbróglio. Nunca foi clarificada a afirmação do Secretário de Estado de que o grupo Champalimaud tinha sido beneficiado pelo Estado. Nem os documentos que desapareceram.

Mas já se pode fazer uma comparação entre o preço de venda da privatização do Totta e do

Crédito Predial Português e os preços actuais... É o “fartar vilanagem!”

E nestas negociatas ainda teremos de ver se o Governo também vai impor à Caixa Geral de Depósitos a venda ao BCP de um ou dos dois bancos, ou se vai obrigar a CGD a distribuí-los para contemplar os apetites de cada banqueiro...

E depois de tudo isto veremos ainda quanto é que isto vai custar ao erário público.

(...)

É inaceitável o silêncio do Governo sobre a conferência da OMC em Seattle?

Qual é a posição do Governo português. Quais as consequências para Portugal e para os portugueses.

É preciso dizer não aos *diktats* neoliberais. Não se pode aceitar que os EUA em nome dos «mercados», que não têm certificado de eleitor, queiram impor a lei do mais forte riscando as soberanias dos Estados. (...)»

Um esforço exemplar

– Declarações de Carlos Carvalhas em Santa Maria da Feira

«(...) A inauguração deste belo espaço que abre novas perspectivas de trabalho deve-se ao esforço e ao empenhamento de muitos camaradas e amigos, à militância e ao trabalho voluntário de muitos entre os quais queremos distinguir a contribuição e o entusiasmo da juventude.

Na exposição fotográfica logo à entrada acabámos de ver os primeiros trabalhos de construção e o comício que assinalou a compra da casa e do terreno com o camarada Álvaro Cunhal e do Jaime Serra. São fotografias que vistas a esta distância nos tocam a todos.

Não virando as costas às dificuldades, com muito trabalho e determinação hoje aqui estamos depois de anos de lutas, com a nossa identidade e com os nossos ideais a inaugurar este magnífico espaço, casa dos comunistas e de todos os democratas e progressistas.

(...) Nesta legislatura logo nas primeiras horas da abertura da Assembleia da República apresentámos um conjunto de projectos-lei sobre medidas que sublinharam a nossa intervenção na campanha eleitoral: salário mínimo, salários, reposição da idade da reforma das mulheres para os 62 anos.

Pela nossa parte tudo faremos para que nesta legislatura venham a ser aprovadas medidas e projectos positivos e empenharemos todas as nossas energias na Assembleia da República, como fora dela, para combater tudo o que entendamos ser negativo ou retrógrado para o povo e para o país. (...)»

Trofa assinala 1.º aniversário

O primeiro aniversário da elevação da Trofa a concelho foi assinalado num grande jantar/concerto, promovido no passado sábado com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. A iniciativa teve ainda a participação de Manuel Freire que cantou e declamou vários poemas.

Para além de numerosos militantes e simpatizantes comunistas, vindos das freguesias que hoje constituem o novo concelho, estiveram presentes alguns membros da ex-comissão promotora e várias outras individualidades da terra, que mesmo partilhando outros projectos partidários, quiseram

associar-se à comemoração dos comunistas. Isso mesmo foi salientado na intervenção do camarada Vítor que lembrou os passos dados na elevação da Trofa a concelho e o contributo seguro e firme do PCP nesse processo, que é reconhecido por todos os trofenses.

Carlos Carvalhas sublinhou a importância da união de esforços e da luta comum em prol de objectivos que têm em vista melhorar a vida das populações e afirmou que o PCP defende uma democracia em Portugal, em que os direitos políticos, económicos, sociais e culturais não são separáveis.



É fundamental unir esforços para melhorar a vida da população

TRABALHADORES

A firmeza na luta teve resultados

Depoimento de Adão Mendes, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN

«Avante!»: Que alterações provocou a redução efectiva dos horários de trabalho, designadamente nas empresas onde o patronato só a adoptou após uma cerrada luta dos trabalhadores?

Adão Mendes: A redução do horário de trabalho para as 40 horas, sem perda de direitos, só foi possível, no sector têxtil e em diversas empresas, após 56 semanas de lutas muito duras, com enormes sacrifícios de milhares de trabalhadores.

Hoje, a realidade mostra que tínhamos razão. Grande parte das empresas sentiu a necessidade de acelerar processos de modernização e de reestruturação do aparelho produtivo, e não o faria se tudo fosse como antes. Promoveram acções de formação nos locais de trabalho, não só para a área produtiva, mas também na Saúde, Higiene e Segurança no trabalho.

A redução dos horários mostrou que o desemprego no distrito de Braga, particularmente no Vale do Ave, manteve os níveis de outros anos, particularmente no desemprego estrutural (de longa duração) e, hoje, um dos grandes problemas continua a ser, de facto, a modernização do tecido produtivo e a elevação da formação profissional e académica dos nossos trabalhadores.

A actividade sindical ganhou novas dinâmicas e despertou para novas realidades.

A generalidade das entidades patronais também vai olhando com mais respeito para o movimento sindical e a CGTP-IN, até porque os próprios trabalhadores hoje reagem com mais eficácia e coragem contra a violação dos direitos.

De que forma a forte participação dos trabalhadores, nomeadamente dos jovens, nas lutas travadas desde 1996, influenciou a capacidade de intervenção e a organização sindical?

As mulheres e os jovens foram, nestas lutas, fundamentais para a vitória.

No sector têxtil, foram as mulheres, por motivos óbvios, o motor de toda a luta e foram os jovens, muitos deles contratados a prazo, que animaram as lutas desenvolvidas nas diversas empresas.

O movimento sindical reforçou a sua capacidade de acção e intervenção, foram efectuadas centenas de sindicalizações e muitos dos delegados eleitos «nasceram» das lutas e demonstram grande vontade e capacidade para a acção. O futuro está garantido e estará cada vez mais garantido, se as dinâmicas de luta pela valorização do trabalho e pela dignificação dos trabalhadores se tornarem realidade.

Em 4 anos, conseguimos vergar o patronato a reconhecer as 40 horas com direitos, conseguimos obter dos tribunais a reintegração dos trabalhadores despedidos do Complexo Grundig e da Riopete, vencemos o processo da Filda, com a reintegração das 11 heróicas mulheres. Impedimos a falência de muitas empresas. Promovemos dezenas de lutas contra o pacote laboral e em defesa da Segurança Social. Pela nossa acção, centenas de trabalhadores clandestinos foram legalizados, dezenas de reformados foram apoiados e defendidos perante a violação dos seus direitos, centenas de jovens contratados a prazo passaram a efectivos, centenas de trabalhadores colocados por empresas alugadoras de mão-de-obra passaram para os quadros das empresas onde prestavam serviço, centenas de trabalhadores receberam formação profissional e sindical, que lhes proporcionou melhores condições de vida e de trabalho.

Hoje somos, sem dúvida, mais acarinhados, mais respeitados e tidos em conta pelos diversos parceiros sociais, por universidades, associações e organizações diversas.



Divulgados documentos do Congresso da CGTP

Começou a ser distribuído um número especial do «CGTP Acção», que inclui uma separata de 120 páginas com o projecto de Programa de Acção que vai ser apresentado ao 9.º Congresso da central, marcado para 10 e 11 de Dezembro, no Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL, na Junqueira).

A par da discussão do documento – de que publicámos alguns excertos, em edições anteriores do «Avante!» –, decorre a eleição de delegados.

No congresso vão igualmente ser debatidas alterações aos Estatutos e resoluções, estas últimas sintetizadas num caderno de 8 páginas, também em distribuição.

Nesta página iniciamos a publicação de depoimentos de dirigentes da CGTP, a quem o nosso jornal solicitou que respondessem a perguntas sobre as suas áreas de responsabilidade e intervenção.

Construção prepara grande sindicato no Sul

Depois de uma alteração estatutária, em Junho de 1997, ter alargado o âmbito e a denominação, está agora convocada para 2 e 3 de Dezembro uma assembleia geral extraordinária do Sindicato da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul, para submeter à aprovação dos associados os novos Estatutos.

As alterações propostas pela direcção do sindicato são, desta vez, mais substanciais, sobretudo no que toca à estruturação e funcionamento dos órgãos de «um grande sindicato do sector ao nível do Sul do País», abrangendo os distritos de Lisboa, Beja, Évora, Faro, Portalegre, Santarém e Setúbal. Estão marcadas assembleias gerais nos diversos sindicatos, para deliberar a sua integração na nova estrutura, de acordo com as decisões sobre reestruturação sindical, aprovadas no 8.º Congresso da CGTP.

Com os Estatutos que vão ser votados daqui a duas semanas a direcção do Sindicato da Construção do Sul procura «imprimir um melhor e mais rico funcionamento orgânico aos novos órgãos, a eleger após a publicação das alterações estatutárias no Boletim do Trabalho e Emprego», e

«simultaneamente, capitalizar todas as sinergias sindicais disponíveis, congregando esforços, racionalizando meios técnicos, materiais e humanos, que garantam o desenvolvimento de um trabalho sindical permanente, virado para o interior das empresas e locais de trabalho».

Contratação

Independentemente do nível salarial em que está enquadrado, qualquer trabalhador da construção civil e obras públicas deverá ter, no ano 2000, um aumento mínimo de 8 mil escudos na sua remuneração média mensal, defende o Sindicato da Construção do Sul, na proposta de revisão salarial que, depois de aprovadas no âmbito da federação do sector, estão em discussão com os trabalhadores. O sindicato prevê que, «à semelhança de anos anteriores, conhecendo-se a postura que as associações patronais assumem no decorrer do processo, não vai ser fácil obter à mesa de negociações o conjunto de propostas de âmbito social» contidas no documento, pelo que é fundamental o envolvimento dos trabalhadores.

Apreensões certas na Administração Pública

Depoimento de Paulo Trindade, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN

«Avante!»: A Administração Pública está agora melhor do que na altura do 8.º Congresso da CGTP?

Paulo Trindade: Infelizmente, para todos os utentes dos serviços públicos e, também, para os trabalhadores da Administração Pública, este importante sector não está melhor do que estava na altura do último congresso, antes pelo contrário.

Proseguiu-se uma política de desresponsabilização do Estado face às funções sociais. Criou-se um enquadramento legal visando a privatização de áreas e serviços fundamentais. Acentuou-se a perspectiva de o utente ser cliente, ou seja, para além de o trabalhador por conta de outrem ser o principal financiador do Orçamento de Estado, porque é o único que não pode fugir ao pagamento de impostos, tem ainda, cada vez mais, que pagar taxas para ter acesso aos serviços.

Relativamente aos trabalhadores da Administração Pública, acentuaram-se os factores de desmotivação profissional. Aumentou-se a diferença entre o valor do índice 100 das carreiras de regime geral e o valor do salário mínimo nacional (de 4,3 por cento, em 1995, passou-se para 7,6 por cento em 1999). Criou-se toda uma teia legislativa, visando «legalizar» o trabalho precário através de novas formas jurídicas. Reduziu-se – até inconstitucionalmente – o vínculo público, para diminuir a garantia de estabilidade de emprego. Fez-se uma pseudo-reestruturação de carreiras, que não corrigiu injustiças anteriores e criou novas injustiças.

É claro que, pela luta, se conseguiram ganhos pontuais, num ou noutro departamento, numa ou noutra carreira. Porém, as apreensões são mais que muitas, quando lemos no programa do actual Governo que este se propõe «alterar o quadro regulador das relações laborais na Administração Pública», quando já

conhecemos a proposta de lei governamental para a alteração da Lei de Bases da Segurança Social ou a sua intenção explícita de não efectuar a reforma fiscal que se impõe.

Que «prazo de validade» têm as expectativas criadas, as promessas feitas e os compromissos assumidos pelo partido do Governo para com os trabalhadores do Estado, muitos dos quais estão por cumprir desde as eleições de 1995?

Pelo que atrás referi, as expectativas criadas esgotaram o seu prazo de validade. O actual Governo não tem qualquer benefício da dúvida por parte dos trabalhadores da Administração Pública. E, neste aspecto, em termos de potenciação da mobilização social e sindical, estamos em melhores condições do que estávamos em finais de 1995.

É, porém, fundamental que a luta em defesa dos serviços públicos, ou seja, em defesa das funções sociais do Estado, seja assumida por todo o movimento sindical e pela sociedade em geral. É nesse sentido que estão a ser trabalhados os documentos que irão ser submetidos a discussão no 9.º Congresso da CGTP-IN.



TRABALHADORES

Mil despedimentos por ano até 2002 ADtranz quer fechar fábrica da Amadora

As estruturas representativas dos trabalhadores repudiaram veementemente o plano da multinacional e afirmam-se dispostos a fazer tudo para que a ADtranz/Sorefame «continue a ser o orgulho das gentes da Amadora».

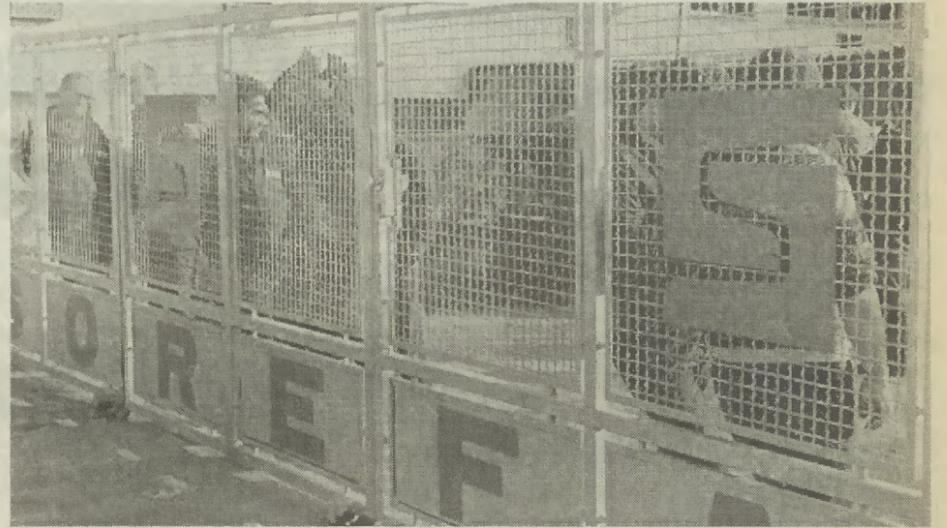
Na passada sexta-feira foi distribuído um comunicado da administração, anunciando um «plano de reestruturação global», aprovado «na sequência dos maus resultados obtidos pelo Grupo ADtranz nos últimos três anos» e que tem como meta uma redução de custos «na ordem dos 60 milhões de contos».

O plano – refere o comunicado subscrito por Manuel Norton, administrador-delegado da filial portuguesa – inclui seis pontos, mas o peso fundamental vai para a «concentração fabril».

A ADtranz alega «um excedente de capacidade técnica que ronda os 40-50 por cento», para anunciar o encerramento de

seis fábricas: duas na Suíça, uma na Alemanha, outra em Portugal, mais uma na Noruega e ainda outra nos EUA. «Até ao final de 2002, o Grupo ADtranz reduzirá a sua força de trabalho em cerca de 3 mil postos de trabalho: mil na produção, 600 na engenharia e componentes e 1400 nos serviços de administração central», afirma a empresa.

Para a multinacional, o mercado ferroviário português «está longe de absorver» os cerca de 420 veículos que actualmente constituem a capacidade de fabrico das unidades industriais da ADtranz, na Amadora e em Sines. A concentração implicará, num prazo de «perto de ano e



Nos planos da multinacional pesam sobretudo o valor dos terrenos e a abertura de novas possibilidades para aumentar a exploração dos trabalhadores (foto de arquivo)

meio», a fusão das duas fábricas «numa só, cuja localização se encontra ainda em estudo».

No entanto, ao dissertar sobre as opções para tal localização, Manuel Norton acaba por dizer que «a fábrica da ADtranz na

Amadora encontra-se, hoje em dia, cercada por prédios, construídos encostados aos nossos muros, o que impede a nossa permanência».

Firme repúdio

Ainda no dia 12, em reunião com a administração, a Comissão de Trabalhadores da ADtranz/Sorefame expressou claramente o seu repúdio pela forma como «tão levianamente» foi levantada a hipótese de fecho das instalações na Amadora. Num primeiro comunicado, distribuído segunda-feira, os organismos representativos dos trabalhadores contrariam os argumentos da administração e sublinham que «a Sorefame não é uma empresa poluidora e pode muito bem continuar a laborar nesta terra onde nasceu há 56 anos».

Para os ORTs, «sempre foi bem clara» a acção dos responsáveis da empresa para o seu desmantelamento, o que se notava no encerramento de certas áreas de fabrico e na divisão da

Sorefame «em quintinhas que, ao longo dos anos, se foram formando cá dentro e só serviram para dar azo a compadrios e corrupção». Os representantes dos trabalhadores reafirmam que «a empresa é viável, desde que se tomem medidas concretas, acabando com toda esta má gestão» e com «esta rebaldaria, que vai ao ponto inconcebível de termos trabalhadores da empresa parados e continuarem a encher os bolsos aos empregadores de mão-de-obra precária».

No comunicado são também repudiadas informações de «certos órgãos de informação que, a coberto de fontes da empresa, mentem descaradamente». É apontado o caso do «Diário de Notícias» que, no sábado e na segunda-feira, «tentou fazer crer que a CT estaria com a administração a estudar alternativas às instalações da Amadora» ou que «os administrativos poderiam ficar em Lisboa». Os ORTs afirmam que é «tudo mentira» e que tais notícias «servem somente para desestabilizar e têm como objectivo dividir os trabalhadores».

JAE na mesma

Mudada a estrutura da Junta Autónoma de Estradas, há 4 meses, «tudo continua na mesma», incluindo «o clientelismo político-partidário» e o «despesismo público» - acusa a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que na semana passada denunciou o dispêndio de centenas de milhares de contos para a renovação da frota automóvel e o relançamento da imagem dos novos institutos (IEP, ICOR e ICERR), «originando a inexistência de verbas para cumprir as promessas feitas pelo Governo aos trabalhadores».

As novas estruturas, acusa a Comissão Executiva da FNSFP, «vieram criar a ineficácia nos serviços e a insegurança do vínculo público dos trabalhadores e a falta de cumprimento de prazos nos regulamentos internos e estrutura de quadros de pessoal».

MEC em luta

Sem aumentos salariais há quase três anos ou, nalguns casos, há 7 anos, os trabalhadores da MEC entraram em greve na terça e quarta-feira, concentrando-se junto às instalações da fábrica de aparelhagem industrial de Santa Iria da Azóia, na EN 10. Solidarizando-se com os trabalhadores em luta, o sector de Empresas de Loures do PCP lembra que o pessoal da MEC viu aumentados os salários em Março de 1992 e, desde então, só em 1997 tiveram um «acerto» de 2500 escudos, em média, o que representou, para cinco anos, um valor irrisório de 35 escudos por mês.

CISL em Lisboa

A convite da CGTP-IN, esteve na passada segunda-feira em Lisboa o secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos Livres. Bill Jordan reuniu com a Comissão Executiva da Inter, num encontro que marcou «o reatar de contactos entre ambas as organizações», assinalou o Departamento de Informação da CGTP.

Na sexta-feira, uma delegação da Confederação Europeia de Sindicatos foi recebida pelo primeiro-ministro português. A CES fez-se representar pelo seu presidente, Fritz Verzetnitsch, pelo secretário-geral, Emilio Gabaglio, e ainda por Carvalho da Silva e João Proença.

USS na Internet

A União dos Sindicatos de Setúbal inaugurou na semana passada o seu site na rede mundial de comunicações. A morada da USS na Internet é <http://www.ussetubal.pt> e ali podem ser encontradas informações e tomadas de posição sobre as lutas e as reivindicações dos trabalhadores do distrito, sobre legislação laboral, direitos e situação económica e social.

Ford abandona Azambuja

«A decisão de fechar as portas e ir-se embora é uma falta de respeito pelos trabalhadores, que ao longo de quase 40 anos, deram o seu melhor», protesta o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, num comunicado em que reage ao anúncio da decisão da Ford de terminar a montagem do seu modelo Transit na Azambuja, vendendo as instalações à Opel, com o compromisso de apenas manter 100 dos actuais 300 trabalhadores, mas se aceitarem ser contratados a prazo.

O sindicato recusa que a Ford pretenda apresentar o seu plano social «como um facto consumado, sem que antes tenha esboçado qualquer negociação com

os representantes dos trabalhadores» e salienta que tal plano «não apaga a má imagem em que a Ford se coloca e não paga os prejuízos causados à maioria dos trabalhadores».

O plano social, reclama o sindicato, tem que ser rediscutido e «muito melhorado», designadamente, aumentado o valor das compensações pela perda do posto de trabalho, garantindo emprego permanente aos trabalhadores que fiquem na Opel, assegurando que nenhum trabalhador ficará sem remuneração, quando a reforma não se verificar aos 60 anos, e prevendo uma compensação justa pelas perdas em regalias sociais.

PCP prossegue em Lisboa ligação aos locais de trabalho

As medidas de organização tomadas nos últimos dois anos tiveram resultados extremamente positivos, pelo que é preciso prosseguir neste caminho. Esta foi a tónica comum a praticamente todas as intervenções feitas na passada sexta-feira, no centro de trabalho Vitória, durante uma reunião distrital sobre a intervenção dos comunistas nos locais de trabalho.

Num salão completamente cheio de camaradas organizados em células de empresa, em sindicatos e outras estruturas representativas de trabalhadores, foi analisada, durante cerca de quatro horas, a actividade desenvolvida com o objectivo de reforçar a presença activa do PCP nas empresas do distrito,

respondendo às profundas alterações verificadas desde os anos 80 (com destaque para o encerramento e desmembramento de empresas, o aumento da precariedade e a intensificação da repressão e intimidação em muitos locais de trabalho).

António Andrez, responsável da Organização Regional de Lisboa na Comissão Política do Partido, ao abrir o debate, admitiu como «generalizada» a opinião de que «conseguimos estancar o recuo» que aquelas modificações provocaram na organização e na intervenção dos comunistas nas empresas do distrito. Os resultados eleitorais de 10 de Outubro, por outro lado, «criam condições para continuar e melhor levar à prática as decisões da 4.ª Assem-

bleia da ORL», realizada em Janeiro deste ano. Sublinhou que o reforço do Partido deve ser «preocupação central de todos os quadros, independentemente da sua área de intervenção» e propôs que, no ano 2000, seja apontado como objectivo o crescimento.

Carlos Carvalhas, na intervenção de encerramento, realçou a importância da reunião distrital e do debate, em todo o Partido, sobre «como organizar o maior número de trabalhadores e o maior número de comunistas nos locais de trabalho», afirmando o compromisso de que «sugestões, interrogações, chamadas de atenção, críticas, propostas, pedidos de ajuda - tudo vai ser tido em conta».

O secretário-geral do PCP

lembrou que «ir às empresas é muito importante, mas mais importante ainda é estar nas empresas, termos lá camaradas», encarando a sua forma de organização «com muita flexibilidade», tendo em conta as dificuldades que possam existir para o desenvolvimento de qualquer actividade militante.

«Há comunistas e simpatizantes do Partido em muitos locais de trabalho e a sua organização é uma tarefa, por vezes, de verdadeira pesca à linha», disse Carlos Carvalhas, sublinhando que é importante a presença do Partido, através de informação aos trabalhadores, tomando posições sobre os problemas e não deixando estas batalhas apenas para as organizações unitárias. «Também não

podemos esquecer a necessidade de dar voz a reivindicações e aspirações transversais, que tocam trabalhadores de diferentes sectores e empresas, enquanto consumidores, utentes de serviços públicos», acrescentou, lembrando algumas experiências positivas.

Depois de valorizar o impacto dos resultados eleitorais no trabalho de organização, o dirigente comunista realçou que «agora, começámos a cumprir» e apelou a um «maior esforço para levar as nossas propostas às massas», adiantando sugestões de debates alargados a personalidades e especialistas que não são do Partido, designadamente sobre a reforma fiscal e sobre a Organização Mundial do Comércio.

Sorteio da CDU na Póvoa de Varzim

O sorteio da CDU de um quadro a óleo da autoria de Daniel Hompesch e de onze gravuras originais de membros da Escola de Gravura sobre Metal de Alijó, foi realizado no fim do Magusto da candidatura no sábado passado, na Póvoa de Varzim.

Todos os prémios saíram e há vários que não foram levantados, encontrando-se à guarda da lista. Serão entregues a quem entregar o respectivo canhoto da rifa.

O primeiro prémio, um quadro a óleo, saiu a um pescador do bairro Sul, que o ofereceu ao PCP para ajudar a pagar as despesas com a campanha eleitoral.

Passeio cicloturístico

Realizou-se no passado domingo um passeio cicloturístico da juventude, organizado pela Juventude CDU. Participaram cerca de 20 jovens e alguns adultos, que percorreram as ruas da Póvoa de Varzim e o Bairro Sul, Pescadores, Regufe, Penalves, Bonfim e Nova Sintra, num contacto directo com o eleitorado.

No fim da iniciativa, e porque a comunicação social local não acompanhou, os jovens candidatas fizeram uma declaração política sobre o ambiente na Póvoa, com as suas propostas, e foram entregá-las às redacções e rádios locais, tendo aí a oportunidade de ser entrevistados.

Faltam semáforos na EN 13

Professores e alunos da Escola C+S de Monte da Ola, Vila Nova de Anha, Viana do Castelo, manifestaram-se a semana passada contra o sistemático adiamento da colocação de semáforos na EN 13.

A manifestação, uma iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa, incluiu a colocação na estrada, junto à porta da escola, de semáforos de madeira e papelão, acompanhada de breves cortes da estrada durante os quais os alunos exibiam cartazes a exigir a resolução do problema.

Previsão climática

A partir do início do próximo ano vai ser desenvolvida em todos os países de língua portuguesa uma campanha com o objectivo de unir esforços na área da previsão climática.

A campanha, a iniciar nos sete países lusófonos e Macau em 2000, pretende mostrar que «o desenvolvimento se pode fazer em harmonia com a preservação ambiental», nomeadamente através da investigação e realização de projectos nas áreas da meteorologia e climatologia.

Para além de um fundo para projectos, designado «Fundo Cooperação Clima e Ambiente», a acmpanha contará igualmente com diversas actividades culturais, como a realização de um concurso internacional de pintura e fotografia sobre o tema «Clima, ambiente e vida», a ser realizado nos sete países lusófonos.

A organização de uma Feira da Ciência e Cultura para a área do Ambiente, a realizar em Lisboa em Outubro de 2000, e a organização de um evento desportivo, ainda a anunciar, completam as actividades recreativas e culturais deste programa.

A Agência CRIA é uma associação sem fins lucrativos, formada por iniciativa das instituições meteorológicas dos países de língua oficial portuguesa em Junho de 1998. Tem como objectivos a identificação das necessidades comuns em matéria de meteorologia e clima, a promoção de actividades operacionais, de estudo e investigação, e incentivar o estabelecimento de projectos, bem como mobilizar os recursos financeiros para a sua prossecução.

Fórum associativo do Barreiro

Por iniciativa da Câmara Municipal e do movimento associativo do Barreiro, vai decorrer na Biblioteca Municipal do Barreiro, entre 24 e 28 de Novembro, o Fórum Associativo do Barreiro.

Esta iniciativa será constituída por um conjunto de reflexões sobre práticas e funções do movimento associativo numa dinâmica de parceria para o desenvolvimento sócio-cultural do concelho.

Durante quatro dias estarão em discussão os seguintes temas:

«Colectividades, integração social e sociabilidade», «Colectividades, juventude e associativismo juvenil», «Colectividades, direito de autor, fiscalidade e legislação», «Colectividades e desporto», «Colectividades e animação cultural» e «Colectividades, poder local e desenvolvimento».

Integração dos imigrantes

A Comissão Nacional para a Legalização de Imigrantes (CNLI) apelou a uma maior intervenção de todas as instituições portuguesas de apoio social no processo de integração dos estrangeiros residentes no país.

Em comunicado emitido na sequência das I Jornadas do Porto sobre Imigração, a CNLI critica o atraso registado em Portugal nesta matéria, apontando como exemplos os atrasos burocráticos nos processos de legalização e de autorização de residência, a legislação de acesso à formação profissional e os métodos de equivalência de cursos superiores.

O sabor do Outono

Bolos com frutos secos, compotas, geleias e bebidas «adoçaram» a Estufa Fria, em Lisboa, sábado passado, através do concurso «O sabor do Outono», onde o mote foi dado pelas ervas aromáticas.

Os cozinheiros foram cerca de 60 idosos de 14 associações de reformados e pensionistas da cidade de Lisboa que deram a conhecer e venderam especialidades das suas terras.

O concurso, organizado pela Câmara Municipal de Lisboa em colaboração com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril, tem como grande objectivo recuperar receitas tradicionais e valorizar o uso das ervas aromáticas.



Pastores consideram preocupante a situação da sanidade animal

CNA exige do Governo actuação firme e competente

A agricultura e a pecuária continuam a ser sectores da economia nacional particularmente fragilizados e carentes de apoios e de uma política adequada. Os problemas que se fazem sentir neste momento com as exportações de pinho e a sanidade animal são disso mais um exemplo.

As exportações de madeiras de pinho estão neste momento ameaçadas por um embargo fito-sanitário que poderá ser imposto pela Comissão Europeia.

Em causa está a possibilidade de vir a ser aprovada uma directiva que imponha a Portugal medidas fortemente penalizadoras e restritivas das exportações destes produtos florestais. Concretamente o tratamento prévio de todo o pinho a exportar.

O pretexto para esta exigência é o aparecimento de uma praga das resinosas detectado apenas na região da Península de Setúbal. O pinhal dessa região já foi entretanto sujeito a quarentena e a análise das amostras recolhidas noutras regiões florestais do país foram negativas.

Em comunicado à imprensa, em que se exige do Governo

português «uma actuação firme, competente e rápida», a Confederação Nacional da Agricultura - CNA considera que estas ameaças de embargo se devem à forte pressão dos nossos concorrentes em exportações de produtos florestais, em particular por parte dos países nórdicos e da Suécia, que já decretou unilateralmente o embargo.

A CNA exige do Governo que não permita qualquer golpe discriminatório por parte da Comissão Europeia e que tome desde já todas as medidas exigidas pela CE para a prevenção, controlo e destruição da praga.

Manifestação de pastores

A Associação dos Pastores Transmontanos promoveu, segunda-feira passada, uma concentração no Largo da Feira em Mirandela, seguida de uma manifestação com veículos e animais até à Direcção Regional de Agricultura.

Esta iniciativa tem como objectivo dar expressão ao descontentamento que grassa entre os pastores e propor uma radical alteração do actual Plano Nacional de Sanidade Animal.

Os pastores denunciam a actual situação da sanidade animal como preocupante, sobretudo no que respeita aos pequenos ruminantes. A Associação dos Pastores Transmontanos sublinha, em particular, o aumento continuado da brucelose, o falhanço do actual sistema de Sanidade Animal e ainda o pagamento miserável, por parte do Governo, como contrapartida pelos animais afectados que são retirados.

Professores apresentam prioridades reivindicativas

A Federação Nacional de Professores exigiu, segunda-feira passada, em Vila Real, o desbloqueamento da carreira docente, de modo a que os professores possam avançar para novas cate-

gorias profissionais sem necessidade de haver vagas.

João Cunha Rego, da Fenprof, afirmou que «na anterior legislatura houve pouca vontade do Governo em proceder às necessárias alterações no Estatuto da Carreira Docente para que esse desbloqueamento ocorra».

Falando em conferência de imprensa para apresentação das prioridades reivindicativas da Federação para o ano lectivo em curso, o sindicalista realçou ainda a necessidade de eliminar «a sobrecarga a que muitos docentes estão sujeitos», porque, «embora a lei preveja, como limites máximos de aulas por semana, nove horas para o ensino superior e 12 horas para o politécnico, em muitas instituições são distribuídos horários com valores superiores».

Uma prática, considera a Fenprof, que «prejudica os docentes no cumprimento das suas funções» e que «é uma consequência directa da falta de financiamento por parte do Estado, pois se não existe mais dinheiro para contratar professores é necessário sobrecarregar os já existentes».

Esta mesma questão foi abordada por Mário Carvalho, coordenador do Sindicato de Professores do Norte, que referiu que «o Governo não efectuou nenhum esforço para resolver a questão do financiamento, limitando-se apenas a tapar buracos, o que teve como consequência a necessidade de as instituições utilizarem, no pagamento de salários, as verbas de que dispunham para outros fins».

«Os Verdes» propõem

O Grupo Parlamentar de «Os Verdes» entregou um ofício a requerer, com urgência, a vinda do ministro dos Negócios Estrangeiros e da sua equipa à Comissão dos Assuntos Europeus, para debater a agenda da próxima presidência portuguesa.

Em comunicado de imprensa, «Os Verdes» sublinham que «o Governo português não deve ser mero gestor de uma agenda prefixada por outros, deve ter pensamento e iniciativa política próprios sobre questões que interessam ao futuro do país». Sendo direito da Assembleia da República e dos deputados participar no debate e definição dessas iniciativas políticas.

«Os Verdes» defendem, em particular, «que os avanços e o aprofundamento da construção europeia» têm forçosamente de passar por novas responsabilidades dos Estados membros, face à gravidade de problemas como os ambientais e o desemprego.

Grupo Verde do PE

Uma delegação do Partido Ecologista «Os Verdes» deslocou-se a semana passada a França a fim de se encontrar com o Grupo Verde do Parlamento Europeu, reunido com o objectivo de levar avante uma campanha para que as questões ambientais, direitos sociais, diversidade cultural e segurança alimentar sejam tidos em conta pela Organização Mundial do Comércio.

Neste encontro, um dos objectivos principais do partido ecologista português foi definir estratégias conjuntas de actuação para preparar a próxima presidência europeia que caberá a Portugal.



«Aos ricos dá um milhão, aos reformados e idosos dá apenas um tostão». Uma esclarecedora denúncia das políticas que têm vindo a ser promovidas pelos sucessivos governos em relação aos reformados e idosos, na grande concentração, organizada pelo MURPI, que reuniu largas centenas de pessoas sábado passado, no Rossio, em Lisboa

Colectividades na AR

Uma delegação da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio vai deslocar-se quarta-feira à Assembleia da República para o primeiro de uma série de encontros que solicitou aos grupos parlamentares, para debater legislação importante para o movimento associativo popular. O decreto-lei 168/97, cuja aplicação às colectividades pode obrigar ao encerramento dos seus bares e restaurantes, o estatuto do dirigente associativo voluntário, a Lei-Quadro do Associativismo e o regime de IVA aplicado às associações, são questões que vão ser colocadas aos deputados e que estiveram em foco numa reunião alargada de corpos gerentes que teve lugar em Lisboa no sábado passado.

O 75.º aniversário da FPCCR vem sendo entretanto comemorado desde a Primavera, com manifestações de diverso tipo, um pouco por todo o país. Nestas comemorações inserem-se nomeadamente o festival «Música, Milénio», a decorrer desde Julho, em Lisboa, com o apoio da Câmara Municipal e do Montepio Geral, e a 4.ª Festa das Colectividades, marcada para os dias 26 de Novembro a 5 de Dezembro, no Complexo Desportivo Municipal dos Olivais.

Solidariedade com Timor

No dia em que foram assinalados oito anos desde o massacre de Santa Cruz, professores e educadores que participavam numa reunião sindical promovida pelo Sindicato de Professores da Região Centro, referiram-se ao dia do massacre como uma data que abriu «os olhos do mundo que teimava em não querer ver a situação dramática que se vivia em Timor-Leste».

Em comunicado, os professores congratulam-se pelo facto de, decorridos oito anos, «Timor-Leste percorrer caminhos de liberdade em direcção à tão desejada independência e ao nascimento de um novo Estado onde o sol nasce verdadeiramente para todos».

Na Moita, no âmbito da campanha «Timor precisa de nós», promovida pela Câmara Municipal, a Associação de Dadores de Sangue da Baixa da Banheira, em conjunto com a Associação de Reformados da Zona Norte, realizam amanhã um espectáculo de variedades para angariação de fundos.

Novos portos de abrigo

A CDU vai propor na Assembleia da República (AR) a inclusão no Orçamento de Estado para 2000 das verbas necessárias para o arranque da construção de três portos de abrigo na costa Norte do país, disse, no Porto, o deputado comunista Honório Novo.

«Os três portos de abrigo cuja construção a coligação vai propor, em Angeiras (Matosinhos), Aguda (Gaia) e Vila Chã (Vila do Conde), destinam-se a apoiar a actividade piscatória, dando cumprimento a aspirações já antigas das populações locais», disse o deputado.

«A construção destas infra-estruturas é essencial para que as comunidades piscatórias locais possam trabalhar em condições dignas e de segurança e para que a actividade esportiva, incluindo a vertente comercial, tenha condições para se sustentar e desenvolver», disse o parlamentar, em conferência de imprensa realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte.

Os comunistas divulgaram ainda três requerimentos apresentados à AR, um dos quais se refere ao subsídio ao combustível das embarcações de pesca, que exclui do sistema de apoio as unidades que funcionam a gasolina e os pescadores de arte xávega, que utilizam tractores na faina.

O outro requerimento diz respeito à legalização da arte da majoeira, uma técnica artesanal sazonal a que se dedicam também os pescadores que praticam a arte xávega, sobre a qual a CDU defende não existir qualquer motivo para que permaneça ilegal.

O terceiro requerimento diz respeito à recente destruição pelo mar, em Esmoriz, de uma embarcação de arte xávega, deixando a família do proprietário sem meios de subsistência, uma vez que as companhias de seguros não aceitam cobrir este tipo de embarcações.

Fernando Namora

A galeria municipal Verney, em Oeiras, homenageou sexta-feira passada a obra de Fernando Namora, inaugurando uma exposição que ilustra as suas facetas de escritor, médico e artista plástico.

A homenagem contou com a presença de José Saramago que, no texto que fez para o catálogo, recorda como em 1971 enviou algumas crónicas à apreciação de Namora.

Os textos de homenagem a Namora incluem testemunhos do Presidente da República, Jorge Sampaio, de várias personalidades políticas e de artistas e escritores que estiveram ao lado de Namora ou foram influenciados pela sua obra, como Luís Francisco Rebello, Urbano Tavares Rodrigues ou Francisco Simões.

Até ao fim do ano, a par da exposição, a galeria Verney realiza diversos encontros que abordam as facetas de «Fernando Namora - médico», no dia 16 de Novembro, escultor, a 23, e artista plástico, no dia 14 de Dezembro.

Barcos são prioridade

O Plano de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), apresentado a semana passada em Lisboa, consagra o reforço do transporte fluvial como a «prioridade das prioridades» em matéria de mobilidade entre as duas margens do Tejo. Definindo uma estratégia de desenvolvimento para a Área Metropolitana de Lisboa

(AML), em articulação com o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, o PROTAML dá grande relevo às questões do ambiente, fixando uma «estrutura metropolitana de protecção e valorização ambiental».

Em matéria ambiental, o PROTAML consagra a requalificação e ordenamento dos estuários do Tejo e Sado, bem como da orla costeira desde Mafra até ao distrito de Setúbal, e cria corredores ecológicos em que é expressamente proibida a construção.

Além da conclusão do PER, o documento propõe o lançamento de algumas grandes operações de requalificação de zonas suburbanas. Outra das novidades do PROTAML é a criação da rede de equipamentos dos mais diversos sectores que permitam «igualdade de oportunidades» a quem reside no centro ou no subúrbio.

O negócio da água Privatizações em Valongo e Vagos

A privatização dos serviços municipais de água e saneamento - que transforma um serviço social em fonte de lucro - tem vindo a ser decidida por vários municípios. Uma opção política tomada ao sabor de uma moda liberal que vai fazendo escola, como denuncia a CDU de Valongo, em declaração à imprensa sobre um projecto nesse sentido proposto pela autarquia.

«Para quê criar mais um intermediário entre os consumidores e os serviços públicos, entregando-os a uma empresa privada que, pela sua natureza, vai procurar obter lucros com a venda da água e o tratamento de esgotos?». Esta uma interrogação fundamental colocada pela CDU/Valongo em véspera da discussão, pela Assembleia Municipal, da proposta de privatização do serviço municipal de água e saneamento.

Em conferência de imprensa realizada sexta-feira passada, a CDU/Valongo, que «assume por princípio uma posição contrária à pretensão de entregar a privados um serviço público, da competência da autarquia, que tem funcionado bem», começa por sublinhar o facto de nenhum estudo ter sido feito.

«Este estudo seria fundamental para que conhecêssemos o impacto da medida proposta junto dos municípios, para aquilatar os seus benefícios ou desvantagens da privatização para os consumidores», considera a CDU que lembra que, com a privatização da recolha do lixo em algumas freguesias do concelho, «a qualidade do serviço piorou bastante, motivando as crescentes queixas dos municípios».

A CDU/Valongo enumera ainda a obra nesta área entretanto concretizada - nos anos mais recentes deixaram de verificar-se as crónicas faltas de água, avançou-se com a

entrada em funcionamento da ETAR de Ermesinde e a construção da ETAR de Campo, alargou-se a rede de saneamento para níveis que rondam os 70%.

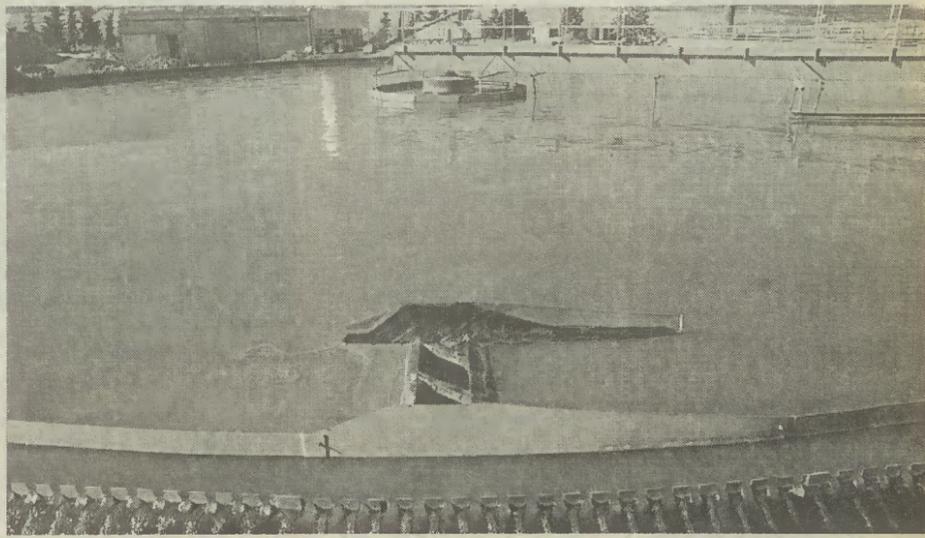
Assim, neste caso, «não faz

adiantadas pela CMV, com o dinheiro de todos nós», denuncia a coligação.

No documento sublinha-se também a preocupação com a situação dos trabalhadores, pois «não se apresenta clara a cobertura legal aplicável aos que venham a optar pela integração nos serviços municipais da autarquia» e «a filosofia do lucro fácil, subjacente às empresas privadas, faz antever futuros conflitos insanáveis que prejudicarão os trabalhadores».

que surge associada à declaração de incapacidade, por parte da Câmara, de fazer chegar a água a todo o concelho.

«A transformação em negócio privado de um bem público, é a conclusão de anos e anos de uma gestão autárquica divorciada das necessidades reais da população», denuncia a CDU, considerando que «a uma política séria de investimentos para a modernização do concelho e elevação das condições de vida de todos os seus habitantes, tem-se sobrepos-



Privatização dos serviços de água e saneamento - uma «opção política tomada ao sabor de uma moda liberal»

qualquer sentido o tradicional argumento dos defensores das privatizações de que a Administração Pública não é capaz de assegurar uma gestão eficaz», afirma-se no documento entregue à imprensa.

«Pretende-se, afinal, que venha agora uma empresa colher os frutos sobre as mais valias já

O negócio da água no concelho de Vagos

A Câmara e Assembleia Municipais de Vagos decidiram privatizar o abastecimento de água no concelho, «sem qualquer estudo prévio que esclareça as razões e implicações desta deliberação»,

to uma política de fachada feita de prioridades e gastos francamente duvidosos».

Face a esta situação, a CDU desafia a Câmara e a Assembleia Municipal de Vagos a revogarem esta decisão e promoverem um debate público acompanhado «da informação e dos estudos prévios necessários».

CDU/Madeira defende Programa de Emergência para o Caniçal

A situação de crise que se vive no Caniçal, na Madeira, resultante da inactividade dos pescadores, devido à escassez de pescado, exige a criação de um Programa de Emergência Social, defende a CDU/Madeira.

O Caniçal é fortemente influenciado, quer económica quer socialmente, pela situação das pescas, lembra a CDU, em comunicado de imprensa. A escassez de pescado gerou assim uma situação de crise, agravada pela ruptura da Zona Franca e Industrial, com o encerramento de grande número de empresas.

Este estado de coisas tem vindo a ter graves consequências para o Caniçal, com o empobrecimento e alargada degradação da situação social.

Com o objectivo de impedir o agravamento dos problemas e, simultaneamente, permitir o desenvolvimento local e regional, a CDU/Madeira defende que deverão ser tomadas medidas no sentido da criação de um Programa de Emergência Social.

O Grupo Parlamentar da CDU entregou, dia 15, na Assembleia Legislativa Regional, um projecto de resolução que propõe a elabo-

ração do Plano Integrado do Desenvolvimento para o Caniçal.

O objectivo deste plano é propor a definição de respostas globais e sectoriais aos problemas económicos, sociais e culturais do Caniçal.

A CDU/Madeira lembra que, para o desenvolvimento local, «não só importa repensar em profundidade a situação das pescas no Caniçal, mas também a ruptura verificada na Zona Franca e Industrial» e defende um «Programa de Emergência Social para aquela comunidade».

No projecto de resolução, apresentado na Assembleia Legislati-

va, recomenda-se que «sejam tomadas medidas no sentido da criação de um plano integrado de desenvolvimento para a freguesia do Caniçal, que contemple um conjunto de acções estratégicas e accione todos os instrumentos disponíveis para permitir a mais rápida resolução dos problemas económicos e sociais da freguesia, designadamente através da adopção de um programa orientado para a modernização e diversificação do tecido produtivo, e para a mobilização do investimento válido público e privado».

Toxicodependências no meio laboral

A apresentação pública do Programa InterAcção-Prevenção de Toxicodependências, cujos promotores são a CGTP-IL e a Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, teve lugar no passado dia 11, no auditório da CGTP-IL.

Prevenir a toxicod dependência no meio laboral e envolver os trabalhadores, o patronato e sindicatos no combate ao fenómeno é o propósito deste programa que parte do pressuposto que os sindicatos podem ter aqui uma função importante, promovendo informação específica, evitando a marginalização dos trabalhado-

res com problemas de toxicod dependência e facilitando a reinserção dos que se querem tratar.

A intervenção sindical terá como objectivo central a prevenção e assenta em três programas específicos: Euridice, CIAST - Centro de Informação e Assessoria Sindical sobre as Toxicod dependências, e Sine(s) Qua Non.

O Euridice é um projecto europeu de intervenção a longo prazo e propõe-se, através da prevenção, colaborar na melhoria do ambiente de trabalho, dos modelos de formação e das práticas de auxílio.

O modelo de intervenção ao nível das empresas contempla as fases de investigação, avaliação e socialização, desempenhando os trabalhadores um papel determinante na sua implementação.

Terá como fases de desenvolvimento reuniões de trabalhadores, inquéritos/questionários, campanhas de informação, programas específicos para trabalhadores toxicod dependentes e grupos de formação.

Os CIAST deverão iniciar a sua actividade no primeiro trimestre do próximo ano nos distritos de Aveiro, Braga, Lisboa e Setúbal, tendo por

objectivos proporcionar informação específica aos utentes, assessoria, acolhimento, apoio e motivação dos trabalhadores, tanto no activo como desempregados, com problemas de toxicod dependência.

Relativamente ao projecto Sine(s) Qua Non, que será implementado na região de Sines, Barreiro e Seixal, apoiado pela Iniciativa Comunitária Emprego (Eixo Integra), tem como objectivos sensibilizar os parceiros sociais e as instituições para que o local de trabalho seja considerado na prevenção do uso e abuso de drogas.

Prisões na Turquia

A polícia turca prendeu 20 presumíveis membros da Frente Islâmica dos Combatentes do Grande Oriente, uma organização islâmica clandestina, que alegadamente se preparava para cometer atentados «espectaculares» em Istambul, onde se inicia hoje a cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), informou a agência Anatólia. A cimeira da OSCE decorre hoje e amanhã com a participação de dirigentes de cerca de 60 países. Medidas de segurança excepcionais rodeiam a realização da cimeira, bem como a visita oficial do presidente norte-americano Bill Clinton à Turquia. Clinton adiou uma visita a Atenas, prevista para antes da deslocação à Turquia, devido a uma série de manifestações e atentados anti-americanos.

Referendo em Aceh

O presidente da Indonésia, Abdurrahman Wahid, anunciou segunda-feira em Tóquio que a província de Aceh poderá realizar um referendo de autodeterminação dentro de sete meses. Wahid assegurou que o conteúdo da consulta será decidido pelos próprios habitantes. Há mais de uma década que a província de Aceh, rica em petróleo e gás natural, é palco de violência separatista. Desde Maio, os confrontos causaram pelo menos 260 mortos e mais de 200 mil deslocados, segundo dados oficiais. O parlamento da Indonésia aprovou entretanto o plano do presidente Wahid para libertar 90 presos políticos, encarcerados por ligação ao movimento separatista de Aceh ou acusados de actividades subversivas. Nas prisões de Jacarta continuam ainda, por outro lado, alguns oficiais do exército indonésio, acusados de conspirar com o Partido Comunista da Indonésia na alegada tentativa de golpe de estado de 1969.

Israel adia retirada da Cisjordânia

A retirada parcial das forças militares israelitas da Cisjordânia prevista para o início desta semana foi adiada, mas segundo o primeiro-ministro de Israel, Ehud Barak, realizar-se-á nos próximos dias. O adiamento deve-se a um desacordo entre palestinianos e israelitas quanto ao território a evacuar. Yasser Arafat não aceita os mapas relativos a dois por cento da retirada, alegando que uma parte deles são territórios vazios e áridos, sem nenhum valor estratégico ou social, e exige a sua

Angola

Governo quer retomar o processo democrático

O governo angolano tem como objectivos prioritários da sua acção consolidar os órgãos de soberania democraticamente eleitos, fazendo respeitar a vontade democrática do povo expressa nas eleições de 1992, e retomar o processo democrático interrompido nessa data com o recomeço da guerra - afirmou o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, ao discursar no Lubango (Huíla) nas celebrações do 24.º aniversário da independência nacional, na passada quinta-feira.

Na sua intervenção, segundo a agência Lusa, o chefe de Estado angolano afirmou que, para levar a cabo os seus objectivos, o governo angolano vai «acelerar a reforma constitucional e a revisão da legislação eleitoral e realizar o recenseamento eleitoral, criando as condições de segurança para a realização de eleições livres e democráticas, tanto legislativas como presi-

denciais, quando as condições estiverem reunidas».

Também no respeitante ao sector económico as reformas vão continuar, «sobretudo as negociações com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial», de forma a obter-se um entendimento que se ajuste à realidade do país, prometeu Eduardo dos Santos, que anunciou ainda para breve a

publicação de diplomas legais ligados à redução das taxas aeroportuárias e portuárias, a revisão das margens de lucro e comercialização.

Reportando-se à situação militar no país, Eduardo dos Santos, garantiu que a campanha militar para desarmar «compulsivamente» a UNITA vai prosseguir, mas deixou aberta a porta aos que «decidem depor as armas».

«Todos aqueles que decidirem depor as armas serão bem recebidos e integrados na sociedade angolana, podendo se quiserem retomar a sua actividade política e partidária», disse o chefe de Estado, para quem a situação no país tem vindo a melhorar na medida em que a paz está a chegar aos municípios e comunas.

Esperança no futuro

A tónica de optimismo patente na intervenção do presidente de Angola fez-se sentir igualmente no simpósio promovido pela Casa de Angola em Portugal para assinalar o dia da independência. Subordinada ao tema «E depois da guerra, que futuro para Angola» - lema que segundo o respectivo presidente, Edmundo Rocha, «encerra uma grande esperança no futuro» e sublinha a necessidade de combater «o angolano-pessimismo que começa a tomar conta das organizações nacionais e internacionais» - a iniciativa, abriu com a leitura de uma mensagem do embaixador José Patrício, ausente em Cabo Verde.

A mensagem do diplomata angolano reafirma a confiança de que «melhores dias virão» para Angola, apesar de «a instabilidade militar» ainda persistir em algumas regiões do país não obstante os «sérios reveses infligidos àqueles que teimam em manter-se no caminho da guerra».

Sublinhando que a guerra «é provocada por aqueles que não aderiram às exigências da democracia e do respeito pela vontade do povo», o diplomata responsabilizou «a linha militarista e aventu-

reirista» defendida por Jonas Savimbi, da qual, afirmou, «se afastaram já muitos dos (seus) antigos correligionários».

Em sintonia com este espírito de confiança está igualmente a mensagem que o presidente argelino Abdelaziz Bouteflika, presidente em exercício da Organização da Unidade Africana (OUA), enviou a Eduardo dos Santos. Na sua mensagem, Bouteflika presta homenagem ao presidente angolano pelos «esforços incansáveis pela concretização das aspirações legítimas do povo angolano para a paz, unidade e desenvolvimento», e declara-se convicto de que «o povo angolano saberá reconciliar-se consigo mesmo e reencontrar a paz e a concórdia pelas quais tanto se sacrificou».

O presidente da OUA saúda ainda o seu homólogo porque «a despeito da situação interna muito difícil, continua a desenvolver uma acção louvável na via da restauração da paz e da estabilidade na sub-região», declarando-lhe todo o seu apoio para «a concretização desses objectivos» e a sua determinação em «trabalhar sem cessar pela promoção da paz, da segurança e desenvolvimento no continente» africano.

Diouf reeleito director-geral da FAO

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), cuja 30.ª conferência decorre em Roma até ao próximo dia 23, reconduziu o senegalês Jacques Diouf no cargo de director-geral, para mais um mandato de seis anos. Diouf, de 61 anos, foi eleito no sábado por 137 votos contra os 26 do seu único concorrente, o argentino Juan Carlos Vignaud.

A eleição do principal responsável da FAO, normalmente pacífica, foi este ano agitada por fortes críticas ao excesso de burocracia e despesismo da organização que condicionam a eficácia da sua intervenção. A título de exemplo desta realidade é apontado o caso do Lesoto, onde para gerir cerca 173 000 dólares de projectos se gasta 268 000 dólares para manter os serviços da delegação naquele país. Acresce, por outro lado, que a situação da FAO se agudizou depois da Cimeira Mundial da Alimentação, em 1997, que fixou como objectivo central a redução para metade, até 2015, do número de pessoas que sofrem de fome no mundo. Na ocasião, o número de carenciados era de 800 milhões; passados dois anos, ao invés de diminuir, esse número aumentou para 850 milhões.

As despesas da organização também não têm parado de aumentar. Só no ano passado, os gastos da FAO ultrapassaram em 17 por cento o seu orçamento global.

Jacques Diouf, acusado pelos seus opositores de viajar demasiado e de gastar despropositadamente os fundos da Organização, acabou por beneficiar do facto de, sendo muçulmano, ter conseguido nos últimos anos

estabelecer «um diálogo muito construtivo» com o Papa João Paulo II, e ainda por ser um africano. Duas «qualidades» para que a sua reeleição fosse considerada no actual contexto internacional como «politicamente correcta».

O peso da burocracia

A candidatura do argentino Vignaud, por seu turno, acabou por ser prejudicada pelo facto de a Argentina fazer parte do grupo dos maiores países «exportadores» de cereais, tal como os EUA, Canadá e Austrália, o que a leva a estar frequentemente em confronto com a generalidade dos restantes membros da FAO.

«A FAO tornou-se sempre mais marginalizada e agora está à beira duma queda mortal. Roma deveria voltar ser a capital mundial dos problemas alimentares. A burocracia é uma planta que espalha os ramos e sufoca as iniciativas: para dar uma viravolta a esta tendência é precisa uma maior interacção entre os países membros e a Secretaria da FAO, por exemplo convocando mais frequentemente o Conselho, que hoje se reúne apenas duas vezes por ano», defendia Vignaud. Uma tese que não convenceu, embora todos digam concordar com a necessidade de reestruturar uma organização que consome quase 80 por cento do respectivo orçamento para alimentar a sua máquina burocrática.

A FAO, cujas conferências se realizam de dois em dois anos, admitiu entretanto cinco novos membros, passando agora a contar com 180 filiados. Os pedidos de admissão da Ilha Niue, Kiri-

baty, São Marino, Palau e Ilhas Marshall foram aceites por unanimidade na primeira sessão plenária do conclave.

Na abertura do encontro, o antigo secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, afirmou que é necessário conseguir uma «globalização democrática» em paralelo com a «globalização económica».

«Temos talvez que começar por introduzir a democracia no próprio seio das Nações Unidas», disse Ghali, defendendo que «todos os Estados, grandes ou pequenos» devem «participar nos processos de decisão mundiais».

A conferência deverá ainda aprovar o orçamento bienal da organização (o projecto apresentado é de 664 milhões de dólares), bem como discutir e votar o seu programa de acção.

Uma guerra do povo

«Esta guerra de Angola não é propriamente uma guerra individual, é uma guerra do povo angolano contra o líder da UNITA, e não apon-tamos somente as armas contra Jonas Savimbi, mas também contra aqueles que não querem respeitar as leis instituídas e o governo, rebelando-se com a força das armas e trazendo instabilidade para o povo angolano». Palavras do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas angolanas (CEMGFA), general João Baptista de Matos, numa entrevista à Televisão Pública de Angola difundida segunda-feira à noite.

Segundo João de Matos, a queda de Jonas Savimbi está próxima, e as operações militares governamentais em curso em todo o país vão continuar até se concluir que já não existe uma ameaça militar interna.

«Sabemos onde Jonas Savimbi está. Estamos a acompanhá-lo, a fustigá-lo diariamente e vamos continuar até o capturar ou aniquilar», disse o responsável militar.

América Latina

20 milhões de crianças obrigadas a trabalhar

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) informou a semana passada que cerca de 20 milhões de crianças, menores de 15 anos, deixam os estudos em países da América Latina para trabalhar. Segundo os dados da OIT, deste número de crianças 3,5 milhões correspondem à América Central, cerca de um milhão à Guatemala - onde o problema é mais grave -, Costa Rica e Panamá. Na América do Sul os problemas mais graves ocorrem no Brasil, Peru e Colômbia.

A denúncia foi feita por Carmen Moreno, directora para a América Central do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), da OIT, numa reunião de ministros

de Trabalho da América Central e República Dominicana.

De acordo com a responsável do IPEC, a grande maioria das crianças que deixam os estudos e a «sua infância» trabalham em locais de alto risco como fábricas de pólvora, pedreiras e recolha de lixo, e são ainda exploradas sexualmente.

O IPEC está a realizar um trabalho de campo para determinar com exactidão o número de crianças que abandonaram a escola para trabalhar, de forma a poder enviar esses dados para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e outras organizações que trabalham contra a exploração infantil.

Tchetchénia

Rússia promete

«guerra total aos terroristas»

O curso da guerra na Tchetchénia registou uma «mudança radical» com a tomada, pela tropas russas, da segunda maior cidade daquela república do Cáucaso, Gudermes. Esta é pelo menos a opinião do primeiro-ministro russo, Vladimir Putin, que na reunião do Conselho de Segurança Nacional realizada em Moscovo no início da semana afirmou que «o povo tchetcheno, conjuntamente com as Forças Armadas, começou a libertar a sua república dos bandidos».

A tomada de Gudermes contou com o apoio da população local, o que evitou que as tropas russas a tivessem de tomar de assalto. Moscovo espera que a situação se repita em Grozni, capital da Tchetchénia, que desde o início da semana está sobre fortes bombardeamentos.

«Tudo está a decorrer conforme foi planeado e as principais componentes das formações (armadas) tchetchenas poderão estar liquidadas antes do final do ano», declarou há dias à estação de televisão NTV o vice-chefe das forças armadas russas, general Valeri Manilov.

Referindo-se aos apelos do presidente tchetcheno, Aslan Maskhadov, para negociações visando pôr fim ao conflito militar, o general esclareceu que o governo russo rejeitou a proposta e está determinado a concluir o trabalho iniciado no princípio de Setembro. Esta posição recolhe uma inédita unanimidade na Rússia, onde todos apoiam de tal forma a intervenção militar na Tchetchénia que os observadores não têm dúvidas em afirmar que parar a guerra neste momento seria um «suicídio político» e arriscaria a provocar uma revolta militar.

«Ninguém na liderança da Federação Russa impôs qualquer prazo», sublinhou ainda Manilov, mas parece cada vez mais evidente que as chefias militares estão apostadas em «concluir esta operação antes do final do ano».

como afirmou em Londres o encarregado de Negócios da embaixada russa, Alexandre Kramarenko, durante uma conferência de imprensa.

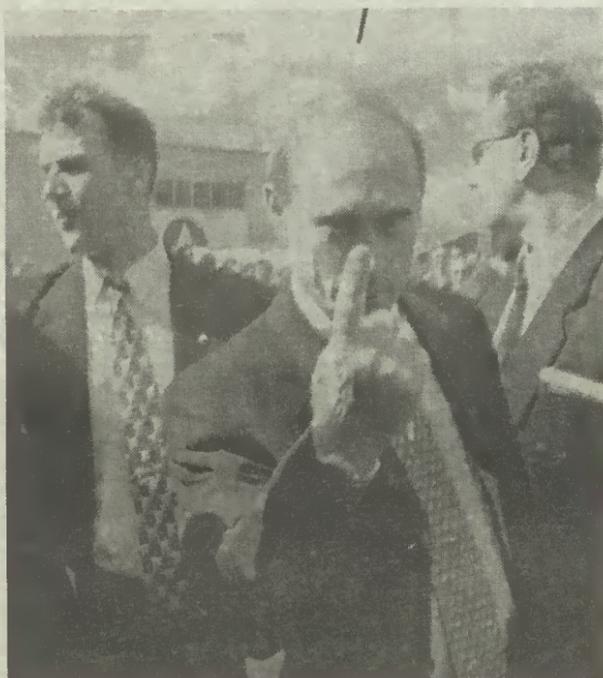
Na ocasião, Kramarenko sublinhou que o governo «foi provocado pelos tchetchenos extremistas», através dos atentados à bomba que mataram 293 pessoas em Agosto e Setembro na Rússia.

«É preciso que fique bem claro que não se trata de uma guerra contra o povo tchetcheno», disse, sublinhando que a Rússia está a cumprir o seu «dever internacional de lutar contra o terrorismo». De acordo com o diplomata, há no interior do território «pessoas que utilizam a Tchetchénia como um refúgio seguro para preparar acções no exterior da Tchetchénia».

Recordando que duas equipas de duas cadeias da televisão russa foram agredidas por militantes islâmicos em Londres, sexta-feira à noite, durante uma reunião de apoio à «guerra santa» dos tchetchenos, Kramarenko exortou a Grã-Bretanha a também «cumprir o seu dever internacional de lutar contra o terrorismo no seu território», procurando «investigar rapidamente» quem foram os autores dessa agressão.

Moscovo não quer ingerências

Mês e meio após o início dos confrontos, Moscovo não se cansa



Vladimir Putin, primeiro-ministro russo, é de momento o candidato de Yeltsin às próximas presidenciais e o mais popular nas sondagens

de afirmar que a questão da Tchetchénia, que já provocou um elevado número de vítimas e mais 200 000 refugiados, se trata de «um assunto interno».

O ministro dos Negócios Estrangeiros Igor Ivanov voltou a lembrá-lo esta semana quando afirmou que a cimeira da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), que hoje e amanhã se reúne em Istambul, não deve ser aproveitada para discutir «problemas ou assuntos locais». Segundo Ivanov, a cimeira é uma «oportunidade única para olhar para o futuro, determinar os objectivos comuns e os meios de os obter».

Menos diplomata, o ministro da Defesa russo, Igor Sergueiev, não hesitou em acusar os EUA de conspirarem «para enfraquecer a Rússia» e assim assumirem «o controlo total do Cáucaso do Norte».

Na reunião do Conselho de Segurança Nacional para discutir a situação na Tchetchénia, o ministro acusou os EUA de

ajudarem os extremistas tchetchenos e de estarem interessados na continuação do conflito porque isso serve os seus próprios interesses na região.

A opinião de Sergueiev é partilhada pelos militares russos, que vêem na decisão norte-americana de desenvolver um escudo anti-míssil o fim do tratado ABM (respeitante aos mísseis antibalísticos) assinado em 1972, e no novo conceito estratégico da NATO uma ameaça directa à Rússia. Anatoli Kvashnin, chefe do Estado-Maior General do Exército Russo, não hesita mesmo em afirmar que na sua opinião a NATO (ou seja os EUA) está cada vez mais disposta a usar «a força militar da forma mais simples e crua a vários níveis».

«Os exemplos do Kosovo e do Iraque foram só os primeiros casos», disse Kvashnin, citado pelo diário espanhol «El País». «Devemos assumir que outros não serão excluídos, incluindo os antigos territórios soviéticos».

Teorias

A Guerra na Tchetchénia é apresentada pelo governo russo como uma guerra contra «o terrorismo islâmico». Alguns observadores, no entanto, consideram que a intervenção na república independentista do Cáucaso é uma manobra de política interna para promover o primeiro-ministro Putine, o actual candidato da «família» Eltsine, à presidência da Federação russa. A dois meses das eleições legislativas, a classe política e a maioria da população russa apoia a «firmeza» de Putine na Tchetchénia, que aparece nas sondagens como o favorito das presidenciais, com 24 por cento das intenções de voto.

Não falta também quem defenda que o que se está a passar na Tchetchénia faz parte de uma conspiração com forte cheiro a petróleo e de uma luta de interesses contraditórios entre norte-americanos e russos.

«O problema com as teorias da conspiração na região [do Cáucaso] é que a maioria são verdadeiras». Esta opinião, transcrita no «Le Monde» de 31 de Outubro, é de Dennis Sammut, director da ONG «Links», activa há cinco anos nas zonas de conflito do Norte e Sul do Cáucaso.

Sammut partilha da opinião de diversos dirigentes da Geórgia que consideram não ser mera coincidência a série de acontecimentos que se precipitaram na região, desde a segunda guerra da Tchetchénia até ao massacre dos principais dirigentes da Arménia, em 28 de Outubro, na capital, Erevan.

Se uns vêem a mão de Moscovo nesses acontecimentos, outros interrogam-se sobre o papel dos EUA e da sua crescente influência na região, via Geórgia, actualmente a terceira maior receptora de ajuda norte-americana por habitante, designadamente militar, a seguir a Israel e ao Egipto. Chevardnadze quer levar a Geórgia para a NATO e apoia os projectos ocidentais de fazer do seu país uma via de ligação entre a Ásia central e a Europa, nomeadamente para o transporte de crude do Cáspio e do Kazaquistão, deixando de fora a Rússia. Neste contexto, a Tchetchénia é um peão importante que Moscovo não pode perder.

■ A. F.

substituição por zonas habitadas ou que tenham ligação a outras já sob a sua administração. A zona em disputa respeita aos arredores da cidade de Ramala, a capital administrativa palestina; Israel pretende evacuar os territórios a Norte, mas os palestinianos reclamam a retirada a Sul, que lhes daria passagem para Jerusalém.

Brasileiros em luta por melhores salários

Milhares de trabalhadores brasileiros cumpriram no dia 10 uma jornada de luta contra o desemprego e os baixos salários no país. O «Dia Nacional de Paralisação e Protesto», convocado Central Única de Trabalhadores (CUT) e apoiado pelo movimento dos Sem Terra e por outras organizações sociais, afectou especialmente os transportes públicos urbanos e serviços bancários.

Os condutores dos autocarros públicos e os funcionários do metropolitano de São Paulo paralisaram durante parte da manhã, deixando 1,6 milhões de pessoas sem transportes. Também a abertura de agências foi afectada durante várias horas, designadamente em S. Paulo e no Rio de Janeiro, devido a manifestações convocadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Bancários. Registraram-se ainda manifestações de trabalhadores em frente das respectivas empresas um pouco por todo o país. Entre outras coisas, os manifestantes reclamavam a ruptura das relações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma maior rapidez no processo de reforma agrária, a adopção de políticas efectivas contra o desemprego e a melhoria dos serviços de saúde e educação.

Violência na Argélia

A violência volta a estar na ordem do dia na Argélia. Na semana passada, quatro agentes de segurança do gasoduto que liga os poços de gás do Saará ao porto de Bejana foram abatidos a tiro em Hassi Della, 250 quilómetros a leste de Argel; em Lehranfa, 200 quilómetros a ocidente de Argel, um agricultor de 70 anos foi degolado por atacantes. Entre os dias 5 e 7 deste mês, sete militares, dois deles oficiais, foram mortos pelos fundamentalistas em Argel, Boumerdes (leste) e Relizane (oeste). Nos últimos 15 dias cerca de 80 pessoas foram assassinadas por grupos armados. Desde a promulgação da lei da concórdia civil, a 13 de Julho, mais de 500 pessoas morreram vítimas de actos de violência atribuídos a fundamentalistas armados

Jornalistas ibero-americanos defendem direito à informação

Os jornalistas ibero-americanos, preocupados com a «fusão acelerada» das esferas da cultura, da informação e da comunicação sob «a hegemonia dos Estados Unidos e dos seus megaconsórcios», exortaram os chefes de Estado e de governo participantes na IX Cimeira Ibero-Americana (ver página 23) a tomarem medidas para garantir o direito a informar e a ser informado. O apelo consta da declaração final do VI Encontro Ibero-Americano de Jornalistas, que reuniu no passado fim-de-semana em Havana jornalistas de organizações profissionais, sindicais e sociais dos países ibero-americanos.

A limitação efectiva da concentração de meios de comunicação, a criação de mecanismos que permitam uma distribuição mais justa dos recursos, a promoção de instrumentos legais e políticos que contrariem o processo «de uniformização de discursos e ideias» e o combate à precariedade laboral no jornalismo, foram algumas das medidas apontadas para garantir o direito à informação.

O VI Encontro, como se refere na declaração divulgada segunda-feira e entregue no dia seguinte aos dirigentes ibero-americanos, decorreu sob o signo da realidade actual do jornalismo no contexto da situação financeira internacional.

O documento conclui que a profissão é «negativamente influenciada por um processo de concentração económica e comunicacional que impede a democracia informativa e política» e que o desenvolvimento das tecnologias de informação «não levou à plena realização social do direito à informação».

A declaração inclui ainda uma cláusula em que é energicamente condenado o embargo norte-americano a Cuba e se apela à sua cessação imediata, «nos termos da recente resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas e das repetidas declarações da União Europeia no mesmo sentido».

O VI Encontro de Jornalistas decidiu ainda criar a Coordenadora Ibero-Americana de Jornalistas, organismo que agrupa a Federação latino-americana de jornalistas (FELAP), o Sindicato dos Jornalistas portugueses (SJ) e as organizações sindicais e profissionais de Espanha.

Criada por proposta do SJ, a Coordenadora tem por função acompanhar a concretização das decisões tomadas nos Encontros de jornalistas, preparar os encontros seguintes e promover a cooperação internacional no contexto ibero-americano e nas estruturas internacionais.



A União da Juventude Comunista e União dos Estudantes Comunistas fundiram-se há 20 anos e deram origem à Juventude Comunista Portuguesa. Hoje, a organização vê a sua influência crescer junto dos mais novos, patente na adesão de mais de mil novos militantes no último ano. O aniversário foi comemorado em todo o país, em diversas iniciativas. Centenas de pessoas encheram o salão João das Regras da Junta de Freguesia de Benfca, em Lisboa, na festa nacional promovida na noite de sábado. Teatro, música e muita animação celebraram a data. No fim-de-semana, teve também lugar o Encontro Internacional de Juventude sobre «Democracia, participação e Nova Ordem Mundial», com a participação de oito organizações.

O ano de 1999 foi marcante para a JCP, com a realização do seu 6.º Congresso em Março, as eleições legislativas e europeias, os 25 anos do 25 de Abril e as manifestações contra a guerra da Jugoslávia e de solidariedade com o povo timorense.

JCP comemora 20.º aniversário



O ano acaba em grande com as comemorações dos 20 anos do nascimento da organização. A data foi assinalada numa festa nacional realizada em Lisboa, que juntou centenas de pessoas e que contou ainda com a presença de antigos militantes. Samuel e os grupos Pecado Original e Skareta animaram o ambiente, a que se juntou uma aplaudida encenação do manifesto aprovado no 6.º congresso.

Célia Violante, da Direcção Nacional da JCP, na sua intervenção na festa, lembrou que, «tal como as duas organizações que se uniram para criar a JCP, também a nossa jovem mas forte

organização marcou estes 20 anos com um vasto historial de luta, que nos dá força para continuar a lutar.»

«Lutamos pelo direito a um emprego com direitos e pela melhoria das condições salariais, lado a lado com os trabalhadores. Lutamos por uma educação pública, gratuita e de qualidade, lado a lado com os estudantes. Lutamos pela despenalização do aborto, pela igualdade, por um ambiente saudável e pela paz. Lutamos pela construção de um mundo sem racismo ou xenofobia, um mundo sem explorados nem exploradores», sublinhou.

EM JOGO

Reunião Internacional de Juventude

Célia Violante não esqueceu «todos quantos lutaram para nos dar a liberdade» e reafirmou que os jovens comunistas prosseguirão «a luta por um mundo diferente e melhor». «Cá estaremos para enfrentar todas as batalhas que se nos apresentem, pela melhoria das condições de vida dos jovens portugueses; para o reforço da nossa organização e do nosso Partido; para que haja ainda mais garantias de que amanhã, como no passado, Portugal possa contar com uma JCP e um PCP mais fortes, na luta pelos direitos do povo e em particular dos jovens», afirmou.

«Com a nossa luta e a nossa dinâmica vamos continuar a trabalhar para a construção de um mundo mais justo, mais fraterno, pelo socialismo e pelo comunismo», concluiu Célia Violante.

Aprender a ser revolucionário

Também presente na iniciativa, Luísa Araújo, da Comissão Política do PCP, manifestou o orgulho e a satisfação do Partido pelo trabalho da JCP ao longo dos anos, «intervindo com e em defesa do ideal comunista. Isto só tem sido possível com sensibilidade política, firmeza ideológica, com interpretação e desenvolvimentos correctos e criativos do marxismo-leninismo, sabendo ligá-lo à vida, aos anseios da juventude.»

«Não se é revolucionário por se dizer que é. É preciso aprender a sê-lo na intervenção e na luta, na aprendizagem, no estudo das experiências. As rasteiras são muitas e as situações concretas ensinam-nos também a ser comunista», afirmou.

Luísa Araújo declarou que «a JCP é um espaço que se quer ainda melhor», sublinhando que «é nesta organização de juventude que se valoriza os conhecimentos, as capacidades, a opinião de cada um e onde se pretende que o carácter e o respeito sejam factores essenciais da relação entre comunistas e para com os outros».

«É necessário a JCP fazer mais e melhor. Incentivar a criatividade de cada um, estimular a capacidade realizadora das organizações, alargar e diversificar o debate, vencer rotinas, dar continuidade às ideias. Enfrentar a realidade e transformá-la de acordo com os nossos objectivos», referiu Luísa Araújo.

«Em nome do PCP faço votos para que vivam e intervenham com muita alegria, porque a alegria de viver, aliada à inteligência e à vontade de realizar, dá-nos força para trabalhar, trabalhar muito, porque há muitas lutas pela defesa e por mais direitos dos jovens portugueses, porque há muitas lutas dos trabalhadores e do povo português», concluiu.

Reunião Internacional de Juventude

Nos dois dias da Reunião Internacional de Juventude sobre «Democracia, Participação e Nova Ordem Mundial», que teve lugar no fim-de-semana em Almada, muitos foram os problemas focados pelos representantes de organizações comunistas e de esquerda presentes. Na manhã de domingo, Carlos Carvalhas encontrou-se com os participantes. (Ver texto nestas páginas)

«Frente a uma janela aberta sobre o Tejo, falou-se dos entraves à participação do movimento juvenil na sociedade e da falta de democracia nas escolas e verificou-se que a educação é frequentemente usada como arma ideológica. A solução para esta situação é unânime: lutar e reforçar a frente internacional.

«Como trazer mais gente? «Envolvê-los nas lutas pelas suas necessidades quotidianas e pelas suas aspirações», considera Rui Vasco Silva, membro da JCP. «As nossas tácticas políticas não são planos aventureiros. A táctica comunista é a resistência e a luta das massas. A grande exigência da nossa organização é permanecer sempre na primeira linha da luta», acrescentou.

Gustavo Carneiro afirmou que actualmente, dez anos após a queda do Muro de Berlim, «vivemos num mundo



Discutir experiências e debater o mundo

ainda com menos direitos para a classe operária, um mundo onde os ricos se tornam mais ricos e onde milhões e milhões de pessoas estão condenadas a uma exclusão desumana».

«Para manter este mundo baseado na exploração cruel dos trabalhadores e para legitimar os crimes e abusos, precisamos de difundir o seu poder ideológico, cuja expressão máxima é alcançada nos media. A maior parte dos meios de comunicação pertence a um pequeno número de grupos económicos, ao serviço dos interesses capitalistas.

Isto quer dizer que o que nos dão como informação é, de facto, ideologia», sublinhou Gustavo Carneiro.

Carlos Carvalhas «Não há democracia plena na exploração, na miséria, na exclusão social e no analfabetismo»

Depois do encontro com as delegações internacionais presentes no debate, Carlos Carvalhas fez uma intervenção aberta à comunicação social, em que salientou a actualidade do tema escolhido para a iniciativa: «Democracia, Participação e a Nova Ordem Mundial».

O líder comunista sublinhou a necessidade de aumentar a cooperação das forças comunistas e de esquerda, num mundo que exige à juventude «um questionamento sistemático sobre as verdades feitas, sobre os dogmas apresentados como verdades científicas».

Carvalhas referiu o compromisso do PCP de, com a sua identidade, superar «rotinas» e aprofundar a vida democrática, bem como operar à «reflexão crítica e assimilação da experiência própria, da experiência dos outros e da reflexão colectiva» para encontrar «respostas às novas realidades da vida nacional e internacional».

«A democracia política na nossa concepção e linha programática, embora intimamente articulada com a democracia económica, social e cultural, possui um valor intrínseco pelo que é necessário salvaguardá-lo e assegurá-lo como elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa. Esta é uma questão de grande importância e que está estreitamente ligada ao exercício do poder, ao seu controlo efectivo e real e à participação dos trabalhadores e do povo», sublinhou o líder comunista.

«Temos uma concepção de transformação da sociedade que se identifica com a libertação de cada ser humano, construir uma sociedade «onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos». Os direitos cívicos, políticos, económicos, sociais e culturais na nossa concepção de democracia são indissociáveis».

«Não opomos os direitos políticos aos direitos económicos e sociais. Assim como não consideramos que haja efectivos direitos económicos e sociais sem efectivos direitos, liberdades e garantias individuais, sem instituições democráticas. Nem há efectiva dignidade humana e democracia plena na exploração, na miséria, na exclusão social e no analfabetismo», defendeu Carlos Carvalhas.

O secretário-geral do PCP lembrou que houve tempos «em que comunistas opuseram os direitos políticos aos direitos económicos e

sociais. Os resultados são conhecidos. Alargar e aprofundar os direitos, dar-lhe conteúdo real, dotar o ser humano de novos direitos, são bandeiras da nossa intervenção e da nossa luta e vectores de libertação dos indivíduos e dos povos.»

Carlos Carvalhas referiu que são necessários novos direitos para os trabalhadores - pois «a democracia não pode ficar à porta da empresa» - e «novos e efectivos direitos para a mulher, não apenas no plano da legislação, formais, mas sim com conteúdo real na vida quotidiana.» O líder comunista falou ainda de «novos direitos do ser humano, como o direito a um ambiente saudável, à paz, à protecção

da sua privacidade, à informação, transparência e publicidade dos actos administrativos que dizem respeito à colectividade...»

Reflectir sobre o passado

«Sublinho tudo isto num encontro com jovens comunistas, porque, como é sabido, a luta pelo socialismo sofreu no findar deste século derrotas e atrasos de gravíssimas consequências. Na nossa opinião, nos país-



ses do Leste instaurou-se e instituiu-se em determinadas circunstâncias históricas um «modelo» que não se libertou de traços do estalinismo, que substituiu o poder político do povo por um poder altamente centralizado, nas mãos de uma burocracia, não sujeita ou cada vez menos sujeita a efectivos mecanismos de controlo e de fiscalização. A democracia política foi substituída pelo autoritarismo do Estado. E em vez de uma economia dinamizada pela propriedade social, criou-se uma economia estatizada, desincentivando progressivamente o empenhamento dos trabalhadores e a produtividade», afirmou Carvalhas.

«As derrotas do socialismo nos países de Leste não são explicáveis apenas por erros e desvios, mas por um «modelo» que os generalizou e que desprezou o valor intrínseco da liberdade e da democracia política. E estas questões, dolorosas é certo, têm de estar sempre presentes na nossa luta e intervenção. Sem esquecer naturalmente as imensas realizações verificadas e as contribuições dadas à libertação dos povos colonizados e à luta dos trabalhadores e dos povos nos países capitalistas», destacou.

O líder comunista salientou que «a luta mais geral e com um horizonte mais amplo que travamos pela transformação da sociedade portuguesa e pelo socialismo é inspirada por valores humanistas e aponta como objectivos, entre outros, a abolição da exploração do homem pelo homem, a democracia compreendida na complementaridade das suas diversas vertentes, a concretização na vida da igualdade de direitos do homem e da mulher e a inserção da juventude na vida do país como força social dinâmica e criativa.»

A lógica do lucro

«Neste fim de século em que se assiste a avanços da ciência e da técnica e quando se conhece a fantástica acumulação de riquezas existentes no planeta, como não conceber, perspectivar e antever a humanidade liberta dos seus flagelos e das chagas sociais da miséria, da fome, da exclusão, da incultura? Como não conceber uma sociedade de pleno emprego, com efectiva redução do trabalho, com muito mais tempo livre para a realização do ser humano?», questionou o secretário-geral.

«No entanto, o capitalismo e a sua lógica de máximo lucro, o lucro acima de tudo, o lucro antes do homem, bem como a lógica da globalização e do livre cambismo, procura nivelar pelo mais baixo patamar os salários, os direitos dos trabalhadores e a protecção social. Procura tornar universal o «modelo americano», a lei da selva para que reine a lei do mais forte. Tornar extensivo a todo o planeta o trabalho precário, o trabalho sem direitos, a exploração desenfreada de trabalhadores, povos e países, com a globalização das altas taxas de desemprego e de pobreza», acusou.

Carlos Carvalhas referiu que a próxima reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), que terá lugar em 30 de Novembro em Seattle, «tem uma agenda vastíssima (a agricultura, actividades culturais, saúde, educação) e uma orientação claramente neoliberal: liberalização total do comércio, privatização de sectores e serviços públicos, maior desregulamentação e livre acesso aos mercados públicos. Isto é, aprofundar o mercado global que «funcione acima dos interesses de cada Estado!»»

Para o líder comunista, «os perigos de uma nova deriva neoliberal são reais. Também sobre esta gravíssima questão o Governo português não informou o país, nem a Assembleia da República sobre as suas posições, nem sobre eventuais estudos sobre as consequências para a economia portuguesa. É também um exemplo de como este Governo encara a transparência e o respeito pelas instituições.»

Carvalhas chamou ainda a atenção para o facto de os governos falarem de moderação salarial e flexibilização do trabalho, sem nunca apontarem para a moderação e flexibilização dos lucros.

Contra a nova ordem neoliberal

«É a nova ordem neoliberal planetária que assumiu um novo impulso com o novo conceito estratégico da NATO, que afirma o poder imperial dos EUA, que se assume como organização com vertente ofensiva, alargando a sua área de actuação e arrogando-se a intervir por decisão própria à margem e contra a carta das Nações Unidas», considerou o líder comunista.

«Este novo conceito já estava em aplicação prática na brutal

agressão contra a Jugoslávia e Sérvia, como facto consumado, como forma de pressão para a sua aprovação, com a Europa a reboque dos EUA. Mas os trabalhadores, a juventude e os povos não cruzam os braços. O caminho é o da luta» exclamou.

«Quantas vezes não ouvimos defender a participação das populações e quantas vezes não vemos também que a prática pouco tem a ver com as palavras? É preciso fomentar a participação, dizem. Mas como é que ela se concretiza, como é que ela se organiza, como é que ela é real e não apenas formal ou paternalista? No mundo capitalista a democracia directa, a democracia participativa é quase sempre uma quimera.»

«Mas a Leste não foi afirmado também e depois tantas vezes repetido que «o socialismo não se constrói por decretos, emanados de cima»? Que «o automatismo formal-burocrático é alheio ao seu espírito, o socialismo vivo, criador, é obra das próprias massas populares»? E com o passar do tempo, houve essa preocupação constante no envolvimento na participação real, na livre crítica, na elevação do nível de consciência e da cultura política dos trabalhadores e dos povos? Foi promovida a cidadania e o respeito pela opinião diferenciada?»

«Houve espaço e vida democrática para a crítica e a correcção do exercício do poder arrogante e paternalista e para superar os entraves reais ao desenvolvimento da «iniciativa criativa das massas»? Teve-se em conta o ensinamento de que a «iniciativa de milhões de homens produz sempre algo mais genial que os pensamentos, por mais geniais que sejam, de alguns dirigentes e teóricos?»

«E no mundo capitalista não há uma ideologia do conformismo, da fatalidade, do alheamento da vida política e cívica, do fomento da passividade, em vez da participação, do ser assistente em vez de cidadão?», interrogou.

Democracia empobrecida favorece populismo

Para Carvalhas, «a democracia é confiscada pelos grandes senhores do dinheiro, pela crescente subordinação do poder político ao

Encontro Regional da JCP no sábado Porto reivindica melhores condições para os jovens

A JCP realiza, no próximo sábado, o Encontro Regional do Porto, no auditório da Faculdade de Arquitectura do Porto. Como referem os jovens comunistas numa nota de imprensa, esta iniciativa tem lugar numa altura em que a situação social da juventude no distrito e no país «é bastante negativa, devido às políticas neoliberais seguidas pelos sucessivos governos e que vão no sentido da concentração da riqueza e da desregulamentação das políticas sociais essenciais ao bem estar dos jovens e da generalidade do povo português».

«A situação no ensino é caótica», considera a JCP. «Muitos e muitos jovens continuam privados de prosseguir os seus estudos em virtude da manutenção do *numerus clausus*, enquanto muitos outros se vêem forçados a pagar autênticas fortunas para frequentar o ensino superior privado. Há ainda aqueles outros que, devido à sobrelotação das escolas do ensino básico e secundário, são obrigados a deslocar-se para sítios longe da sua residência para poderem prosseguir os estudos», sublinha.

A JCP do Porto alerta para o perigo desta situação se agravar, «uma vez que a recente legislação autárquica prevê que a responsabilidade de construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar e de escolas do ensino básico passe para a competência dos órgãos municipais».

«Tendo em consideração as dificuldades que normalmente envolvem a transferência de verbas do poder central para o poder local, adivinham-se tempos difíceis para a resolução deste problema, prevendo-se jogos de *ping pong* verbal entre

governantes e autarcas, com alunos, pais e professores a verem a situação manter-se», afirma.

Reivindicações

A JCP propõe várias medidas na área do ensino, nomeadamente a construção de escolas secundárias nos concelhos de Trofa e de Valongo e de uma escola de ensino básico 2/3 em Ermesinde; a construção de pavilhões gimnodesportivos nos estabelecimentos onde não existem; e a renovação das instalações da Faculdade de Engenharia e do Instituto Superior de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto.

Os jovens comunistas exigem também o aumento substancial da abrangência da Acção Social Escolar, com mais e melhores residências para os estudantes deslocados e a subida dos valores das bolsas de estudo. O fim do *numerus clausus* no acesso ao ensino superior, assim como o fim das provas globais e exames nacionais no ensino secundário são outras reivindicações.

Por outro lado, pedem a existência em todos os concelhos de pelo menos uma biblioteca pública municipal, o incentivo à criação artística e cultural, e a valorização por parte das autarquias da participação das forças da juventude na definição e concretização das políticas destinadas aos jovens.

«Os jovens trabalhadores estão sujeitos a uma exploração desenfreada com contratos a prazo, trabalhos a tempo parcial, baixos salários e toda uma série de medidas coercivas que impedem a independência financeira dos jovens e que inibem a sua luta por melhores condições de trabalho», refere a JCP.



Debate em Santo Tirso

No sábado, a JCP de Santo Tirso organizou um magusto no âmbito das comemorações do aniversário da organização, que contou com a participação de quase meia centena de pessoas.

Na ocasião, realizou-se um debate sobre a situação do concelho, integrado na preparação do Encontro Regional do Porto, onde foi abordado o alto nível de poluição dos rios Ave, Leça e Sanguinhedo e o facto de apenas 30 por cento da população do concelho ter saneamento básico. «As

pessoas são obrigadas a deitar para as ruas, regatos ou campos as águas residuais», explica a JCP, num comunicado.

Outros problemas foram levantados no debate, como a falta de passeios para os peões em muitas estradas e ruas, a inexistência de um centro de apoio aos toxicodependentes e a falta de centros de saúde nas freguesias mais populosas.

«A Câmara Municipal acabou com o ensino para deficientes no nosso concelho», denunciam os jovens comunistas, afirmando que «é urgente criar estruturas de apoio e inserção dos deficientes na sociedade e no mundo do trabalho».

A JCP chama a atenção para a existência de poucos locais culturais e recreativos abertos a todos e sugere alternativas para criar espaços de lazer como o Cine-Teatro de Santo Tirso e o Teatro Brasília.

A organização refere ainda a falta de instituições de ensino pré-primário, bem como situações de degradação de escolas e de falta de material escolar, como acontece na Escola Secundária Tomás Pelayo.

«Não há democracia plena na exploração, na miséria, na exclusão social e no analfabetismo»

◀ poder económico, pelo endeusamento dos “mercados”, entidades sempre referidas como escrutinadoras, embora não tenham certidão de eleitor».

«Chega-se ao ponto de querer identificar capitalismo com democracia e esta com o desmantelamento do chamado Estado providência, com as privatizações, com o enriquecimento de uma casta e a marginalização de milhões de famílias que ficam à margem de uma vida digna. É o tudo aos “mercados”, ao capital financeiro, à economia de “casino”, com milhões de desempregados e de precarizados que também ficam à margem das liberdades formais e do exercício dos seus direitos. Esta democracia empobrecida, limitada e desigualitária, favorece cada vez mais a expansão da extrema-direita e os populismos reaccionários», considera o líder comunista.

«E a elevada percentagem da abstenção nos actos eleitorais não é uma consequência de tudo isto, bem como do não cumprimento das promessas, da não resolução dos problemas, do rotativismo entre partidos sem qualquer verdadeira alternativa?», lembrou.

«Em Portugal, com o pretexto da abstenção o Governo socialista quer alterar a legislação eleitoral para aproximar os eleitos dos eleitores. É uma refinada hipocrisia. Um partido como o Socialista, que transformou mais uma vez as eleições legislativas em eleições para primeiro-ministro com o apagamento dos demais candidatos, que apresentou um elevadíssimo número de candidatos que tendo sido eleitos não ficaram na Assembleia da República, vem agora dizer que quer mais proximidade dos eleitos aos eleitores... O que quer é um seguro de vida para o rotativismo e a bipolarização artificial. Quer ganhar na secretaria o que não conseguiu nas urnas. Isto é, quer ainda criar mais entorses à vida democrática e à sua expressão plural», sustentou Carlos Carvalhas.

Cooperação das forças de esquerda

«A tarefa que Marx colocou a si próprio e que se nos coloca também é a de compreender a complexidade do mundo contemporâneo e a de lutar para transformá-lo: interpretar e transformar o mundo», referiu o secretário-geral do PCP.



«Esta é uma tarefa que exige também a cooperação, o concurso, a reflexão comum, a intervenção e a luta dos diversos partidos comunistas e forças de esquerda e progressistas. Esta é ainda uma questão que não suporta a estagnação, o dogmatismo ou a repetição de fórmulas mortas, nem na análise nem na intervenção. Esta é uma questão que exige da juventude um questionamento sistemático sobre as verdades feitas, sobre os dogmas apresentados como verdades científicas e que exige o reforço da luta e da influência das forças comunistas e progressistas.»

«Pela nossa parte continuamos firmemente empenhados, com a nossa identidade, em reforçar o nosso Partido, firmemente empenhados no seu rejuvenescimento e na sua renovação, firmemente empenhados na sua estreita liga-

ção à classe operária, aos trabalhadores e à sociedade, na superação de rotinas, no aprofundamento da vida democrática e a encontrar, através da reflexão crítica e da assimilação da experiência própria, da experiência dos outros e da reflexão colectiva, as respostas às novas realidades da vida nacional e internacional», concluiu Carvalhas.

Mensagem de Carlos Carvalhas

Os 20 anos da JCP, Juventude Comunista Portuguesa, «a juventude do PC», são uma data muito significativa e de profunda alegria para todos nós.

Não é todos os dias que se cumprem 20 anos, sobretudo 20 anos marcados por uma grande intervenção e muitos combates em defesa das aspirações e direitos dos jovens, sempre ao lado dos interesses dos trabalhadores e do povo português.

Nesta data, camaradas, em nome do PCP e em meu nome pessoal, saúdo-vos e felicito-vos com a confiança na força de transformação que a JCP transporta e assegura.

Cumpriu-se o desejo de voltar

Festa da Alegria no Ano 2000

Foi com generalizada satisfação que as organizações e comunistas de Braga receberam o anúncio de que a Festa da Alegria voltaria a integrar no próximo ano o calendário das grandes festividades minhotas. Esta decisão, divulgada pelo camarada António Lopes, da Comissão Política, em convívio realizado há cerca de quinze dias para festejar a reeleição de um deputado comunista pelo círculo de Braga, reveste-se de inegável significado e importância e não pode ter deixado de ser acolhida com igual entusiasmo por todos os militantes e simpatizantes do Partido no resto do País.

A Festa, agendada para os dias 9, 10 e 11 de Junho do ano 2000, promete ser diferente. Mas a diferença, essa, reside na inovação, porque, quanto ao mais, promete ser fiel «continuada» daquela Festa da Alegria que no distrito de Braga e na região «ajudou à mudança de ideias e a arredar preconceitos». A mesma Festa que, nas palavras do camarada Jorge Matos, responsável pela Organização de Braga, em declarações ao «Avante!», «deu um contributo para despertar solidariedades novas e novos hábitos. Que fez germinar amizades e floriu no respeito de diferenças e tradições».

Vinte e um anos depois da primeira festa da Alegria, oito anos depois da última edição, muitos pensamentos e vontades se projectam já, pois, para os dias 9, 10, e 11 de Junho do ano 2000.

«É o retorno de uma festa que se tinha tornado «obrigatória» nesta cidade. Que entrara nos hábitos de milhares de pessoas do Minho e romeiros de outras paragens de todo o Portugal», diz-nos ainda Jorge Matos, no depoimento que nos prestou, começando por recuar ao ano de 1997, «quando tudo começou...»

«Estávamos nos finais de 1977. O Centro de Trabalho da Comissão Distrital de Braga do Partido funcionava provisoriamente num velho e degradado edifício da cidade. Estava em curso uma campanha para a compra de um novo Centro de Trabalho. E a ideia de se realizar uma festa para angariar fundos surgiu aí. Existia um local magnífico para a iniciativa, o Parque Municipal de Exposições de Braga. O espaço era muito grande. O projecto parecia demasiado ambicioso. Apesar das dificuldades e receios que havia para vencer, a ideia da Festa foi ganhando adeptos e corpo. A decisão tomou-se com o apoio de todo o Partido, fomos em frente. De entre vários nomes propostos escolheu-se este de «Festa da Alegria» que o tempo viria a mostrar escolha acertada. A Festa fez sempre jus ao seu nome. A primeira edição abriu as suas portas em 7 de Julho de 1978. A Alegria repetir-se-ia todos os anos, quase sempre no mesmo cenário, de 1978 até 1991.

A Festa da Alegria passou a ser um património dos comunistas e do povo do distrito de Braga.

Álvaro Cunhal, que iria ser uma presença saudada, um ilustre convidado em quase todas as Festas, referiu-se assim no primeiro ano: «A realização desta Festa é uma grande expressão do espírito libertador do 25 de Abril nesta bela e grande cidade, é uma nova demonstração de que o povo do Norte de Portugal, neste caso de Braga, do Minho (...) está profundamente ligado

aos ideais de liberdade, da democracia e do progresso. Aos ideais do 25 de Abril.»

O Programa da primeira Festa foi acontecimento e novidade para o meio bracarense da época. Dezenas de músicos, cantores e poetas de grande valia. O Teatro e o Cinema tiveram o seu lugar na Festa. Colóquios e Debates. Exposições, Feira do Livro, Stands de Artesanato, a Gastronomia do país, davam sons, cores e palavras àquele riquíssimo colorido mosaico, imensa paleta humana onde a fraternidade era vivida e celebrada num ambiente tradicional das feiras populares portuguesas.

A Festa continuou, ganhando amigos certos, afirmou-se

Na edição de 1985, a Câmara de Braga entendeu colocar problemas à sua realização. Não o conseguiu. Na Praça do Município, mesmo frente à Câmara, fez-se a Festa. Em defesa da Festa da Alegria. Uma resposta de dignidade e firmeza contra a prepotência. Uma jornada em defesa das liberdades democráticas. Nesse ano as palavras de Álvaro Cunhal, na sua intervenção, também se dirigiram aos que «Abusando do poder, quiseram impedir a Festa da Alegria. Alteraram o regulamento do Parque só para impedirem que aí se continuasse a realizar. Quiseram impedir que tivesse lugar aqui, nesta Praça do Município. Não conseguiram. A Festa da Alegria aqui está. Diferente, limitada em espaço e em tempo. Mas igualmente forte, grande e dinâmica, alegre como o seu nome indica, combativa como é o próprio Partido que a promove.»



Alguns dos cartazes que anunciaram as festas, eles próprios, na sua concepção, evidenciando a atmosfera que fez jus ao nome

como uma das maiores confraternizações populares da região. Única no género, via crescer o prestígio ano após ano. Os nossos mais destacados vultos da cultura, da literatura e das artes, da música por cá passaram.

A Festa da Alegria que teve quer ser, ela própria, uma grande jornada de combate.

A grande iniciativa político-cultural que Braga viu nascer em 1978 foi sempre concebida, montada e decorada com a militância e solidariedade de comunistas e outros amigos. Nos dias de preparação, todos tinham um só objectivo: fazer o melhor para garantir o sucesso da Festa, fazer tudo para que o visitante se sentisse bem durante os três dias da Festa, dar tudo para que o Partido saísse mais prestigiado.

A decisão de voltar à Festa da Alegria no ano 2000 tinha que encher de alegria aqueles que ouviram a sua comunicação no convívio do passado 6 de Novembro em Braga. Muitos dos presentes ainda a tinham na memória e no coração. E aquele lugar onde ouviram o anúncio da Festa era o mesmo Parque de Exposições onde ela teve quase sempre o seu espaço.

E vale a pena dizer, porque é a verdade, que no ânimo dos seus organizadores e na vontade de todos os seus artífices a Festa não tinha acabado. Ela haveria de voltar! Será uma grande Festa!»



Foi assim na primeira Festa, em 1978: «uma grande expressão do espírito libertador do 25 de Abril» e da ligação do povo minhoto «aos ideais de liberdade, da democracia e do progresso»

Mais e melhor Segurança Social

A Segurança Social constitui nas sociedades de hoje um direito fundamental e uma função social do Estado de primordial importância. Um princípio que está na base das políticas defendidas pelo PCP nesta área e das medidas concretas que os comunistas propõem.

Em declaração apresentada no passado dia 10, em conferência de imprensa que teve lugar na Assembleia da República - e que no fundamental reproduzimos - Edgar Correia, acompanhado dos deputados Lino de Carvalho e Fátima Amaral, apresentou as grandes linhas do PCP para mais e melhor Segurança Social.

Em Portugal sucessivos governos mantiveram as prestações sociais num nível muito baixo, deixaram acumular vultuosas dívidas do Estado em relação ao Orçamento da Segurança Social, assumiram uma postura de extrema permissividade face à evasão contributiva e ao enorme volume de dívidas das empresas, e deixaram desajustar o sistema público em relação às profundas mudanças ao nível do trabalho humano e da produção da riqueza e à variação dos parâmetros demográficos da sociedade.

O baixo nível das prestações sociais e outras insuficiências do sistema público de Segurança Social não põem porém em causa o direito fundamental que ele está incumbido de concretizar, não desvalorizam as suas inegáveis realizações e muito menos podem servir de argumento para os que querem destruir o imenso património social erguido com o trabalho e com o sacrifício de várias gerações de trabalhadores portugueses.

À política de menos segurança social e às orientações neoliberais que invocam a insustentabilidade financeira do sistema público para justificar a sua privatização parcial, contrapõe o PCP não só a necessidade, mas a possibilidade real de realizar uma Reforma Democrática da Segurança Social que defenda, reforce e aperfeiçoe o sistema público de segurança social como garante da concretização do direito de todos à segurança social.

Três eixos fundamentais

São três os eixos fundamentais em que assenta essa importante reforma assumida pelo PCP:

- Primeiro: a garantia dos direitos adquiridos e em formação, de todos e individualmente de cada um, dos contribuintes/beneficiários do sistema público de segurança social, com reforço da confiança no sistema e recusa à aplicação de condições mais desfavoráveis que as vigentes.

- Segundo: a melhoria das prestações sociais e a elevação significativa e continuada dos seus valores, em especial das prestações que se encontram a níveis mais degradados.

- Terceiro: o reforço do financiamento do sistema público de segurança social, por forma a garantir, no presente e para o futuro, os compromissos assumidos e a permitir uma resposta de

nível mais elevado e mais eficaz aos riscos sociais, que se vá aproximando dos padrões dos países mais desenvolvidos da União Europeia.

Uma clara demarkação política

Acresce à natural afirmação das propostas do PCP a exigência

de uma clara demarcação e diferenciação política e parlamentar quer em relação ao Projecto já apresentado pelo CDS/PP, cujo propósito de privatização da segurança social é assumido abertamente, quer à Proposta de Lei de bases que o Conselho de Ministros aprovou na sua última reunião para ser enviado à Assembleia da República.

Remetendo um comentário definitivo em relação a esta Proposta de Lei do Governo para uma altura em que o seu conteúdo seja integralmente divulgado, são desde já de anotar criticamente:

- A pretensão do Governo de que a sua proposta "resulta de um esforço de consensualização das propostas apresentadas por vários partidos" na Assembleia da República no final da legislatura anterior, quando de facto ela se limita a retomar uma "proposta de texto final" apresentada unilateralmente pelo Grupo Parlamentar do PS que procurava "fazer a ponte" em questões essenciais com o PSD e com o CDS/PP, e divergindo profundamente nesses pontos em relação às posições do PCP.

- A insistência governamental numa linha de redução do sistema público de segurança social (plafonamento), pese embora o tom dubitativo adoptado por responsáveis governamentais em relação aos efeitos esperados da adopção de tal política, acompanhada pela abertura de espaço para o desenvolvimento dos 2.º e 3.º pilares da segurança social (privados).

- A previsão da regressividade da taxa de substituição no cálculo do valor das pensões de reforma, favorecendo a evasão contributiva e a saída de contribuintes do sistema público para os esquemas privados.

- A admissão de que as taxas contributivas possam variar de acordo com políticas conjunturais de emprego, com a actividade ou sector económico e com a situação dos beneficiários, mas sem que o Governo assegure a indispensável transferência do Orçamento do Estado para o Orçamento da Segurança Social da compensação pelas receitas que lhe sejam subtraídas com tais decisões do Governo.

- A abordagem vaga da questão (fundamental) do financiamento futuro do sistema e a ausência de medidas concretizadoras da ampliação das bases de obtenção de recursos que não sejam penalizadoras dos rendimentos do trabalho.

O que está em jogo

O debate que vai ter lugar na Assembleia da República em torno da nova Lei de Bases da Segurança Social constitui uma matéria de transcendente importância política que vai marcar profundamente a legislatura iniciada há poucas semanas.

Conhecer o que verdadeiramente está em jogo e se está a decidir neste debate; compreender o verdadeiro sentido e alcance de orientações e medidas propostas, quantas vezes disfarçadas debaixo de uma espessa folhagem técnica e de densos enunciados de "princípios"; - constituem passos decisivos para convocar a atenção, a mobilização e a indispensável participação activa dos trabalhadores e do povo português no processo de reforma da Segurança Social.

A passagem de um sistema público de Segurança Social, que nos termos constitucionais «incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar», para um sistema misto público-privado, construído à custa da redução do sistema público e da redução de direitos dos beneficiários, tal como o PS, o PSD e o PP, ressalvadas as diferenças, configuram nas suas propostas, não só não representaria nenhum progresso como significaria um profundo retrocesso social para os trabalhadores e para a sociedade portuguesa no seu conjunto.

Não surpreenderá por isso que, neste contexto, o projecto de Lei de Bases apresentado pelo PCP assente no desenvolvimento de duas linhas fundamentais: a defesa da segurança social, enquanto direito social universal e enquanto sistema público que lhe serve de suporte, como está consagrado na Constituição; e a proposta da melhoria e aperfeiçoamento da segurança social, através do reforço da sustentabilidade financeira do sistema e da criação de condições para a elevação do nível das prestações sociais e, em primeiro lugar, das que se encontram mais degradadas.

E por isso que, para além de muitos outros aspectos, no domínio decisivo do financiamento o PCP propõe o alargamento da base contributiva do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem. De forma a acrescentar duas parcelas às contribuições mensais dos trabalhadores e das entidades empregadoras que incidem sobre as remunerações: a primeira constituída por uma contribuição anual das entidades empregadoras cujo volume de negócios ultrapasse um valor a fixar por lei, calculada pela diferença de uma percentagem do seu valor acrescentado bruto (VAB) e do somatório das contribuições mensais já pagas sobre as remunerações; e a segunda parcela, resultante de uma taxa a incidir sobre as transacções financeiras realizadas nas bolsas de valores.

O projecto do PCP defende também que o Governo estabeleça e anuncie um plano plurianual de amortização da volumosa dívida do Estado ao sistema público da Segurança Social, e que no caso da definição de taxas contributivas inferiores à taxa social única, ou da concessão de isenções ou de outras reduções de contribuições para o sistema, o Estado deve transferir anualmente para o orçamento da segurança social o montante global dos apoios que concedeu.

Anote-se, ainda, em matéria de complementaridade, a proposta de desenvolvimento de um regime complementar no seio do próprio sistema público de Segurança Social, de subscrição voluntária e com prestações definidas.

Um património a defender

A Segurança Social constitui um património maior dos trabalhadores e do povo português.

Um património social que se encontra ameaçado pelos interesses poderosos do grande capital financeiro, que pretendem utilizar em seu proveito o enorme volume de recursos que as contribuições dos trabalhadores e das entidades empregadoras representam.

Mas um património social que pode ser defendido e melhorado, desde que os trabalhadores e os cidadãos em geral se mobilizem massivamente e imponham o respeito por um património social que é seu e pela salvaguarda de um sistema público que constitui o único verdadeiro garante dos seus direitos e das suas legítimas expectativas sociais.



A quem serve o novo acordo Champalimaud/espanhóis?

A propósito dos últimos desenvolvimentos do negócio entre António Champalimaud e os espanhóis do poderoso Banco Santander Central Hispano (BSCH), o ex-ministro das Finanças, Sousa Franco, escreveu, com enorme celeridade, um significativo artigo no suplemento de economia do «Expresso», vinte e quatro horas depois (ou menos) do novo acordo ter sido anunciado pelo novel bi-ministro da Economia e das Finanças do eng.º Guterres.

No desconhecimento dos textos do acordo, para além do que vem na imprensa, as dúvidas, os recados e, sobretudo, a conjunção condicional «se» com que o ex-ministro começa muitas das frases do seu artigo, vale pelo mar de interrogações que nós próprios poderíamos colocar. Perdoem, pois, os leitores do «Avante!», as transcrições longas – mas que só por si constituem um libelo acusatório – que se seguem, de quem, seguramente, sabe muito mais do que nós sobre este romance. Diz Sousa Franco que, agora, «poderá abrir-se um caminho positivo... se... se respeitarem os direitos de todos os interessados. Se, no exterior e cá dentro, as necessárias concentrações no sistema financeiro com concorrência perceberem que o Governo e as autoridades de supervisão respeitam as liberdades, mas são firmes e imparciais, não amedrontados ou parciais. Se nenhum infractor da lei encaixar mais-valias indevidas. Se os interesses dos pequenos e médios investidores forem acautelados por operações no mercado. Se a desejável abertura do mercado português a todos os empresários e investidores do exterior não prejudicar a existência de estratégias nacionais claras e tiver a exacta contrapartida de idêntica abertura nos mercados nossos parceiros externos relativamente a empresários portugueses. Enfim, se não se confundir internacionalização com desnacionalização, nem liberdades de mercado com ausência de regras e valores... Em suma: se atrás de uma solução apressada para acalmar a Comissão, cujo pormenor se não conhece, não for tudo por água abaixo no sistema financeiro português.»

A estas condições poderíamos nós acrescentar, pelo menos, mais uma: se a Caixa Geral de Depósitos não tiver sido utilizada unicamente como intermediária não do interesse nacional mas dos interesses de dois ou mais grupos económicos privados. Isto é, se não estiver a ser usada para passar uma parte do Grupo Champalimaud das mãos dos senhores Emilio Botín e José Maria Amúsátegui para as mãos do senhor Jardim Gonçalves ou do senhor Ricardo Espírito Santo.

Veremos se não teremos de repetir, com outra formulação, aquilo que foi a declaração de voto final dos deputados do PCP no inquérito realizado na anterior legislatura a todo o processo de reconstituição do grupo Champalimaud: «O processo de privatização da Mundial Confiança e do Banco Totta & Açores que conduziu ao controlo destas duas empresas por António Champalimaud é, porventura, o caso mais paradigmático de como os interesses e os meios do Estado foram postos ao serviço da reconstituição de um grupo económico privado.»

A verdade é que, é preciso lembrá-lo, se não tivesse havido a privatização daquelas empresas, iniciada nos governos do PSD, nada disto teria acontecido e a economia e o sistema financeiro nacional só tinham a ganhar, como agora se demonstra. A verdade é que se o Governo PS, em Novembro de 1996, não entregasse a Champalimaud o resto do capital do Banco Totta & Açores (13%) que ainda estava na posse do Estado, este tinha tido ainda nas mãos, apesar de tudo, um instrumento que permitindo-lhe uma intervenção na gestão do banco poderia ter evitado o início da operação. Na altura o secretário de Estado do Tesouro contestou esta crítica do PCP afirmando que aquela participação não servia para nada. Mas há pouco tempo, numa das múltiplas entrevistas com que se despediu do Governo, o ex-ministro Sousa Franco veio dar plena razão ao PCP ao afirmar que o Governo «tinha sido ingénuo» ao desfazer-se daquela participação que poderia ter sido muito útil ao Estado nesta fase do processo.

O acordo

O novo acordo agora anunciado e promovido pelo Governo português mais parece ter como objectivo dar satisfação à Comissão Europeia, na véspera de Portugal assumir a semestral presidência da União Europeia, e resolver um contencioso que já estava a causar muitos prejuízos aos grupos financeiros nele envolvidos do que ter sido orientado por razões de interesse nacional. Porque, afinal, uma parte importante do sistema financeiro e segurador sempre vai parar a mãos estrangeiras. Curiosamente, o que o Banesto e Mário Conde

não conseguiram obtêm-no agora os seus sucessores: o Banco Santander Central Hispano e os senhores Botín e Amúsátegui. Porque tudo leva a crer que o envolvimento da CGD neste novo capítulo da novela não tem como objectivo «a consolidação

do sistema financeiro português» – como afirmou o actual Ministro das Finanças ao «Financial Times» – mas a utilização de um instrumento que o Governo tinha à mão para «regular» e contentar os interesses de vários grupos financeiros.

Porque se se conhecem as três primeiras fases desta nova operação de engenharia financeira, um buraco negro tapa cuidadosamente a quarta fase.

Assim,

1.ª fase – O BSCH compra o Grupo de António Champalimaud (Mundial Confiança, Banco Totta & Açores, Banco Pinto & Sotto Mayor, Crédito Predial Português e Chemical) pagando a este em acções do banco espanhol e garantindo-lhe lugares em vários conselhos de administração das empresas do grupo do país vizinho;

2.ª fase – Os espanhóis vendem a Mundial Confiança (e todas as participações que esta detém nas restantes empresas do Grupo) à Caixa Geral de Depósitos. Quem ganha o quê entre a primeira e a segunda fase é algo que ainda não está claro. Mas suspeito que o BSCH não sairá a perder.

3.ª fase – A Caixa Geral de Depósitos volta a vender ao BSCH o Banco Totta & Açores e o Crédito Predial Português, ficando com a Mundial Confiança, o Banco Pinto & Sotto Mayor e o Banco Chemical, ao mesmo tempo que, uns e outros, lançarão OPA's (Operaçõ-

es Públicas de Aquisição) sobre a totalidade do capital social das empresas nas mãos dos restantes accionistas.

4.ª fase – Não aparece, oficialmente, nas informações que têm vindo a público. Mas como não é propriamente orientação do Governo do Partido Socialista o regresso a qualquer forma de «nacionalização» ou de reforço do papel do sector público no sistema financeiro – bem pelo contrário – há razões para suspeitar que a tal 4.ª fase é a satisfação dos interesses de um qualquer grupo económico «nacional» através da cedência a este, por parte da CGD, do património da Mundial Confiança e dos Bancos Pinto & Sotto Mayor e Chemical.

E, assim, todos os interesses financeiros privados ficam satisfeitos. Só não ficará seguramente salvaguardado é o interesse nacional. Este só seria garantido se o objectivo desta criativa operação fosse a manutenção no sistema financeiro público português de alavancas tão importantes como as que constituem o ainda grupo Champalimaud. Nada indica que assim seja.

Nada faz crer que, de repente o Governo do PS se tenha tomado de amores pelo sector público financeiro. O que está seguramente mais próximo da verdade, nesta fase do romance, é a forte suspeita que recai sobre o papel que foi atribuído à mais importante instituição do sistema financeiro português, a Caixa Geral de Depósitos. Um instrumento não para suportar uma intervenção estratégica na economia portuguesa em defesa do interesse público – como aparenta – mas ao serviço da resolução de diferendos entre interesses privados, incluindo aqui a Comissão Europeia. E se a CGD já tivesse sido privatizada? Ou se o vier a ser? Afinal o sector público ainda é necessário para alguma coisa. Infelizmente, nas mãos dos evangelistas do mercado e do pensamento social-liberal que orienta o Governo do PS, unicamente para servir de árbitro entre interesses privados.

Esperemos pelos próximos capítulos da novela.



Algo está a mudar na América do Sul

- Entrevista com Aurélio Santos

Um «Encontro Internacional contra a intervenção dos Estados Unidos na Colômbia» levou a Bogotá, a 30 de Outubro, diversos representantes de partidos comunistas e outras forças progressistas da América Latina e da Europa. O PCP fez-se representar nesta iniciativa do Partido Comunista Colombiano por Aurélio Santos, que se deslocou igualmente à Venezuela. Em entrevista ao «Avante!», Aurélio Santos falou das alterações que se estão a registar na América Latina onde, como noutras partes do mundo, se assiste à afirmação crescente da vontade das massas populares de participar no exercício do poder e no usufruto do produto social.

As forças de esquerda colombianas têm feito fortes denúncias do perigo de uma intervenção norte-americana no país, a pretexto do combate à droga. É um perigo real?

A ameaça de intervenção militar na Colômbia é real e de certo modo já está em curso, sob a forma de "ajuda" militar com condições políticas ligadas a créditos do FMI, e integra-se numa estratégia global para tentar esmagar o movimento guerrilheiro que já domina numa extensa área do país e conta com apoio de amplas camadas da população. Não é por acaso que essa ameaça se intensifica e ganha novas formas numa altura em que finalmente, ao fim de muitos anos de luta armada, se iniciaram negociações entre o governo colombiano e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) para uma solução política que estabeleça as condições para a paz no país. A pressão dos Estados Unidos para a intensificação da ajuda militar e a ameaça de formas mais directas de intervenção "humanitária", a pretexto da luta contra o narcotráfico, visam impor à Colômbia uma delegação de soberania na definição dos objectivos do combate à guerrilha, com sabotagem das negociações já em curso e uma escalada da guerra interna, de consequências imprevisíveis nas actuais condições do país e da região dos Andes e Carafas.

Mas a questão do narcotráfico é um problema real...

É verdade, mas para os estrategos dos EUA, a luta contra os narcóticos é, nesta nova aventura, o pretexto para obterem um apoio da opinião pública norte-americana, fazendo esquecer que o narcotráfico é parte integrante da globalização capitalista, uma forma de acumulação de superlucros do capital e alimentação dos circuitos especulativos financeiros e instrumento de corrupção transnacionalizada. Em vez de uma solução política e socioeconómica ao cultivo de narcóticos, como se procura nas negociações de paz em curso na Colômbia, onde o movimento guerrilheiro surge como um aliado para esse objectivo, os EUA impõem a intensificação da guerra, sob direcção militar norte-americana, em zonas chave de presença guerrilheira. E como essa guerra não resultará, tal como não tem resultado até aqui, a intervenção directa começa a ser avançada como corolário dessa estratégia. Porque o objectivo de tal intervenção é outro: visa, sim, salvar o sistema económico e sócio-político, na Colômbia e na região.

Qual o significado da participação de um representante do PCP no Encontro Internacional?

A participação do PCP neste Encontro Internacional tem um duplo significado. Por um lado, comprova a nossa solidariedade aos povos que lutam pelos seus direitos e contra a ingerência e dominação estrangeiras. Por outro lado, resulta do interesse e atenção com que acompanhamos os acontecimentos que nas várias partes do mundo determinam e condicionam as possibilidades de fazer frente às gravíssimas consequências para muitos milhões de pessoas resultantes da presente ofensiva do imperialismo na sua dupla fisionomia actual: a "globalização" do domínio do capital financeiro transnacional, e a intervenção militar "humanitária".

Quem participou no Encontro?

O Encontro de Bogotá foi promovido pelo Partido Comunista Colombiano e teve ampla participação de forças, movimentos e organizações sociais, políticas e sindicais colombianas. Nele tomaram também a palavra delegados de vários países latino-americanos, como Cuba, Argentina e Panamá. Da Europa intervieram, além do PCP, a Esquerda Unida, de Espanha e a Refundação Comunista, de Itália.

Para além da Colômbia, estiveste ainda na Venezuela. Qual o objectivo dessa visita?

A escala em Caracas deve-se ao desejo do PCP de ter uma melhor informação sobre o processo em curso na Venezuela.

Os últimos acontecimentos nesse país têm evidenciado um processo original em que estão mobilizadas forças económicas e sociais que procuram a viragem de uma profunda crise de há muito existente.

Lembremos que a Venezuela é um país rico, o segundo exportador de petróleo do mundo, mas que enfrenta a adversidade de um sistema que se auto-regula pela corrupção, motor de aliança entre inimigos internos e externos na sua voracidade de rapina.

A eleição de Hugo Chávez abalou de algum modo esse sistema?

A eleição de Hugo Chávez para a presidência da República, no ano passado, como porta-voz do Movimento Bolivariano e num processo que se apresenta como "revolução bolivariana", levou à ruptura do sistema de alternância entre dois partidos - o partido social-democrata e o partido democrata-cristão, ambos apostados em perpetuar a manutenção de um sistema de cujas vantagens estavam seguros de partilhar, numa mesma política de pilhagem dos recursos do país em interna ligação e subordinação à dominação norte-americana.

As propostas de Chávez granjearam-lhe grande apoio popular, mas é um processo participado, o que está a decorrer na Venezuela?

Hugo Chávez ganhou um vasto apoio popular, traduzido numa esmagadora vitória eleitoral, porque se propôs defender a soberania venezuelana perante as condições impostas pela globalização capitalista, travar luta contra a corrupção que se tornou o cancro do país e aplicar conceitos de justiça social já inscritos na acção independentista de Simón Bolívar, fundador do Estado colombiano. Essa "revolução bolivariana" que agora se procura concretizar numa



nova Constituição do país, desencadeou um amplíssimo processo de debate e intervenção política em que o Partido Comunista da Venezuela toma também parte activa...

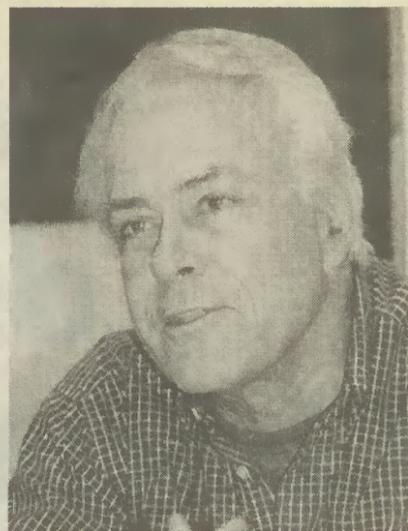
É uma «revolução» que provoca perplexidades várias...

A situação na Venezuela traduz um processo complexo de evolução ainda incerta, mas caracterizada pela participação activa de diversas classes sociais e correntes de opinião, com expressões políticas novas, ante a gravíssima crise que atinge os países sul-americanos e assume particular incidência na região andino-caribenha.

A ruína da agricultura, levando à emigração massiva da população rural para as cidades (Caracas tem hoje 8 milhões de habitantes numa população de 21 milhões), o desordenado crescimento urbano, com extensos bairros periféricos degradados e desprovidos das mais elementares condições de vida, um desemprego que sobe acima dos 20 ou 25%: este é o quadro geral dos países da região.

Dir-se-ia que a «sedução» social-democrata está a perder terreno...

Neste quadro, a "nova ordem internacional" proclamada na última década, procura assegurar a continuação do fluxo de excedentes produtivos desses países para os centros de poder económico (e político-militar) mundial, através da degradação da soberania dos Estados, reduzindo-os a quase-fantasmas, garrotados pela dívida externa (cujos juros absorvem mais de 21% das exportações da Venezuela e mais de 25% da Colômbia) e forçados a abdicar do controlo da sua própria economia pela abertura imposta e indiscriminada das suas fronteiras e pelas imposições de estruturas supranacionais como o FMI, o Banco Mundial ou a Organização Mundial do Comércio.



As consequências económicas e sociais desta situação têm levado

ao fracasso das operações de sedução ideológica social-democrata e neoliberal sobre as classes trabalhadoras por parte dos grupos dominantes, associados e subordinados ao imperialismo.

O que há a registar de novo na América Latina (como noutras partes do mundo) é a afirmação crescente, em diferentes formas e expressões, por vezes ainda politicamente pouco ou mal definidas, de uma vontade das massas populares, acompanhadas por forças sociais diversas, de participar no exercício do poder e no usufruto do produto social.

Pode dizer-se que os casos da Colômbia e da Venezuela são de algum modo paradigmáticos da América do Sul?

Com o avanço do capitalismo na América do Sul assistimos à formação de novas classes e grupos de explorados, muito mais expostos à espoliação através de um regime de assalariamento que avantajou enormemente a extracção de mais-valia.

Embora em condições diferentes, o que pode verificar-se é que o processo em desenvolvimento nestes dois países reflecte questões mais gerais do continente sul-americano, em condições por vezes muito difíceis, em que forças reaccionárias não hesitam no recurso à repressão violenta dos seus opositores, por todos os meios, inclusive o assassinato e o terrorismo de grupos paramilitares de direita, como na Colômbia, mas em que nada está parado. Assiste-se ao aparecimento de novas forças e de novas formas de resistência e luta que se confrontam abertamente contra o imperialismo norte-americano.

E temos que dizer que tais processos em desenvolvimento não se registam só aqui: há nos povos do mundo forças que resistem, não só por resistir: antes para encontrar formas novas de razões antigas da sua resistência em também novas formas de organização da sociedade nos seus países. Como se porfiassem corajosa e orgulhosamente numa bandeira erguida em verso pelo poeta cubano Guillen quando disse: "Tenho o que tinha que ter". Ou fizessem, como Neruda, a sua grande confissão de viver.

Uma resistência bem difícil, dada a proximidade dos EUA...

É óbvio que a ameaça, tão séria quanto real, a que tentam fazer frente os povos latino-americanos perante um agressor gigante como os EUA - aquele mau vizinho que é hoje a única superpotência mundial e se aproveita dessa situação temível para impor o seu domínio global - só pode ser rebatida (e vencida) pela acção concertada das forças políticas e sociais do sub-continente sul-americano.

Mas não pode deixar de contar com a solidariedade - activa e mesmo militante - de outros povos que vêem o seu campo político e social condicionado e limitado por essa permanente acção dominial que é a vontade imperialista da sua própria globalização.

De que formas se reveste essa solidariedade?

Uma das formas dessa solidariedade internacional é a cooperação entre os partidos comunistas dos vários países. Além da solidariedade recíproca, essa cooperação implica também o conhecimento das várias experiências da luta revolucionária, positivas ou negativas, nos seus êxitos ou insucessos, e a troca de opiniões sobre essas experiências, com inteira salvaguarda de julgamento próprio por parte de cada partido. Essa, também, uma das razões destes contactos na Colômbia e na Venezuela, que resultam da atenção com que acompanhamos os acontecimentos que se registam no mundo.

Neste aspecto, justifica-se também uma referência ao grande interesse que continua sendo dado, quer pelos comunistas venezuelanos, quer colombianos, às experiências da revolução portuguesa, da intervenção que nela desempenhou o nosso Partido e na fundação da nossa actuação política e organizativa.

Qual o papel dos comunistas nesses dois países?

Na Colômbia, com uma forte influência de massas e uma participação activa na luta social e política, na Venezuela, num grande esforço para recuperação e alargamento de uma presença com fortes tradições na vida do país, os comunistas tomam parte activa nos processos em curso, contribuindo para a sua orientação num sentido progressista, de acordo com os interesses presentes e futuros dos povos dos seus países.

Expressão dessa participação activa é também a solidariedade e o relacionamento construtivo dos comunistas com outras forças revolucionárias e progressistas que fazem frente à opressão e à exploração, não só para resistir como para abrir caminho a novos rumos no desenvolvimento da sociedade humana.

O PCP está atento a esta realidade, não somente enquanto simples observador de acontecimentos, não só para acompanhar e conhecer estas transformações, mas também para aprofundar e alargar a sua solidariedade para com as forças libertadoras que emergem no mundo.

Fidel desmascara provocação numa «audiência» inédita em Havana



■ Miguel
Urbano Rodrigues

O episódio que resumimos para os leitores do «Avante!» inseriu-se na campanha que os EUA conceberam e executaram para sabotar a IX Cimeira Ibero Latino-Americana que este ano teve Havana por sede.

A ofensiva desenvolveu-se em múltiplas frentes. Todos os meios foram utilizados para desacreditar e, se possível, esvaziar de significado a grande reunião dos povos ibero-americanos. Washington conseguiu, através de pressões, que cinco presidentes, invocando pretextos diferentes, não estivessem presentes na capital cubana: os do Chile, da Argentina, de El Salvador, da Costa Rica e da Nicarágua.

Mas a meta principal não foi atingida. A Cimeira foi um êxito político e contribuiu para reforçar o prestígio internacional da Revolução Cubana e de Fidel Castro.

No dia 10, as grandes cadeias de televisão dos EUA informaram que em Havana a atmosfera era de grande tensão. Algumas afirmaram que incidentes ocorridos nesse dia expressavam a crescente oposição ao regime de camadas da população cada vez mais amplas. A CNN participou activamente no coro de inverdades.

No dia seguinte a televisão cubana transmitiu durante duas horas uma conferência de imprensa com características inéditas. Fidel chamou-lhe «audiência» e assumiu a presidência e a defesa dos «acusados».

De um lado da grande mesa quadrada sentavam-se os jornalistas estrangeiros; em frente estudantes que tinham sido testemunhas dos incidentes que haviam desencadeado a tempestade mediática.

Sereno, confiante, Fidel, ao longo dos debates, fazia lembrar, por vezes, Maigret a clarificar situações confusas, repondo a verdade e apontando culpados e inocentes. Abriu aquela audiência incomum solicitando depoimentos minuciosos aos jovens que a tudo haviam assistido, antes que eles fossem submetidos às perguntas dos jornalistas. Pouco a pouco a neblina desfez-se, os sorrisos desapareceram dos rostos de muitos repórteres, as mentiras foram caindo e a verdade veio à tona.

A manifestação que não houve

A estória conta-se em poucos parágrafos. Com antecedência, os representantes de numerosos órgãos de comunicação social estrangeiros foram convocados para cobrir uma grande «marcha» da oposição no município de 10 de Octubre. Os rádios de Miami lançaram apelos. Os dissidentes iriam desfilar ao longo de seis quarteirões. O local da concentração seria a grande praça conhecida como Parque Dolores, em Lawton.

Compareceram umas duas dezenas de jornalistas, talvez mais. Mas à hora anunciada não havia manifestantes. Na praça encontraram cerca de um milhar de jovens que festejavam o quinto centenário da fundação de Havana, num acto público cultural programado com grande antecedência. Divertiam-se, cantavam e bailavam.

Não houve consenso quanto ao número de «manifestantes» que apareceram no meio da festa. Segundo alguns dos estudantes eram três, segundo outros quatro. Os jornalistas não se pronunciaram sobre a questão.

O primeiro dissidente que se mostrou, um tal Fermin Zulueta, empunhava um cartaz de papelão com os dizeres «Justicia para los niños asesinados» (sic).

Rodeado e acochado pelos jovens, refugiou-se num armazém, protegido por funcionários do Ministério do Interior, que o livraram de ser espancado.

Um carro que passou deu uma martelada numa câmara de televisão, em incidente que contribuiu para exaltar mais os ânimos (a viatura ainda não fora identificada).

Um segundo dissidente gritou um slogan e agitou um cartaz, onde, desta vez sem erros de ortografia, se lia «Exigimos derechos humanos!». Repetiu-se o que ocorrera antes. O opositor salvou-se da ira popular protegido pelos agentes do Ministério do Interior.

Provocação

Ficou transparente que havia meia dúzia de jornalistas por cada dissidente.

Tal evidência não impediu que o correspondente da Reuters (que repetidamente fez a apologia do magnífico trabalho realizado pelos correspondentes estrangeiros em Cuba) indagasse, levemente irónico, por que motivo os jovens manifestantes que haviam sido protagonistas dos incidentes não estavam também ali, para apresentar a sua versão dos acontecimentos?

A resposta veio de Fidel.

Apresentou o currículo dos dois cavalheiros dos cartazes. O «jovem» Fermin tem 38 anos. O seu cadastro, como delinquente, é pesado. Passou pelas cadeias condenado por crimes e fraudes na área da economia e por posse de drogas. Não tem profissão definida e não trabalha. Veio de Matanzas. O outro, Eduardo Freitas, tem 48 anos, mora em Pinar del Rio. Não tem cadastro, mas não trabalha e mantém contactos assíduos com emissoras contra-revo-

lucionárias de Miami. Ultimamente apresenta-se como um defensor dos direitos humanos.

Fidel esclareceu que se encontram ambos detidos por desordeiros e provocadores.

Grande parte dos debates foi preenchida pelo diálogo dos jornalistas estrangeiros com os jovens cubanos que, sem papas na língua, definiram como provocatórias e até agressivas as perguntas que alguns dos correspondentes lhes dirigiram após os incidentes no Parque Dolores. O representante da Ansa, professoral, interrompeu uma estudante de jornalismo, sentada ao lado de Fidel, para a intimidar a sintetizar em «três linhas» a situação criada pelo aparecimento dos dissidentes. A moça deu-lhe a resposta que merecia: «Basta-me uma palavra: Provocação!» Milhões de cubanos tiveram a oportunidade de saber o que se passou no Parque Dolores de Havana naquele dia.

Mas quantos pessoas fora de Cuba tiveram acesso à verdade? Poucas, muito poucas.

Julgo útil informar que mais de um milhar de jornalistas estrangeiros já se encontravam em Havana, para cobrir a Cimeira, quando se produziram os acontecimentos aqui evocados.

Nos EUA, a poderosa CNN difundia insistentemente para todo o mundo a mentira, sugerindo a existência em Cuba de uma atmosfera de tensão social. Por si só, como sublinhou Fidel, a calúnia relativa ao assassinio de crianças em Cuba - o país que na Terra mais defende os direitos da criança - é suficiente para gerar a justa indignação do povo de Martí.

Cimeira de Havana condena violações do direito internacional

Os chefes de Estado e de Governo reunidos em Havana na nona Cimeira Ibero-Americana reafirmaram o seu «enérgico repúdio» pela aplicação unilateral e extraterritorial de leis e medidas que infringam o direito internacional.

Esta posição consta da declaração final da Cimeira assinada anontem na capital cubana, onde durante dois dias decorreu o evento.

De acordo com notícias veiculadas pela agência Lusa, o documento faz notar que a aplicação unilateral da legislação que infringe o direito internacional e procura sobrepor-se em países terceiros constitui uma «violação dos princípios» que regem o relacionamento internacional entre os Estados. Neste contexto, os dirigentes ibero-americanos exortam «com particular ênfase» o governo norte-americano para que ponha fim à aplicação da lei Helms-Burton que impõe o bloqueio a Cuba.

No documento, com uma dúzia de pontos e um anexo sobre a cooperação ibero-americana, os signatários comprometem-se a «fortalecer e tornar efectivo» o funcionamento das instituições democráticas, o pluralismo político, o Estado de direito e o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento.

O texto reafirma ainda o princípio da soberania e não intervenção, a autodeterminação dos povos, da solução pacífica dos diferendos, o não recurso ou ameaça de recurso à força e o direito de cada povo construir livremente o seu sistema político em paz, estabilidade e justiça.

Quanto à questão da globalização, tema da cimeira, a declaração elaborada pelos coordenadores e delegados de cooperação dos países ibero-americanos a partir de um projecto apresentado por Cuba - sublinha a contradição entre os seus riscos e potenciais benefícios, fazendo notar que embora a década de 90 tenha sido marcada por um maior desenvolvimento económico, registou, por outro lado, um aumento generalizado da pobreza. O documento apela aos organismos financeiros internacionais, às Nações Unidas e ao G-8 para que sejam adoptadas medidas de controlo da especulação financeira.

A Cimeira de Havana aprovou ainda formalmente a criação da secretaria de Cooperação permanente Ibero-Americana, com sede em Madrid, cujo responsável será o mexicano Jorge Alberto Losoya. A criação deste organismo, considerado vital para a dar seguimento às iniciativas decididas nas Cimeiras e autónoma em termos de recursos, é considerada «um passo em frente na cooperação ibero-americana» e um «resultado concreto da IX Cimeira».

O documento final refere-se ainda a quinze programas e projectos de cooperação ibero-americana que vão implicar um investimento de mais de trinta milhões de dólares.



José Rainha, dirigente dos Sem-Terra

"Acredito na pressão popular"

Texto
Isabel Araújo Branco
Fotos Sebastião Salgado
e arquivo

José Rainha, dirigente do Movimento dos Sem-Terra, foi condenado a 26 anos e seis meses de prisão, acusado de organizar o grupo de camponeses que, em 1989, três dias depois de ocupar pacificamente uma fazenda improdutivo no Espírito Santo, se envolveram num tiroteio com o dono das terras e um polícia à paisana. A sentença, proferida em 1997, foi contestada por inúmeras personalidades e organizações brasileiras e internacionais. Os Sem-Terra acusam a Justiça de ter feito um julgamento político, visando a organização e todos os trabalhadores rurais. Tendo sido condenado a uma pena superior a 20 anos, José Rainha, de acordo com a legislação brasileira, tem direito a um novo julgamento, recentemente marcado para 13 de Dezembro. De visita à Europa a convite do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica para participar numa iniciativa de protesto contra a Organização Mundial de Comércio, José Rainha concedeu uma entrevista telefónica ao «Avante!».

O dirigente do MST afirma acreditar na solidariedade internacional e na pressão popular e adianta que, caso seja condenado, se entrega à Justiça. «É melhor eu ficar preso, junto com o meu povo, e continuar a demonstrar a resistência popular para que a justiça sobreviva no Brasil, do que me refugiar noutro país», declara.

Avante! – Como pensa que o julgamento se vai desenrolar?

José Rainha – Há duas possibilidades. É possível que eu saia livre, mas para isso acontecer é preciso que tenha o apoio de uma ampla maioria da sociedade, tanto nacional como internacional. Isto porque se trata de um julgamento político. Se tal não acontecer, vai haver uma condenação.

– O que acha que é mais provável acontecer?

– Ser condenado, porque o Brasil vive uma crise muito grande nos três poderes. O poder executivo está caçando juízes corruptos, portanto eles não se falam. No julgamento do massacre do El Dourado do Carajás, todos os acusados foram absolvidos. Foi uma vergonha nacional! Até o Presidente da República repudiou a decisão do juiz. Ou seja, o presidente, que manda no país, teve quase de vir pedir desculpas.

Porque é que achamos que vou ser condenado? Exactamente, porque o poder judicial se quer vingar do executivo. E o poder judicial é muito corrupto.

– Mas o José Rainha e os Sem-Terra têm muita solidariedade no Brasil.

– Temos uma grande solidariedade dentro do país. Inclusive, inclusive, eu conheço quase todos os governadores de Estado.

– Eles apoiam-no?

– Sim, mas pertencem à área política. Tenho apoio tanto da esquerda como do centro, e também do sector artístico: cinema, novelas...

– São pessoas com grande influência na sociedade...

– Exacto. São artistas e intelectuais de renome como o António Fagundes ou a Lucélia Santos. Mas há outros, como o José Saramago, o Sebastião Salgado, o Chico Buarque de Holanda ou o Milton Nascimento.

O problema é que estamos com pouco tempo para articular essas pessoas, porque o julgamento foi marcado já para 13 de Dezembro. Se essas pessoas forem ao julgamento – e eu acredito que muitas delas irão – e nós conseguirmos mobilizar muita gente, o poder judicial vai se sentir intimidado. E aí, mesmo com o dinheiro da corrupção, os jurados vão pensar muito antes de fazer uma condenação política. A chance de ser absolvido depende da pressão nacional e internacional.

– Apesar de ter tanto apoio, continua a pensar que vai ser condenado?

– É o mais provável.

– Se isso acontecer, como é que vai ser?

– Há dois caminhos. O primeiro é ir para a cadeia, directo, porque não tenho chance de recurso. O segundo é pedir asilo político, o que eu não vou fazer. É melhor eu ficar preso, junto com o meu povo, e continuar a demonstrar a resistência popular para que a justiça sobreviva no Brasil, do que me refugiar noutro país.

Como não pode haver recurso, haverá lutas e uma ampla

mobilização em todos os sectores da esquerda em busca da liberdade. É possível que haja uma liberdade política. Ou seja, se o poder judicial não aguentar a pressão popular, o Supremo Tribunal pode anular a sentença. E eu acredito na pressão popular.

– Qual a importância da sua deslocação à Europa e ao Parlamento Europeu para a campanha de solidariedade?

– A Europa tem muita influência. Existe um vínculo muito grande entre o Presidente da República e a Europa. Sempre que faz um discurso mais contundente ou fala de desenvolvimento, ele refere a Europa.

O facto de deputados do Parlamento Europeu e de organizações internacionais de defesa dos direitos

humanos manifestarem solidariedade é fundamental, porque isso intimida as autoridades brasileiras. O apoio dos sectores europeus é fundamental.

– Tem recebido muitas manifestações de solidariedade na Europa?

– Tenho, em toda a Europa e de todos os sectores progressistas e de esquerda.

– Como está a decorrer a campanha no resto do mundo?

– Nós temos muitos contactos na África. Muitas organizações de direitos humanos e de outro tipo têm-se manifestado com *faxes* e *e-mails* dirigidos à Justiça e ao Presidente da República, repudiando a injustiça e exigindo a liberdade.

– Essa solidariedade internacional vai ter um peso no julgamento?

– Com certeza, ela será importantíssima. Eu falei agora com o presidente do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica e ele propôs-se organizar um abaixo-assinado de eurodeputados para enviar para o júri. Isso pesa, porque sabem que a decisão terá repercussão na Europa.



Na foto, da esquerda para a direita, Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT – Central Única dos Trabalhadores; Lula, dirigente do PT; José Rainha, dirigente do MST; Leonel Brizola e Marta Suplicy, deputada federal do PT

– Passando para a iniciativa em que está a participar, qual é a sua posição em relação à Organização Mundial do Comércio (OMC)?

– A nossa posição é contrária às medidas tomadas pela OMC. Primeiro, porque é um organismo que segue a política norte-americana imperialista. Todas as iniciativas do imperialismo desmoralizam os outros países e lançam-nos na maior miséria. Nós não concordamos com a actual política de fome e de exclusão.

As medidas que serão tomadas na próxima reunião excluem o pequeno e o médio agricultor, não só no nosso país e na América, mas também na Europa. Os pequenos produtores não terão voz activa nos mercados comuns.

A produção deve estar organizada para sustentar a fome e os pequenos e médios produtores devem colocar os seus produtos no mercado. Mas quais são os produtos que têm acesso ao mercado? Os produtos seleccionados produzidos pelas multinacionais.

– A OMC e as multinacionais têm muito poder e muita influência. Como é que se pode lutar contra isso?

– É preciso uma posição da Europa, não só do Parlamento Europeu, como de partidos que estão contra essa ofensiva. As organizações sociais da América vão fazer manifestos e repudiá-la a reunião, com documentos, desfiles e manifestações de protesto.

– E que outras iniciativas se podem realizar para lá da reunião?
– Organizar debates e fazer com que a discussão chegue ao povo, às bases.

– As pessoas comuns têm noção da importância destas questões?

– Não, elas não conhecem estas questões, não têm conhecimento do que está acontecendo. Aqui, na Europa, as pessoas são muito mais esclarecidas, porque a imprensa é diferente. No Brasil, a imprensa é elitizada e determinada. No resto da América a situação é ainda pior.

Na Europa, a maioria das pessoas estuda, mas no Brasil, um país em que a maior parte da população é analfabeta, é muito mais fácil impor as leis do imperialismo. É por isso que o imperialismo investe muito na América.

– Qual a actual situação do Movimento dos Sem-Terra (MST)?

– Hoje, o MST é o único que tem uma ofensiva contra o Governo de Fernando Henrique Cardoso, o FMI e o imperialismo. Nós estamos organizados em 24 Estados e conseguimos mobilizar os camponeses.

A crise social é grande, mas há pouca mobilização no sector operário por causa do desemprego. O Governo avança com as políticas de privatização e com os cortes nos gastos públicos, jogando a população na miséria.

– Na semana passada teve lugar o «Dia Nacional de Paralisação e Protesto», com o objectivo de lutar nomeadamente por medidas contra o desemprego e a melhoria dos serviços de educação e saúde. Como correu?

– Houve muitas paralisações de transportes e de bancos privados. Mas, nas cidades, houve pouca adesão em alguns sectores operários exactamente por causa do medo do desemprego.

Factos e provas

No dia 3 de Junho de 1989, a fazenda Ypuera, em Espírito Santo, no Brasil, é ocupada pacificamente por cerca de 100 famílias de camponeses sem-terra. Trata-se de uma fazenda de 1500 hectares, totalmente improdutivo, na sua maior parte cheia de mato raso.

Três dias depois, o dono da fazenda, José Machado Neto, e um polícia à paisana, Sérgio Narciso, disparam contra o acampamento. Os sem-terra respondem. Neto e Narciso morrem e vários trabalhadores rurais são feridos. Logo depois, a polícia militar despeja as famílias e prende vários camponeses.

Estes são os factos que deram origem ao processo em que José Rainha se viu envolvido. O seu nome foi apresentado à justiça por um inquérito da Polícia Militar, que citava os testemunhos de camponeses que, sob tortura, declararam que Rainha tinha participado no conflito.

O inquérito policial civil foi concluído em Junho de 1989 e a juíza responsável pelo caso concluiu que não recai sobre José Rainha «qualquer responsabilidade no crime». No entanto, em 1997, no julgamento que se seguiu ao inquérito da polícia militar, Rainha é condenado a 26 anos e seis meses de prisão, acusado de organizar o grupo dos trabalhadores rurais e de ajudar a fuga dos autores dos disparos.

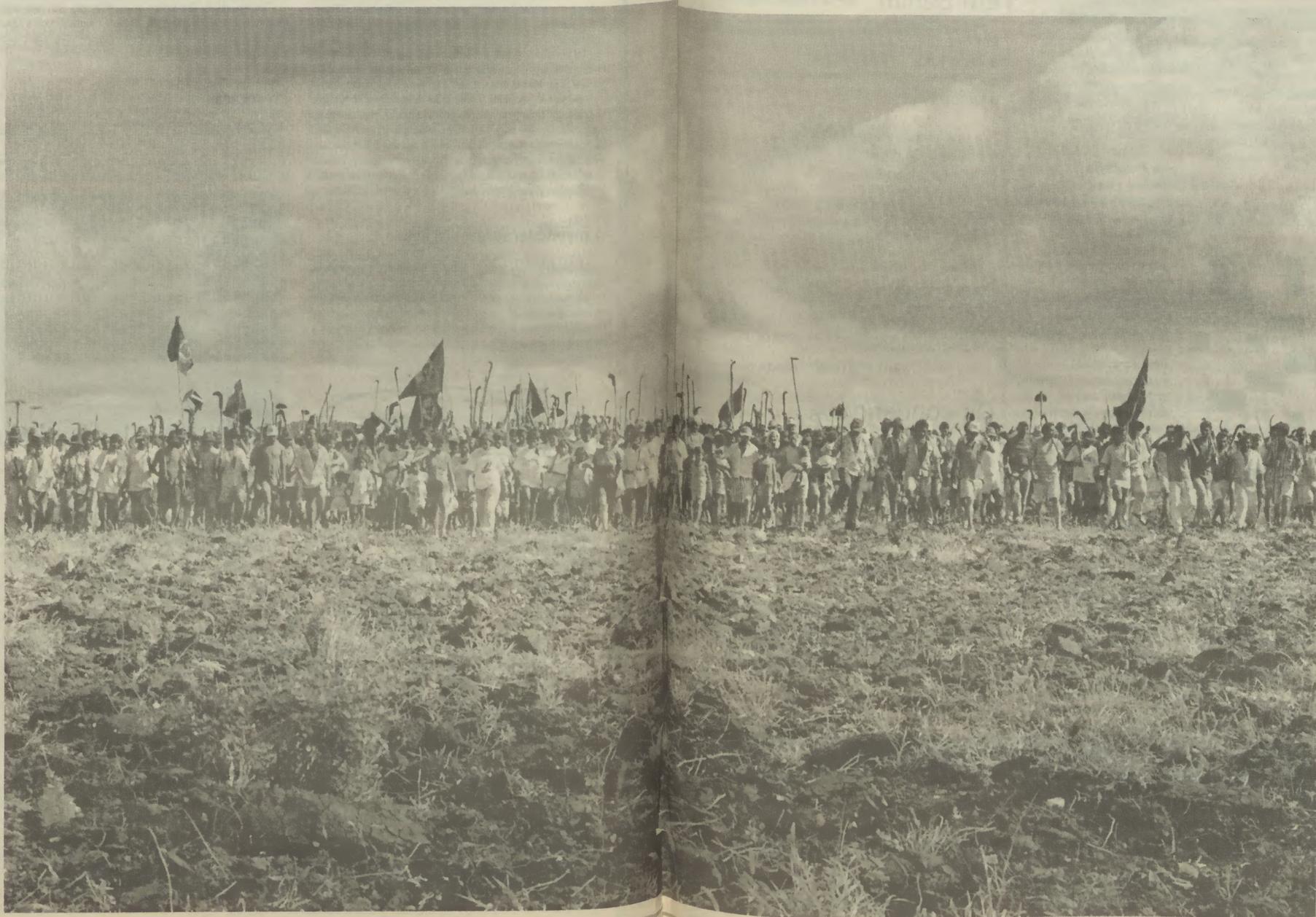
Para o MST, «as pessoas que participaram na condição de jurados compareceram com a vontade deliberada de condená-lo. Todos os jurados mantêm laços políticos e económicos com o latifúndio da região.» «O verdadeiro objectivo do julgamento não era apenas criminalizar a liderança de José Rainha, mas, antes de tudo, criminalizar todos os trabalhadores rurais sem-terra que ousam rebelar-se contra o latifúndio, criminalizar o MST e condenar a luta pela reforma agrária», acusa o movimento.

Os Sem-Terra defendem também que a condenação visa ainda «esconder e atrasar ainda mais o julgamento do assassinato de cinco lideranças populares do Espírito Santo».

Rainha foi condenado com base, não em provas, mas na leitura de declarações prestadas pelos camponeses à Polícia Militar sob tortura. «Os advogados contratados pela família do fazendeiro, já que não possuíam nenhuma prova concreta, realizaram um verdadeiro teatro do absurdo: choraram, ajoelham-se, pediram «pelo amor de Deus e de seus filhos, condenem este homem!». Mas em nenhum momento apresentaram provas da presença de José Rainha naquele local», diz o MST.

Provas apresentam os Sem-Terra, mas da permanência de Rainha no Ceará, onde participou em negociações com o Governo do Estado, entre 25 de Maio e 5 de Junho. Gravações vídeo e fotos, além de muitos testemunhos asseguram que o dirigente do MST estava bem longe de Espírito Santo.

Entre as testemunhas de defesa contam-se um coronel da polícia militar, o chefe de segurança da Casa Militar, um deputado do PSB, dois ex-presidentes da Câmara Municipal de Fortaleza e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixeramobim.



Coisas estranhas

Algo de estranho se está a passar no mundo dos homens, e dizemo-lo numa perplexidade que, como qualquer perplexidade de jeito, enforma com a presença de interrogações e enferma pela ausência de respostas.

Por exemplo, a questão dos nacionalismos e das nacionalidades. Olhando para esta «aldeia global», vê-se a Oriente o imenso arquipélago da Indonésia à beira da fragmentação, com povos até aqui atrelados a um poder central reivindicando autonomias como antecâmara para a independência. No subcontinente indiano, o colonialismo britânico rasgou povos com fronteiras que agora são palco de sangrentas disputas territoriais, enquanto em África é todo um imenso continente dilacerado por guerras entre povos que o colonialismo europeu dividiu pela régua e esquadro dos seus interesses. Já na Rússia – a maior das imensidões planetárias – a regressão à barbárie imperial abriu velhas feridas e os nacionalismos saltaram da caixa de Pandora com uma violência assustadora,

PONTOS CARDEAIS

enquanto no Médio Oriente prossegue a dramática luta pela sobrevivência do povo palestino cilindrado novamente pelo *diktat* colonial, a par de convulsões no mundo islâmico lideradas pelo fundamentalismo. Isto para falarmos apenas dos casos mais relevantes. Em contrapartida, os poderosos da Europa Ocidental organizam uma Comunidade Europeia que procura diluir nações e nacionalidades num gigantesco caldeirão de interesses dos mais fortes com dimensão planetária, enquanto o capitalismo, já transnacional e sem rosto, comanda os destinos de toda a humanidade numa concentração e apropriação do poder económico e financeiro sem precedentes. Ou seja: as habituais minorias exploradoras erguem a bandeira das «uniões», das «interdependências» e das «globalizações» para aprofundarem a sua lógica de poder absoluto, enquanto a esmagadora maioria dos povos estrebucha na miséria e na exploração, começando a olhar para si próprios em busca de uma identidade que os liberte.

Algo de estranho se está a passar no mundo dos homens, e quando assim é – ensina-nos a História – quem domina acaba sempre por ter de ceder...

A vergonha

Na sua crônica no *Diário de Notícias*, o opinador Luís Delgado voltou a fazer das suas. Desta vez virou-se para Timor-Leste, onde considera que «as coisas não estão a correr bem entre o CNRT e a ONU, entre Xanana e as ONG, entre Ximenes Belo e alguns membros da Resistência, entre a Interfet e as Falintil». Transbordante de opiniões, Delgado toma partido e diz que «as declarações de Xanana são cada vez mais hostis e azedas». Todavia, o pior estava para vir. Após este intróito, volta-se para os timorenses e os seus dirigentes e adverte-os que têm de «recordar um ponto»: «o CNTR e os timorenses em geral têm uma infinita dívida de gratidão em relação à ONU, às ONG, à comunidade internacional e a todos os que individual ou colectivamente lutaram por

Timor independente.» Não satisfeito com isto, acrescenta que «não se sabe o que está a falhar no apoio local, mas, mesmo que isso se verifique, não faz sentido que Xanana e outros líderes da Resistência venham criticar, publicamente, e nos termos em que o fazem, os esforços de várias organizações», para concluir: «É que, por muito desorganizado que seja o esforço, por muito pouco dialogantes que estejam a Interfet e a ONU, foram elas e por acção delas que Timor vive agora em paz e liberdade. Que nunca os timorenses esqueçam isso.» Tantas enormidades juntas merecem comentário, não pela importância de quem as proferiu, mas de quem as acolheu e divulgou.

Dá ser preciso «recordar um ponto» ao sr. Delgado: é que não foi graças à ONU que o povo de Timor-Leste conseguiu a liberdade, mas graças ao preço que os timorenses pagaram em sangue, sofrimento, genocídios e humilhações sem fim, para alimentar uma luta de mais de duas décadas que travaram sozinhos no meio da indiferença dos senhores do mundo – quando não da sua conivência com os algozes do povo maubere –, demonstrando uma coragem e uma determinação tão poderosas e heróicas que obrigaram a ONU, e quem nela manda, a agir, sob pena do total descrédito.

Se fosse possível ao sr. Delgado perceber isto, diria que a ONU, o mundo – e portanto todos nós, com o sr. Delgado incluído – é que temos «uma infinita dívida de gratidão» para com o povo de Timor-Leste, que tão impressionantemente nos veio lembrar que a luta pela liberdade e pela justiça pode vencer os mais desmesurados opressores e que o exemplo da coragem e da determinação pode mobilizar os povos ao ponto de obrigarem os seus cínicos governantes a confrontar-se com as suas responsabilidades.

Se fosse possível ao sr. Delgado perceber isto, diria que a ONU e quem nela manda acorreram tarde e a más horas a travar a monstruosidade que durante décadas tranquilamente deixaram ocorrer em Timor-Leste, e continuam a não fazer grande coisa para se redimir.

Se fosse possível ao sr. Delgado perceber isto, pediria aos timorenses que esquecessem o vergonhoso comportamento dos seus actuais salvadores nas longas e terríveis décadas com que ignoraram, impávidos e coniventes, a monstruosa opressão do seu povo.

Mas é evidente que o sr. Delgado não pode perceber isto.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Poema adiado

Primavera

O que eu gramava
agora mesmo era
escrever
um poema de amor
deixar correr
no vento disperso
a forma de um verso
com um feitiço
irreal
de Primavera
adivinhada.

Porque afinal
um poema de amor é isso
ou não é nada.

Em Berlim

Por que raio me obrigam
a ver o Khol
condecorando
o Gorbachov?

Por que é que eu tenho de ouvir
o publicitário dizer
com toda a convicção
que na democracia
depois da rendição
tudo ficou melhor?

Ó Cristo!
Por que há-de ter
de ouvir isto
quem só queria escrever
um poema de amor?

Os condenados

De manhã, quem passasse
pelo jardim, veria no castigo
da pedra nua, face a face,
o «sem abrigo»
derrubado.

Passávamos de lado...

(era à beira de um canteiro
todo sonhado de flores
sinfonia de mil cores
de um Outono cavalheiro)

Passávamos de lado...

(canteiro que se empava
de beldades a cantar
o seu coro afinado
de estrelas sem razão)

Passávamos de lado...

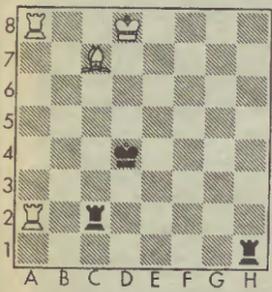
Poema de amor: perdoa
tem mesmo de ficar
para outra ocasião.

XADREZ

DCCXXX – 18 DE NOVEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999X41

Por: Tigran Borisovic Gorgiev
«L'Echiquier» – 1930

Pr.: [3]: Ts. c2, h1 – Rd4
Br.: [4]: Bc7 – Ts. a2, a8 – Rd8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1999X41 [T. B. G.]
1. B6+; R:é5; 2. T8a5+; Tç5; 3. Tç5+; Rd6;
4. Th5+; T:h5; 5. Ta6+; R-; 6. Ta5+e g.

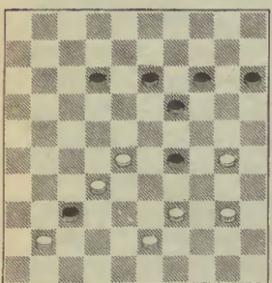
A. de M. M.

DAMAS

DCCXXX – 18 DE NOVEMBRO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999D41

Por: A. A. Polman
NL – 1957

Pr.: [7]: 12-13-14-15-19-29-37
Br.: [7]: 28-30-32-39-40-41-43



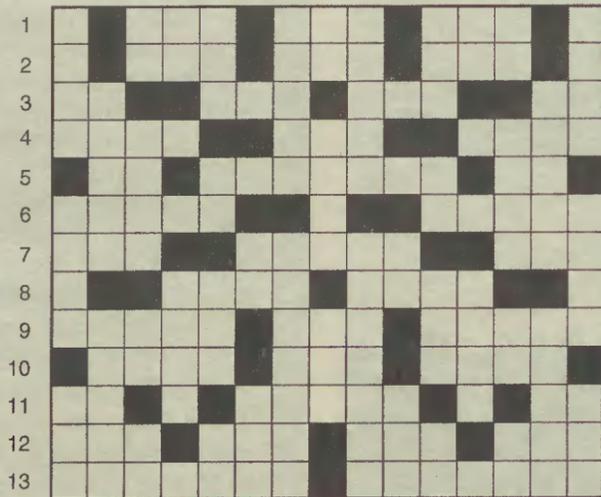
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1999D41 [A. A. P.]
1. 32-27 (29x46=D); 2. 27-22 (46x23); 3.
39-33, (29x49=D); 4. 22-18, (x); 5. 18x7 e g.

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 – Agente susceptível de estimular o órgão próprio dos seres que têm a faculdade da visão; vaso de pedra para líquidos; pron. pess. feminino. 2 – Unidade das medidas de capacidade para secos, usada em Damão; principal rio da Suíça; antigo navio de guerra, de alto porte. 3 – Divindade solar dos antigos faraós; interj. coragem; eternidade; atmosfera. 4 – Vereador municipal; passa para fora; guisado de carne (bras.). 5 – Antiga cidade da Caldeia; fixo por meio de prego ou de cravo; o m. q. porco (prov.). 6 – Pequena moeda grega que valia um sexto do dracma; desmiolara. 7 – Mealheiro (prov.); bile; chefe etíope. 8 – Formar em alas; narração dos tempos fabulosos ou heróicos. 9 – Nasce; igualdade (pref.); que não se deixa atravessar pela luz. 10 – Fazer concordar; esplendor (fig.); instigador (fig.). 11 – Artigo antigo; fazer valas em, para escoar os campos; flauta chinesa de bambu com doze orifícios. 12 – Rochedo (bras.); grande extensão de água salgada; rim (ant.); conjunto de duas pessoas. 13 – Sarnenta; pousara no mar (o hidrovião).

VERTICAIS: 1 – Mau dançador (prov.); terra argilosa, colorida por um óxido de ferro com a qual se obtém um pigmento natural; aqui está. 2 – Estrume; rancho de trabalhadores que vão em procura de trabalhos agrícolas. 3 – Nota musical; enguia; avenida (abrev.); modo (fig.). 4 – Antiga cidade da Caldeia; erva-doce. 5 – Interj. de pancada; Cobalto (s.q.); a família; pedra de moinho. 6 – Bário (s.q.); bigorna de ourives. 7 – Fruta seca, principalmente a uva; matizara com as cores do arco-íris. 8 – Comparecia; garantia; astro luminoso que é o centro do nosso sistema planetário. 9 – Substância granulosa ou pulverulenta proveniente da decomposição das rochas; sacrificara matando. 10 – Sim (ant.); víscera dupla. 11 – Elemento de formação que exprime a ideia de vinho; o sono das crianças; tonalidade; Lantânio (s.q.). 12 – Naquele lugar; impugnar. 13 – Ouro (s.q.); cingir com nó; Alumínio (s.q.); rapaz (pop.). 14 – Neste momento; espiohar. 15 – Grande ave galinácea; aversão; fúria incontida.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 – Art: Art; nau. 3 – Rá: sus; evo: ar. 4 – Edil: Emama; iso; opaco. 10 – Avir; sol; moia. 11 – El; lalar; ti. 12 – Na; mar; m; par. 13 – Sar- nos; amatar.
VERTICAIS: 1 – Lare; ocre; eis. 2 – Adub; malia. 3 – Lá; Iró; av; ar. 4 – Ur; ants. 5 – Zs; Co; lar; mó. 6 – Ba; tas. 7 – Passa; ins; tsara. 8 – Lá; aval; Sol. 9 – Areia; molara. 10 – Si; rim. 11 – Enot; o; tom; La. 12 – Lá; opor. 13 – Au; aar; Al; pá. 14 – Agora; calar. 15 – Peru; asco; tra.

AGENDA

PORTO

Reunião regional de dirigentes e delegados sindicais

sobre a situação social e política e o próximo Congresso da CGTP-IN
Sexta-feira, 19, das 17h30 às 21h, no CT da Boavista, com a participação de **Jerónimo de Sousa**

Encontro de Quadros**do Distrito de Lisboa sobre TRABALHO AUTÁRQUICO**

Quinta-feira, 25, às 18h30, na Casa do Alentejo

Encontro de Quadros do Sector da Saúde de Lisboa

Situação política – Conclusões da Reunião do CC – Situação na área da Saúde

Quinta-feira, 25, às 21h, no CT Vitória

Penafiel

Segunda-feira, 22, às 21h30

Reunião de eleitos e activistas da CDU dos concelhos do Vale do Sousa

na sala da Assembleia de Penafiel com a participação de **Honório Novo**

Vila Nova de Gaia

Sábado, 20, às 15h, no CT

Reunião de eleitos e activistas da CDU**Carlos Carvalhas no Alqueva e em Palmela**

O secretário-geral do PCP, acompanhado por uma delegação do Partido, desloca-se na próxima terça-feira, dia 23, ao concelho de Moura, com o objectivo de aprofundar o projecto autárquico do PCP e de visitar as obras da barragem do Alqueva.

A visita começa às 10h30 com uma recepção na Câmara Municipal de Moura e um encontro com o Executivo Municipal e outros autarcas do Concelho, seguindo-se visita à zona industrial da cidade e a diversas obras municipais.

Às 12h30, Carlos Carvalhas dará início a uma curta visita às obras da barragem, sobre que fará então uma declaração pública.

No dia seguinte, quarta-feira, a partir das 12h30, o secretário-geral do Partido e outros camaradas almoçam em Palmela com trabalhadores e eleitos das respectivas autarquias, na colectividade "Os Loureiros".

Plenários e outras reuniões

ALMADA

Plenário das Células de empresa do concelho de Almada sobre o Congresso da CGTP-IN, com a participação de **Américo Costa**: Quarta-feira, 24, às 18h, no CT Concelhio (Pombal).

AMADORA

Plenário de militantes da freguesia da Falagueira sobre a situação política e social: Sábado, 20, às 14h30, na Junta de Freguesia da Falagueira.

LISBOA

Plenário de militantes do Sector de Empresas com a participação de **Arménio Carlos**: hoje, Quinta-feira, às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário de militantes da freguesia de Santiago: hoje, Quinta-feira, às 21h, na Junta de Freguesia de Santiago.

Plenário de militantes das freguesias de Coração de Jesus, Pena e S. José: Sábado, 20, às 15h, no CT Vitória.

Plenário do O.D. da Função Pública com a participação de **Jerónimo de Sousa**: Terça-feira, 23, às 19h, no CT da Av. Duque de Loulé.

Reunião de Reformados Bancários: Quinta-feira, 25, às 14h30, no CT Vitória.

OEIRAS

Plenário de militantes da freguesia de Oeiras sobre a situação política e social e questões de organização, com eleição da Comissão de Freguesia: Quarta-feira, 24, às 21h30, no CT de Algés.

PALMELA

Plenário de militantes da freguesia da Quinta do Anjo sobre a situação política e questões de organização e acção do Partido, com a participação de **Valdemar Santos**: Sexta-feira, 19, às 21h30, no CT da Quinta do Anjo.

Plenário de militantes da freguesia de Poceirão, também sobre a situação política e a acção do Partido, com **Valdemar Santos**: terça-feira, 23, às 21h, em casa do cam. José Silvério.

PORTO

Reunião de militantes, eleitos autárquicos e candidatos às últimas eleições da freguesia de Paranhos sobre a situação política e questões da actividade autárquica, com a participação de **Rui Sá**: sexta-feira, 19, às 21h30, na Casa da Cultura de Paranhos (Lg. do Campo Lindo).

Lisboa Jantar-convívio/Magusto comemorativo do 82.º aniversário da Revolução de Outubro

com a participação de **Maria da Piedade Morgadinho**
Sexta-feira, 19, às 20h30, no CT da Av. Duque de Loulé

Sobral de Monte Agraço Magusto

na garagem do cam. **Vladimiro Matos** com a participação de **António Andrez**
- Sexta-feira, 19, às 18h

Almoço-convívio

na colectividade de Sapataria com a participação de **António Andrez** e **António Bogalho**
- Domingo, 21, às 13h

Canidelo

Magusto da 3.ª Idade

promovido pela CDU/Canidelo na Esc. Sec. Inês de Castro (Meiral) com a presença do actor **Rui de Carvalho**, presidente da Com. Nac. do Ano Internacional do Idoso
- Domingo, 21, às 15h

O que é ser comunista HOJE?

- tema para conversa com **José Casanova**
Sexta-feira, 19, a partir das 21h na Sala da Biblioteca Municipal **Constância**

JORNADA NACIONAL DE PROPAGANDA Acções previstas no distrito de Lisboa

Estúdio móvel

Dia 18 em Lisboa – a partir das 8h na Zona Oriental e Areeiro (Segurança Social); à tarde em Sintra.
Dia 20 em Loures

Distribuições de propaganda

Dia 18 – Empresas de Oeiras (Alsil e Computerworld, J. Santos, Gispol, Chicco, J. Monteiro, Iberfar, Delphi) e de Cascais (Sanofi, Synthelabo, Altamira, Vitromh).
Dia 19 – Empresas de Oeiras (Lisgráfica, Shereder, EFACEC) e de Cascais (Oficinas da CM, SUMA, Raushert, Apapil).
Dia 22 – Empresas de Oeiras (Nestlé, ISQ – Instituto Superior de Qualidade).
Dia 24 – Empresas de Oeiras (Autosil, Turbomar) e de Cascais (Caixisol, Soc. Pneus Conceição).
Dia 25 – Empresas de Oeiras (PIFO, Sonicec Panasonic, Borbalis) e de Cascais (Parque COTAI, Panguitter, Matsica, Soplacas, Sol Algés, Recheio, New Lance, Pimenta Rendeiro).
Dia 26 – Empresas de Oeiras (Shindler, Tradembal, Novemal) e de Cascais (Jodofer).
Cidade de Lisboa (durante a semana corrente) – Gulbenkian, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Hotel Tivoli, Hotel Ritz.

Ainda o 20.º aniversário da JCP
Iniciativas comemorativas – Reuniões de trabalho

Évora – Dia 20 às 15h no CT do PCP – Plenário Concelhio do Ensino Secundário; dia 20, em Montemor-o-Novo – Maagusto.
Moita – Dia 20 às 15h – Encontro Regional de Setúbal da organização do Ensino Secundário da JCP.
Sintra – Dia 20 às 15h30, no CT de Rio de Mouro – Encontro Concelhio de Sintra da JCP. Jantar-convívio no final.
Lisboa – Dia 19 às 21h no CT Vitória – Conversas e copos sobre os 20 anos da JCP.
Grândola – Dia 20 às 22h30, na Discoteca-Bar Insónias – Animação musical. Música rock.
Trofa – Dia 19 às 21h – Concerto com os "Mellowtone" e os "Dionysus".
Vila Franca de Xira – Dia 19, às 21h, no CT do PCP de Vila Franca – Iniciativa cultural e de convívio; dia 20, às 16h, no Centro de Convívio Álvaro Pinheiro, no Sobralinho – Iniciativa cultural e de convívio; dia 21, às 15h30, no CT de Alhandra – Plenário de militantes da JCP; dia 26, a partir das 21h, na Casa da Juventude e da Cultura em Alverca – Feira de Artes.
Viseu – Dia 20, no Hangar – Festa de aniversário.
Santarém – Dia 19, às 21h30, no Antigo Lagar, na Chamusca – Convívio e exposição; dia 20 às 21h30, em Alcanhões – Convívio comemorativo.
Setúbal – Dia 20 às 21h, no Espaço Jovem em Arrentela – Festa Cubana.
Faro – Dia 19 às 21h, no CT de Faro – Convívio.

TEMPO DE ANTENA DO PCP

hoje na RTP 1 após o Telejornal das 20.00 h**Conheça as primeiras propostas do PCP
Para que não fique tudo na mesma!**

TELEVISÃO

Quinta, 18

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Lições do Tonecas
22.35 Homicídio nos Montes

Sexta, 19

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 Lenda da Garça
22.00 Companhia do Riso
22.40 Macau: Entre Dois Mundos

Sábado, 20

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Top +
15.10 Máquinas
16.00 Parlamento
17.00 Estrada Viva
17.30 Air Bud
(de Charles Martin Smith, EUA/1997, com Kevin Zegers, Michael Jeter, Wendy Makkena, Bill Cobbs, Eric Christmas. Comédia)
20.00 Telejornal
21.15 Santa Casa
23.10 Nash Bridges

Domingo, 21

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.10 Academia de Polícia
16.15 Robison Crusoe - A Verdadeira História
(de George Miller e Rodney K. Hardy, Austrália/1993, com Pierce Brosnan, William Takaku, Polly Walker. Aventuras)
18.15 Jet 7
19.00 Futebol: Belenses-Sporting
21.00 Telejornal
22.25 Os Principais

Terça, 23

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Não És Homem Não És Nada

Quarta, 24

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
19.00 Regiões
19.30 Futebol (Jogo da Liga dos Campeões)
21.45 Telejornal
23.00 A Lenda da Garça
23.40 Nós, os Ricos



Mahler, consagrado em vida como um grande chefe de orquestra, só nas últimas décadas foi reconhecido como um grande compositor. Domingo na RTP2 explica-se decerto porquê

Perdidos
(de John Byrum, EUA, com Ted Levine, Adam Baldwin, Judith Hogg, Miguel Ferrer. Policial)
00.30 24 Horas
01.20 Primeira Página
02.50 Scarlett

RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 A História da Terra
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Nancy Drew
20.35 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 No Rasto do Mal
00.30 1914/18 - A Grande Guerra e o Nosso Século (IV)
01.30 Vermelho Vivo
(de Arturo Ripstein, Méx./Fr./Esp/1996, com Regina Orozco, Daniel Gimenez Cacho. Drama)

SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja de Camilo
21.30 Terra Nostra/Suave Veneno
22.45 Esta Semana
24.00 Irmãos de Armas
(de Jeffrey Woolnough, EUA/1998, com Gary Busey, Matt Battaglia, Chandra West. Acção)
02.20 Último Jornal
02.55 Dra. Quinn
03.55 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.10 República & Bananas
21.45 Um por Todos
23.40 A Bola É Nossa
01.35 Os Navegadores
(de Philippe Mora, EUA/1995, com Sam Horton, Brian James, Joanchen, Harold Pruett. Ficção Científica)
03.25 O Rei do Bairro
04.00 Terra, Conflito Final
05.30 A Balada de Hill Street
05.40 Mulher Perigosa



Francisco José Viegas está agora a "fechar" a RTP 1 com um relance sobre os jornais da manhã seguinte

00.15 24 Horas
00.55 Futebol (Liga Inglesa)
01.55 Verão Inesquecível
(de Matty Rich, EUA/1994, com Larenz Tate, Joe Morton, Suzanne Douglas. Comédia)
04.00 Todas as Amantes o Fazem (Longa-metragem. Erótico)

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.15 Quem Sai aos Seus
12.40 Juvenil
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Macau: As Duas Faces de Cláudia
15.00 Desporto 2
19.10 2001
19.35 Onda Curta
(Um Americano em Tânger, "An American in Tangier" - Filme de Mohamed Ulad-Mohand. Curta Metragem)
20.05 O Século das Descobertas
21.00 Novos Heróis
22.00 Jornal 2
22.50 O Lugar da História
23.40 Allô, Allô!
00.10 A Grande Barraca
00.40 Smith and Jones
01.10 O Oitavo Dia (de Jaco Van Dormael, Fr./Bélg/1996, com Daniel Auteuil, Pascal Duquenne, Miou-Miou. Ver Destaque)

SIC

08.00 Zip Zap
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Drácula, Morto mas Contente
(de Mel Brooks, EUA/1995, com Leslie Nielsen, Peter MacNicol, Steven Weber, Amy Yasbeck. Comédia/Terror)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Negócio Fechado
23.15 Horizonte Longínquo
(de Ron Howard, EUA/1992, com Tom Cruise, Nicole Kidman, Thomas Gibson, Robert Prasky. Ver Destaque)
02.15 Último Jornal
03.50 Afrodísia
04.50 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.20 Top Rock
13.30 Contra-Ataque
14.30 Caras Lindas
16.00 Noivas de Ocasão
(de J.C.Shardo, EUA/1997, com Connie Selecca, Twiggy Lawson, Shawnee Smith. Drama)
17.50 Até as Vaqueiras Ficam Tristes
(de Gus Van Sant, EUA/1995, com Keanu Reeves, Uma Thurman, Lorraine Bracco, John Hurt. Comédia)
19.30 Homem Simples
(de Hal Hartley, EUA/1992, com Robert Burke, Bill Aaga, Karen Sillas, Elina Lowensohn. Drama)
21.30 Todo o Tempo do Mundo
22.25 Sedução Indecente
(de Alan Metzger, EUA/1996, com Gary Cole, Mary Kay Place, Nicholle Tom. Drama)
00.15 Directo XXI
00.40 Terrorista Democrático
(de Pelle Berglund, Suécia/1992, com Kjell Bergqvist, Karl Heinz Muslo, Heikko Deutschmann. Drama)
02.25 Casos de Arquivo
03.30 A Balada de Hill Street
04.30 Mulher Perigosa

24.00 Domingo Desportivo
00.15 24 Horas
01.55 Crosswords - O Dia Final
(de Krishna Rao, EUA/1997, com Rutger Hauer, Josh Charles, Stuart Wilson, Andrea Roth. Fantástico)
03.40 Liga dos Campeões

RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.20 Infantil / Juvenil
13.05 Quem Sai aos Seus
13.30 Saber e Fazer
14.00 Jornal d' África
14.30 Rotações
15.00 Desporto 2
18.40 Novos Heróis
19.30 Bombordo
20.00 Artes e Letras - "Mahler"
21.00 O Amigo Comum
22.00 Jornal 2
22.50 Horizontes da Memória
23.20 Nazismo: Um Aviso da História (V)
00.20 Retrato de Uma Senhora
(de Jane Campion, EUA/1996, com Nicole Kidman, John Malkovich, Barbara Hershey, Mary Louise Parker, Shelley Winters. Ver Destaque)

SIC

08.00 Zip Zap
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Mr. Magoo
(de Stanley Tong, EUA/1997, com Leslie Nielsen, Kelly Lynch, Malcolm McDowell. Ver Destaque)
15.50 VIP
17.00 Rex, O Cão Policia
18.00 Três Ninjas
(de Jon Turtletaub, EUA/1992, com Victor Wong, Michael Treanor, Max Elliott Slade, Chad Power. Aventuras)
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Tempo dos Dinossauros
21.30 Um Sarilho Chamado Marina
22.00 Casos de Polícia
24.00 O Exterminador Implacável - II
(de James Cameron, EUA/1991, com Arnold Schwarzenegger, Linda Hamilton, Edward Furlong. Ver Destaque)
02.50 Último Jornal
03.25 Portugal Radical.

TVI

09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.50 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Caras Lindas
16.00 Promessa
(de Susan Rohrer, EUA/1998, com Kellie Martin, Mary Steenburgen, Diane Baker, Marion Ross. Drama)
18.00 Segredo das Estrelas
19.30 Acidente Explosivo (Longa-metragem)
21.30 Todo o Tempo do Mundo
22.30 Vingança Imperfeita
(de Mark Sobel, EUA/1996, com Jonathan Brandis, Tatyana M. Ali, Charlotte Ross. Drama)
00.20 Directo XXI
00.55 O Medo
(de Vincent Robert, EUA/1995, com Eddie Bowz, Leland Hayward, Darin Heames, Anna Karin, Monique Mannen. Drama)
02.50 A Balada de Hill Street
03.55 Mulher Perigosa



Em "Andamentos" (sexta à noite, na RTP2), Paula Aresta, sempre acompanhada por Rui Vieira Nery, ajuda a melhor conhecer as relações entre a música e a vida



A "Crónica do Século", em segundo episódio recheado de documentos inéditos, ocupa-se da implantação da República. Segunda-feira à noite na RTP1

Segunda, 22

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 A Usurpadora
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.20 A Lenda da Garça
22.00 Crónica do Século (Progr. 2)
01.00 24 Horas
01.50 Primeira Página
02.45 Geração Rasca (de Carl Prechezer, Gr.Br./1995, com Sean Pertwee, Catherine Zeta Jones, Steven MacKintosh. Aventuras)

RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 História da Terra
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.35 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Macau
00.30 O Regresso do Caribu
01.30 Os Encontros de Paris
(de Eric Rohmer, Fr./1994, com Clara Bellar, Antoine Basler, Aurore Rauscher, Serge Renko. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra
23.30 Rambo III
(de Peter MacDonald, EUA/1998, com Sylvester Stallone, Richard Crenna, Marc de Jonge. Acção)
01.40 Último Jornal
02.15 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.10 República & Bananas
21.45 Branca de Neve
(de Michael Cohn, EUA, com Sigourney Weaver, Sam Neill. Drama)
23.25 Os Jurados
(de Sturla Gunnarsson, EUA/1996, com Kelly McGillis, Christopher Plummer, Lauren Hutton. Drama)
01.00 O Rei do Bairro
01.30 Terra, Conflito Final
02.30 Desporto
03.00 A Balada de Hill Street
04.00 Mulher Perigosa

22.30 Herman 99
01.00 Liga dos Campeões
02.00 Jesse
02.30 24 Horas
03.20 Primeira Página
03.50 Sequest, Brigada Submarina
04.50 Interceptor - Missão Invisível
(de Michael Cohn, EUA/1992, com Andrew Divoff, Jurgen Prochnow, Elizabeth Morehead. «Thriller» / Acção)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 A História da Terra
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Nancy Drew
20.30 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Macau
00.30 O Regresso do Caribu
01.30 Os Encontros de Paris
(de Eric Rohmer, Fr./1994, com Clara Bellar, Antoine Basler, Aurore Rauscher, Serge Renko. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra
23.30 Rambo III
(de Peter MacDonald, EUA/1998, com Sylvester Stallone, Richard Crenna, Marc de Jonge. Acção)
01.40 Último Jornal
02.15 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.10 República & Bananas
21.45 Branca de Neve
(de Michael Cohn, EUA, com Sigourney Weaver, Sam Neill. Drama)
23.25 Os Jurados
(de Sturla Gunnarsson, EUA/1996, com Kelly McGillis, Christopher Plummer, Lauren Hutton. Drama)
01.00 O Rei do Bairro
01.30 Terra, Conflito Final
02.30 Desporto
03.00 A Balada de Hill Street
04.00 Mulher Perigosa

01.10 O Comando dos Tigres Negros
(de Ted Post, EUA/1997, com Chuck Norris, Anne Archer, James Franciscus. «Thriller» Policial)
03.00 24 Horas
03.50 Primeira Página
04.20 Diário de Maria

RTP 2

07.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Que Vida Esta
17.00 A História da Terra
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.35 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Acontece
23.05 Juízo Final
23.35 Sinais do Tempo ou Zoom
00.35 Ópera - "A Força do Destino"

SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.15 Terra Nostra
23.40 A Mulher do Meu Irmão
(de Steven Beigelman, EUA/1996, com Keanu Reeves, Vincent d'Onofrio, Cameron Diaz. Comédia Dramática)
01.40 Último Jornal
02.15 Toda a Verdade
03.15 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.50 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.15 Ri-te Ri-te
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 The Net
21.00 Directo XXI
21.10 República & Bananas
21.45 Branca de Neve
(de Michael Cohn, EUA, com Sigourney Weaver, Sam Neill. Drama)
23.25 Os Jurados
(de Sturla Gunnarsson, EUA/1996, com Kelly McGillis, Christopher Plummer, Lauren Hutton. Drama)
01.00 O Rei do Bairro
01.30 Terra, Conflito Final
02.30 Desporto
03.00 A Balada de Hill Street
04.35 Mulher Perigosa

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Por isto e por aquilo...

Horizonte Longínquo

(Sábado, 23.15, SIC)

A história é pobrezinha, coitadinha, mas diz-se que vale a pena ver a forma como está posta em cinema, com uma esplendorosa reconstituição de época que nos leva até finais do século XIX, em Oklahoma, quando acompanhamos a saga de um casal de jovens irlandeses que emigram para a América. Com Tom Cruise e Nicole Kidman nos principais papéis.

O Oitavo Dia

(Sábado, 01.10, RTP2)

Da pobreza franciscana em que se afundou por completo a programação cinematográfica da desgraçada RTP1 (agora também já escandalosamente suplantada pela da própria SIC, mesmo tendo em conta horários completamente impraticáveis) resta a esperança da descoberta de algumas estreias televisivas na RTP2. Esta, uma co-produção franco-belga com realização de Jaco Van Dormael, fala-nos da amizade nascente entre um homem à beira do abismo (em virtude de ruinosas relações familiares) e um jovem mongolóide com o qual se cruza fortuitamente. A descobrir.

Mr. Magoo

(Domingo, 14.00, SIC)

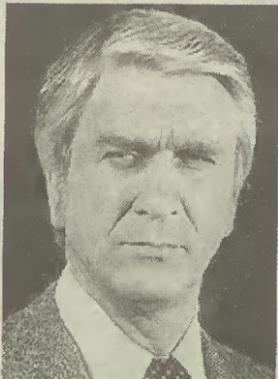
Como o título indica, trata-se aqui de adaptar ao cinema com figuras reais a célebre personagem da banda desenhada, interpretada pelo «inevitável» Leslie Nielsen. Uma comédia familiar para entreter a tarde de sábado, agora que o frio parece começar a apertar.

O Exterminador Implacável - Parte 2

(Domingo, 24.00, SIC)

Insólita mescla de homem e «robot», Termina-

tor é um andróide indestrutível que veio do futuro para lutar contra as forças do mal e, assim, salvar a humanidade da destruição nuclear: era este o traço essencial do primeiro filme da série *Exterminador Implacável* (1984) que constituiu um grande êxito de bilheteira e que, através da originalidade e espectacularidade dos efeitos especiais, marcou então pontos na história do cinema de ficção científica, transformando-se num filme de culto. Sete anos depois, o seu realizador James Cameron reincide na continuação da saga do nosso «robot», desta vez desenvolvendo ainda mais todas as potencialidades da indústria do espectáculo - o que lhe valeu nada menos do que quatro Óscares, a premiar um objecto cinematográfico de grande impacte visual.



Leslie Nielsen está mesmo a calhar na pele de «Mr. Magoo», filme de Stanley Tong

Retrato de Uma Senhora

(Domingo, 00.20, RTP2)

A realizadora deste filme é nada menos do que a celebrada Jane Campion (*O Piano*), uma realizadora neozelandesa que há três anos realizou na Europa (adaptando-a ao cinema) uma das obras da maturidade do escritor norte-americano Henry James. Intitulada *Retrato de Uma Senhora*, esta obra, tal como nos é descrita pelo texto de apresentação da RTP, «continua a reflectir os grandes temas do escritor, como os conflitos entre ingleses e americanos, as relações entre homens e mulheres ou a perversão da ingenuidade, aqui através da viagem pela Europa de uma jovem independente americana que acaba por fazer um casamento desastroso». Com Nicole Kidman, John Malkovich ou Barbara Hershey nos principais papéis.

As Três Noites de Eva

(Segunda, 03.15, SIC)

Representando o cume na arte fílmica de Preston Sturges, como autor e realizador de comédias cinematográficas, *As Três Noites de Eva* conta-nos as aventuras e desventuras do encontro de um tímido milionário (Henry Fonda) com uma belíssima aventureira (Barbara Stanwyck). Como bem salienta o texto de apresentação da SIC, «a associação de amor e sexo à mais despidorada vigarice é o motivo central do filme, sem que o estilo de Sturges perca em elegância, inteligência e humanidade». Exemplar típico da grande comédia americana, o filme está repleto de diálogos que ficaram clássicos, na boca de dois intérpretes de excepção em divertidíssima forma.



Nicole Kidman e Tom Cruise são os intérpretes principais do filme «Horizonte Longínquo», de Ron Howard

Os Encontros de Paris

(Terça, 01.30, RTP2)

Trata-se de um filme de sketches realizado por Eric Rohmer em 94. *O Encontro das 7 Horas*, *Os Bancos Públicos*, *Mãe e Filho* 1907, assim se chamam estas três curtas histórias que fazem sorrir, três contos de amor subordinados ao título genérico *Os*

Encontros de Paris. No dizer da RTP, «uma lição de simplicidade e eficácia (...)» na qual um dos veteranos da «nova vaga» do cinema francês se serve de um naipe de jovens actores e atrizes e de uma produção «barata» (rodada em 16 mm), ao mesmo tempo demonstrando «uma juventude e uma frescura invejáveis».

CABO & SATÉLITE

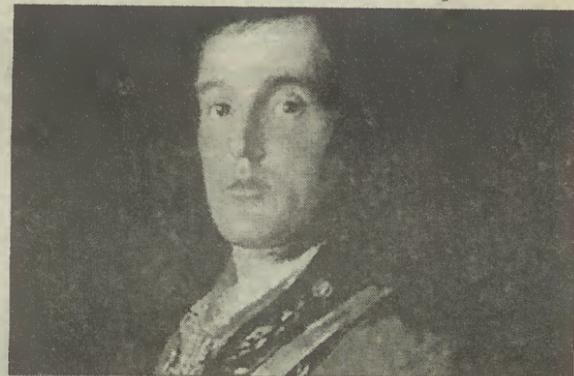
Napoleão, no Canal História

Se quiser ficar a conhecer melhor o despótico imperador que foi, em França, Napoleão Bonaparte, então aconselhamos vivamente o visionamento de um documentário do excelente canal História que lhe é dedicado. (História, sexta, das 21 às 22 horas)

para o Festival do Outono de 1998 da peça «Ricardo III» de Shakespeare. (La Cinquième, domingo, das 08.00 às 08.30)

Uma série brasileira de qualidade

Em plena década de 20, numerosos emigrantes italianos chegam a terras do Brasil. Entre eles, a família Gattai é o fulcro das atenções de *Anarquistas, Graças a Deus*, a adaptação a um «seriado» televisivo (em nove episódios) da obra mais ou menos autobiográfica de Zélia Gattai, escritora brasileira, mulher de Jorge Amado, que começou recentemente a ser transmitida na semana passada. Programada para o canal GNT, esta é uma oportunidade para ver do melhor que a televisão brasileira tem para nos oferecer, nos vários horários de primeira transmissão e repetição, aos sábados (às 20 horas) e domingos (à 01.00). (GNT, sábados, às 20 horas e domingos às 01.00)



O CANAL DA HISTÓRIA



GNT

Lições de Teatro

Nós sabemos que é muito cedo para ver televisão, ainda por cima ao domingo. Mas, já que não podemos anunciar-lhe aqui o início de uma notável reportagem em cinco episódios que começou a ser transmitida pelo canal La Cinquième no domingo passado (e integrada no espaço «L'Art du Septième Jour»), sempre poderá ver agora o segundo desses episódios e averiguar se valerá a pena ver ou gravar os seguintes. Trata-se de um documentário sobre os trabalhos de preparação da encenação de Patrice Chéreau



La Cinquième



Um fotograma do espectacular «Exterminador - Parte 2», de James Cameron



Charles Coburn, Barbara Stanwyck e Henry Fonda, em primeiro plano na comédia «As Três Noites de Eva», de Preston Sturges

A receita de Goebbels

O século XXI e o terceiro milénio estavam para começar no dia 1 de Janeiro do ano 2001 de harmonia com as regras científicas da contagem ou, se se quiser mais simplesmente, com a mera aritmética. Isto porque é costume que um século tenha 100 anos, que por consequência vinte séculos tenham 2000 anos (20x100, enfim) pelo que o século XX só ficaria completo no último dia do ano 2000, não no fim de 1999. Raciocínio semelhante e igualmente simples ensina que o segundo milénio só se encerra no final do ano 2000. Porém, como toda a gente já sabe, afinal o século XXI e o terceiro milénio vão começar daqui a pouco mais de seis semanas. E vai ser assim porque a Comunicação Social, porventura por lhe ter dado

para ali, mais provavelmente por encomenda de interesses comerciais ávidos de consumarem negócios a pretexto da passagem do século e do milénio, assim o proclamou. E não parece que haja nada a fazer: está resolvido, está resolvido. Creio que algumas vezes meticolosas e competentes que se atreveram a contrariar a decisão já resolveram calar-se, desistindo de uma rectificação em que ninguém parece estar interessado. Tanto mais que dá muito mais jeito mudar o século de 1999 para 2000 que de 2000 para 2001: o rigor que vá dar uma volta e o que os *media* proclamam é decerto a verdade.

Cito esta questão da mudança de século e de milénio porque me parece mais ou menos inocente e porque constitui um exemplo cabal de que a verdade não é o que é mas sim o que os *media* repetem quanto baste, e é claro que

tas das mais infames aldrabices acerca da fundação da RDA (posterior à criação unilateral da RFA pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, o contrário do que geralmente se supõe), da criação da chamada Cortina de Ferro (proclamada por Churchill em Fulton em 46, o que é quase sempre ignorado), do sempre escamoteado dever de qualquer estado soberano defender e controlar as suas fronteiras (para cujo entendimento basta lembrar como tradicionalmente se arriscavam a ser abatidos à bala os contrabandistas ou outros indivíduos que se

arriscavam a cruzar ilegalmente a fronteira luso-espanhola, e ninguém se admirava por isso). E claro que a televisão em geral e a TV portuguesa em particular lá estiveram a proclamar as imposturas *urbi et orbi*, como

se diz das bênçãos papais.

TVISTO

■ Correia da Fonseca

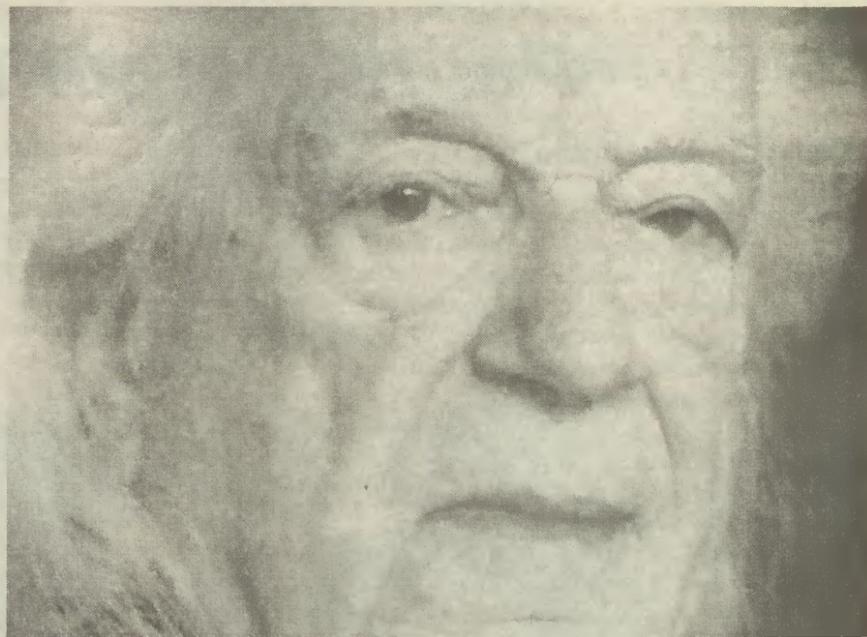
Um jornalista na Colômbia

Entre muitos outros exemplos possíveis que aliás se encontram a cada passo, destaco o caso também recente de uma reportagem acerca da guerrilha colombiana que o jornalista Nuno Ramos de Almeida fez para o programa «Esta Semana», da SIC. O que geralmente se pensa da guerrilha na Colômbia, como aliás das guerrilhas sul-americanas de um modo geral e sem capacidade de distinção entre elas, é que são o pior possível, sinistras até dizer chega, género sem-lei-sem-deus-e-sem-moral. Até há muitos filmes e telefilmes norte-americanos a ilustrarem este entendimento.

Pois o que Nuno Ramos de Almeida veio mostrar foi que pelo menos na Colômbia não é nada assim, bem pelo contrário: a guerrilha é factor de ordem e de pacificação, além de ser esperança de futuro. Por sinal, isto parece não ter caído nada bem à dona dr.^a Margarida Marante que tentou meter uns paus naquelas rodas, mas adiante.

Compreende-se decerto que estas duas particularizações, a do Muro de Berlim e a da guerrilha colombiana, sem falar do caso um pouquinho ridículo da mudança do século, se integram num processo muito amplo que ilustra: é a Comunicação Social que «faz» e dita a «verdade», por mais mentirosas que sejam as versões que divulga. É ainda e sempre a receita de Goebbels adoptada agora universalmente sem que as massas submissas aos *media* dêem por isso. Contra essa fal-

sificação permanente, versão no mundo da mediatização do golpe de estado permanente de que falou Malaparte, é preciso que cada um de nós esteja atento, por mais autodefendido que julgue já estar, e que mobilize o vizinho. Como escreveu o poeta, «é preciso avisar toda a gente, dar notícia, informar, prevenir». Se calhar, nos tempos que vão correndo, a batalha contra as falsificações da imagem do mundo e da vida é a primeira e mais decisiva de todas as batalhas.



Rafael Alberti

Poeta en la calle

Com a morte de Rafael Alberti ocorrida, como o «Avante!» noticiou, em 28 do mês passado, desapareceu uma das figuras cimeiras da cultura espanhola e mundial.

Nascido em 1902, o *Poeta en la calle*, título de um dos seus mais significativos livros de poemas e como gostava de ser chamado desde que aderiu ao Partido Comunista de Espanha, em 1931, deixa uma vastíssima obra, em praticamente todos os domínios literários e ainda na pintura, por onde começou, que atravessa e traduz com rara lucidez criadora os mais importantes acontecimentos deste século.

Apropriadamente, o «Editorial» do «El País» de 29 de Outubro asseverava:

«Alberti foi a representação viva do século, com as suas luzes e sombras.»

A Espanha prestou excepcionais homenagens ao grande poeta, no momento da sua morte, como aliás tinha acontecido desde que regressou do largo exílio de 38 anos, em 1977, com a célebre declaração: «Parti de punho cerrado e regresso de mão aberta». O que não significava nenhuma cedência nos seus princípios e convicções que assumiu com coerência através de 68 anos de militância comunista.

Todos os canais de televisão espanhola abriram os serviços noticiosos com o anúncio da morte de Alberti, alguns interromperam a programação para referi-la, todos incluíram peças sobre a vida e obra do poeta. Os principais jornais dedicaram-lhe suplementos ou várias páginas. A televisão da Andaluzia (Canal Sur) transmitiu em directo as principais cerimónias fúnebres que tiveram lugar em El Puerto de Santa Maria (Cadiz), terra natal e residência actual do poeta, com intervenções de destacadas figuras da cultura, de dirigentes do PCE e de outros políticos espanhóis, com a recitação de poemas de Alberti, a interpretação de famosas canções feitas a partir da sua poesia e que encerrou com os participantes a cantar *A Internacional*.

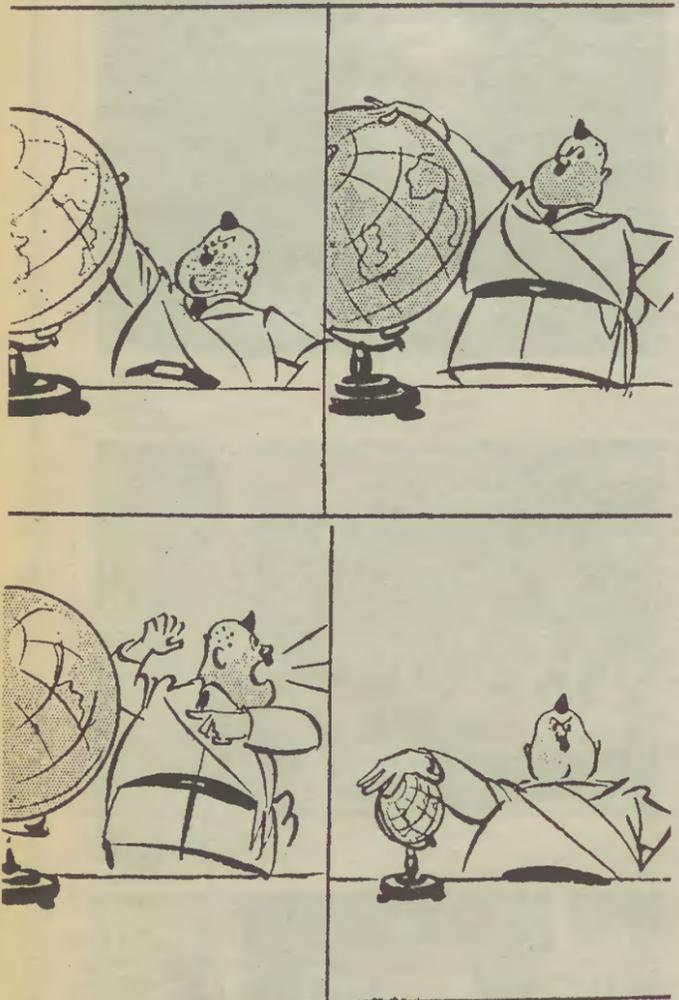
Mas de todo o mundo chegaram à fundação Rafael Alberti montanhas de mensagens, telegramas, faxes de desgosto pelo desaparecimento do poeta, como referiu há dias a viúva, a escritora Maria Asunción Mateo, para quem «foi qualquer de único, neste século, perante a morte de um escritor».

Em Rafael Alberti o criador artístico e o cidadão tornaram-se inseparáveis. O seu envolvimento na acção política militante verificou-se quando já era um poeta de prestígio reconhecido, especialmente com a publicação de *Mari-nero en tierra*, que obteve o Prémio Nacional de Literatura, em 1925, e *Sobre los angeles*, obra maior do surrealismo espanhol. Fazia parte da mítica geração de 27, com, entre outros, Garcia Lorca, Salinas, Cernuda, Damas Alonso.

Como aconteceu com numerosos intelectuais da vanguarda artística de então foi fascinado pela Revolução de Outubro de 1917 e pelas inacreditáveis mudanças que ela estava a operar na Rússia. Aderiu aos ideais da

Revolução de forma consistente, o que não aconteceu com outros. Foi já um destacado propagandista da Frente Popular. Mas foi sobretudo na Guerra Civil, ao lado dos Republicanos, que a sua intervenção assumiu a plenitude do poeta militante para quem a palavra era uma espada que ele próprio levava às mais perigosas frentes de batalha, encorajando os outros combatentes. São dessa época poemas como *Defesa de Madrid (Madrid, corazón de España/ late com pulsos de fiebre./ Se ayer la sangre se hervía, hoy con mas calor se hierva)* ou *Galopar*, espalhado pelo mundo na voz e na música de Paco Ibañez (*A galopar, a galopar, hasta enterrarlos en el mar!... Galopa jinete del pueblo/ que la tierra es tuya*). Terminada a Guerra Civil, com a vitória de Franco e forçado a partir para o exílio, Alberti escreverá em França, na Argentina, na Itália alguns dos mais pungentes poemas de saudade da pátria e ao mesmo tempo de incitamento à continuação da luta, que ele acompanha com o seu próprio exemplo intervindo como militante comunista em todas as batalhas que se travam no planeta pela liberdade e contra a exploração e a opressão.

Como todos os verdadeiros comunistas sofreu profundamente com a adulteração e perversão dos grandes ideais humanista a que devotou a vida inteira. Já em 1982 escrevia: *Adiós, quimeras, ideales, errores./ Nada era equivocado, parecía/ todo claro y posible de llegar a la meta*. Mas o desgosto não lhe alterou as firmes convicções com que fez quase um século de vida. Morto aos 96 anos, deixa inédito um livro sobre o amor.



quem fala em *media* fala em primeiríssimo lugar da televisão. Afinal, trata-se ainda da velha receita atribuída a Goebbels, o da sinistra propaganda nazi: uma mentira repetida mil vezes acaba por ser verdade. O pior é que nem tudo é tão relativamente inocente quanto a contagem de séculos e milénios. Há poucos dias ainda, quando do foguetório comemorativo do fim do Muro de Berlim, foi intensíssimo o bombardeamento das gentes por doses compac-

ESCAPARATE

CINEMA

Novíssimo Cinema Alemão no Porto

É assim intitulado o ciclo que hoje começa no Teatro Municipal Rivoli (Pequeno Auditório) e termina no próximo domingo. Com a colaboração do Goethe Institut, «o ciclo apresenta sete filmes dos anos 1998 e 1999, uma pequena selecção das mais recentes produções cinematográficas alemãs.» Com duas sessões diárias às 18.30 e às 21.30 (no domingo apenas se realizará a sessão das 21.30) serão projectados, hoje, «Oskar e Leni», de Petra Katharina Wagner (1998), e «Requiem Para Uma Mulher Romântica», de Dagmar Knoepfel (1999); amanhã, «O Vulcão», de Ottokar Runze (1999), e «O Sr. Zwilling e a Sra. Zuckermann», de Volker Koepp (1999); no sábado, «Curto e Breve», de Fatih Akin (1998), e «No País do Sol Poente», de Fred Klemen (1999); e no domingo, «23», de Hans-Christian Schmid (1998).



Von Sternberg e Godard, dois cineastas presentes no ciclo

Centenário de J. L. Borges na Cinemateca

Começa amanhã, na Cinemateca Portuguesa, um ciclo dedicado a Jorge Luís Borges pelo centenário do seu nascimento. Segundo o programador do ciclo, o realizador (também argentino) Edgardo Cozarinsky, ele está dividido em várias secções: «filmes directamente inspirados na obra de Borges; argumentos originais, escritos em colaboração com Bioy Casares e realizados por Hugo Santiago; adaptações de contos ("Emma Sunz" para "Dias de Ódio" de Torre Nilsson, "Tema do Traidor e do Herói" para "Strategia del Ragno" de Bertolucci, são os dois exemplos mais célebres), entre outras curiosidades. Segue-se um conjunto de filmes que, de um modo ou outro, interessaram a Borges (que, em alguns casos, escreveu crítica sobre eles) ou o influenciaram. Os restantes filmes do ciclo representam influências várias da obra de Borges.» Para os próximos dias, o destaque vai, amanhã (18.30), para «A Estratégia da Aranha», de Bernardo Bertolucci (1970); Sábado (15.30) «Les Autres», de Hugo Santiago (1974); Segunda (21.30) «Os Carabineiros», de Jean-Luc Godard (1963); Quarta (18.30) «Vidas Tenebrosas», de Joseph von Sternberg (1927).



BAILADO

Companhia Marie Chouinard

Intitula-se «Les Solos 1978-1998» o espectáculo de bailado que será levado à cena, hoje e amanhã, pelas 21.30, no Grande Auditório da Culturgest, em Lisboa. Com concepção, coreografia e partituras vocais da coreógrafa quebequiana Marie Chouinard, o espectáculo abrange «vinte anos de criação de dança, da qual serão apresentados onze solos num único espectáculo. Necessariamente diferentes - explica-nos o texto de introdução ao espectáculo -, demonstrando a riqueza de um percurso coreográfico que se foi recriando em termos de linguagem e de técnica e que simultaneamente foi sinalizando o tempo que ia passando, estes solos demonstram também que, para qualquer artista, há temas recorrentes que partilha com os espectadores.»



MÚSICA

Concerto no Instituto Cervantes

Tem um repertório fora do comum o recital que, hoje, às 19 horas, vai realizar no Instituto Cervantes o Grupo Raíces, da vizinha Espanha. Intitulado «Música Sefardita», o recital conta com a participação de Maria Luisa García, Antonio Lorenzo e Carlos Montero (vozes) com os músicos convidados Assunción González e Antonio González. No programa estão incluídos Tres Hermanicas, Dos Amantes, Ya Salió del mar la Galana, Las señas del marido, El Paipero, Gerineldo, Coplas de Purim, La hermana cautiva, Yo me levantara un lunes, Para que quero yo mas bivar, Axiroco de quinze años, La fraticida por amor e El nacimiento de Abraham. Entrada gratuita.



EXPOSIÇÕES

Conversas no Estefânea

Sob o título «O Valor Social da Arte - Ver, Pensar, Discutir», vêm sendo realizadas no espaço Estefânea (R. Alexandre Braga, 24-A, Lisboa) uma série de exposições de escultura (Carlos Ramos), cerâmica (Ana Catarina Sousa e Maria de Fátima Sá) e fotografia (Pedro Penilo), acompanhadas de debates. Segundo o texto de apresentação desta exposição, tanto os artistas envolvidos como os responsáveis do espaço no qual expõem, querem metamorfosear a realidade que é a posse do objecto artístico enquanto monopólio de classes que se intitulam cultas e possuem poder de compra, «proporcionando aos sócios e amigos o contacto com a arte; tirando as exposições dos museus e galerias; divulgando artistas e expressões; desmistificando e popularizando a criação.» Até 22 do corrente poderá ainda ser visitada a



Arte e Cultura em Almada

Começa amanhã e termina no próximo domingo um evento particularmente original - PréVia - já que ele constitui uma espécie de número zero (como acontece com os jornais e outras publicações periódicas) que serve de preparação ao verdadeiro e previsto projecto Via - Juventude Multimédia. Com os apoios da Akademya Lusoh-Galaktika, da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e esta última, da Escola Profissional de Música de Almada e da Videoteca da Câmara Municipal de Lisboa, sem esquecer como é natural o impulso dado pela Câmara Municipal de Almada, este projecto, segundo os seus organizadores, a Viatura, pretende ser «um evento bienal, dedicado ao diálogo entre arte, ciência e tecnologia. Num contexto introdutório, a Viatura, grupo de trabalho responsável pela concepção, coordenação e realização destes projectos, optou por uma abordagem a três áreas: música electrónica, video art e internet art, assente na assimilação e discussão de conhecimentos, debate de ideias e apresentação de projectos.» O local de realização deste

primeiro encontro é o Fórum Municipal Romeu Correia e a programação prevista é, no dia 19, *electro.music*, no dia 20, *video.art* e, no dia 21, *net.art*, com três sessões diárias a realizar entre as 14.30 e a 01.00.

Gaiteiros de Lisboa

Também para Almada e para o mesmo local (Fórum Romeu Correia), anunciam-se para os dias 26 e 27 às 21.45 e 28 às 16 horas três espectáculos pelo grupo Gaiteiros de Lisboa. Segundo o texto de apresentação destes espectáculos, «foi na busca de um som próprio, assente fundamentalmente na combinação das sonoridades de diversos aerofones, não apenas da tradição popular portuguesa como também de outras culturas, que os "Gaiteiros de Lisboa" conceberam em 1995 o seu primeiro CD "Invasões Bárbaras" e em 1997 "Bocas do Inferno". Estes espectáculos serão baseados neste último trabalho discográfico, mas estão anunciadas desde já várias surpresas e novidades.



CONVERSAS NO ESTEFÂNIA

O VALOR SOCIAL DA ARTE
Ver Pensar Discutir

ESCULTURA

CERÂMICA

FOTOGRAFIA

DEBATE

exposição de cerâmica; de 23 do corrente a 1 de Dezembro, a de fotografia; e uma exposição colectiva de 6 a 16 de Dezembro.

«António Aleixo em Madeira»

É deveras original a exposição que continua patente ao público até 30 do corrente na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça na Moita. Esta exposição, da autoria de Mário Albano, assinala o centenário do nascimento do poeta António Aleixo e divulga a sua poesia de uma forma original, fazendo o aproveitamento de resíduos industriais e desperdícios lenhosos. O horário da exposição é o seguinte: terça a sábado, das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 18.30 e, na quarta-feira, prolongamento até às 20.30.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Ao largo

A fragata portuguesa Vasco da Gama chegou, finalmente, às águas timorenses e encontra-se fundeada a três milhas náuticas do porto de Dili. Isto após ter largado há mais de dois meses de Portugal e ser «travada» no porto australiano de Darwin durante mais de um mês, numa espécie de limbo que ninguém compreende nem ninguém explicou, como se o vaso de guerra português padecesse de uma doença misteriosa a urgir quarentena, longe de todos e, sobretudo, afastada do único objectivo que ali a levou - a participação nas forças militares da ONU para repor a liberdade e a segurança em Timor-Leste.

Mas se a fragata Vasco da Gama demorou mais de dois meses a chegar às águas de Dili, isso não significou o fim da sua ostracização no processo timorense ou, dito de forma mais positiva, não significou o princípio do seu envolvimento efectivo nas operações. Novo episódio burlesco aguardava a força portuguesa.

Fundeada a fragata com Dili à vista, o comandante, sempre disciplinado, aguardou a visita a bordo do comando operacional da Interfet, deslocação, aliás, com que o general Cosgrove se limitaria a corresponder ao rigoroso cumprimento por parte do navio português das normas militares que regulam as operações da ONU, além de formalizar um passo indispensável para o início efectivo da participação portuguesa na missão.

As horas foram passando, e do comandante da Interfet nem novas nem mandados. O navio e a sua guarnição que esperassem, embora não se saiba o quê nem porquê. Perante tão embaraçosa descortesia, o comandante da Vasco da Gama lá foi desculpando o Estado Maior australiano com a invocação, para os jornalistas, de «falhas na comunicação» e, em mais um gesto de boa vontade, deslocou-se ele próprio a terra de helicóptero, sobrevoando a cidade destruída e pousando no perímetro militar da Interfet, como mandam as regras. Nova e desagradável descortesia o aguardava, com a agravante de a ela se somar uma intolerável arrogância, a rasar a provocação: o general Cosgrove mandou dizer que, além de não estar disponível naquele momento para receber o comandante português, também não autorizava o seu desembarque em território timorense.

Território que, segundo o definido pela própria ONU, continua sob administração portuguesa até à conclusão do processo de independência.

Em todo este grotesco folhetim há que distinguir o sangue-frio e o sentido de responsabilidade do comando da fragata Vasco da Gama e dos militares portugueses que a integram. Perante tanta grosseria e desfaçatez protagonizada pelos seus homólogos australianos, o que fica em evidência é a demonstração de uma grande qualificação militar e de um apurado profissionalismo por parte do comando e das tropas portuguesas em missão na fragata Vasco da Gama o que, em contraste com o procedimento do comando de Cosgrove, faz resvalar esta sua lamentável actuação para níveis de incompetência operacional. Sim, que é já de incompetência operacional que se trata quando o comando de uma força multinacional como a Interfet nem um relacionamento hierárquico consegue realizar.

O outro destaque vai para o Governo português e, infelizmente, por más razões.

Como é possível ao Executivo de António Guterres consentir nesta persistente e calculada marginalização de Portugal no processo timorense, quando até no esforço económico e financeiro que ele implica o nosso país é um parceiro de primeira linha, disponível como muitos outros mostram não o estar e actuante nesta matéria quando muitos outros - incluindo os «interessados países da área» - o tardam a ser? Ao manter a Vasco da Gama a três milhas de Dili, não é uma fragata que o lobby australiano da Interfet está a paralisar. É Portugal e o seu Governo que, intoleravelmente, estão a pôr ao largo.

■ Henrique Custódio

No dia dos 36 da Riopele CGTP exige justiça nos impostos

Para haver uma discussão séria sobre as reformas fiscal e da Segurança Social, não é admissível que os rendimentos do trabalho continuem a ser penalizados, face ao capital financeiro e ao património, declarou Carvalho da Silva.

O coordenador da CGTP-IN falava aos jornalistas num intervalo da reunião da Comissão Executiva da central, na passada segunda-feira, dia em que - como salientou logo no início do encontro com os jornalistas - retomaram os seus lugares na empresa os 36 trabalhadores da Riopele, a quem o Supremo Tribunal de Justiça deu razão na impugnação do despedimento colectivo feito há 3 anos, após um incêndio numa fiação da empresa de Pousada de Saramagos. Carvalho da Silva, acompanhado de Carlos Trindade e Maria do Carmo Tavares, sublinhou que a resistência à tentativa da Riopele teve benefícios até para os

50 trabalhadores que aceitaram indemnizações para rescindirem os contratos, uma vez que a empresa pretendia, pura e simplesmente, a caducidade dos contratos de trabalho. O regresso aos postos de trabalho, após a vitória em tribunal, vem mostrar mais uma vez, salientou o coordenador da Inter, que vale a pena lutar e que também vale muito o exemplo de quem resiste.

Preocupação

Ao dar conta dos trabalhos da Executiva, Carvalho da Silva disse que foram encaradas com «muita apreensão» as posições

do Governo sobre Segurança Social e política fiscal. Realçou que «não é base séria para discussão» falar em selectividade na Segurança Social «sem uma reforma fiscal ou com a reforma fiscal que foi anunciada», uma vez que subsistem «grandes distorções» no sistema fiscal, as quais são altamente prejudiciais para os trabalhadores por conta de outrem.

Entretanto, para a CGTP, o financiamento da Segurança Social é uma questão fundamental, que na proposta do Governo não encontra resposta. Outros factores merecem reservas, como o «plafonamento».

Quanto à política fiscal, a central entende que ela reflecte a política geral de secundarização do trabalho. «É inadmissível não tributar as fortunas financeiras», protestou Carvalho da Silva, salientando que «os rendimentos do trabalho não podem contribuir mais para a solidariedade do

que os rendimentos do capital e do património». Maria do Carmo Tavares, contrariando declarações públicas de Pina Moura, alertou que «não se pode tributar o património predial e não tocar o património mobiliário», já que isso iria levar a que, milhares de trabalhadores e famílias jovens, levados a comprar casa própria, seriam mais uma vez penalizados por tal opção.

Para uma reforma fiscal favorável aos trabalhadores, a CGTP exige que sejam identificados os rendimentos de cada cidadão, que a tributação abranja todos e que as taxas sejam progressivas (conforme os rendimentos). No actual estado de coisas, «o que está anunciado é uma fraude», concluiu Carvalho da Silva, denunciando que, para além do laxismo, «há interesse político» em não tocar os interesses de quem auferir rendimentos de capital.

Processo contra vidreiros injusto e para intimidar

«Pela primeira vez depois do 25 de Abril, trabalhadores do nosso concelho são confrontados, por iniciativa e pressão do poder político, com um processo que, na sua génese, tem como único propósito a intimidação presente e futura dos trabalhadores, no exercício da defesa dos seus direitos laborais», afirma a Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP, num comunicado em que expressa «a mais viva indignação» face à notícia de que o Ministério Público decidiu mover um processo-crime contra dirigentes sindicais e trabalhadores da Manuel Pereira Rol-

ção, que participaram nas lutas do final de 1994 e início de 1995.

Para os comunistas, «é inadmissível que as principais vítimas da sistemática violação da lei, com meses e meses de salários em atraso, sujeitos à prepotência de uma administração da empresa sem escrúpulos, à omissão permanente do poder político, cuja intervenção na crise se limitou à contínua e brutal repressão policial contra os trabalhadores, sejam ainda responsabilizados por acontecimentos cuja origem está na falta de respeito dos mais elementares direi-

tos dos trabalhadores, constitucionalmente consagrados».

Em contraste, a Concelhia aponta «a impunidade de que gozam os verdadeiros culpados da situação criada - a administração da Manuel Pereira Roldão - que, na defesa dos seus interesses egoístas, se colocou à margem da lei».

Aos trabalhadores e dirigentes vidreiros, o PCP «reitera a sua solidariedade», apela à solidariedade do povo da Marinha Grande e afirma-se convicto de que «os mais profundos sentimentos de justiça acabarão por imperar».

Semelhante apelo foi também

feito pela União dos Sindicatos de Leiria, no comunicado em que, na segunda-feira, denunciou a atitude do Ministério Público contra Sérgio Moiteiro, Durval Gaspar, Manuel dos Santos, Leonilde Alves Mendes, Alice Caeiro Domingues, Joaquim Ramos, Virgílio Marques e José António Cabral. São acusados, refere a USL/CGTP, de «sequestro», «desobediência qualificada» e «participação em motim armado».

«O que mais devia preocupar o MP era a averiguação do que foram as relações financeiras entre o Estado e os sucessivos governos, por um lado, e os sucessivos titulares da empresa, por outro, desde que esta deixou de estar em auto-gestão dos trabalhadores», contrapõe a União, indignada com o facto de serem levados a tribunal «aqueles que lutaram em defesa do direito humano fundamental ao trabalho e ao salário e a um padrão de vida digno, como refere a Carta dos Direitos do Homem».

Santarém

Realiza-se amanhã, na delegação escalabítana do Instituto Português da Juventude, o 5.º Congresso da União dos Sindicatos de Santarém. Na reunião magna da estrutura distrital da CGTP participam cerca de 120 delegados, representando 25 sindicatos, que vão analisar alterações estatutárias, aprovar uma plataforma de acção e eleger a direcção da USS para os próximos quatro anos.



Depois da policia de choque, os trabalhadores vão agora enfrentar o tribunal, contando novamente com a solidariedade de quem vê na luta o caminho mais certo para a justiça (foto de arquivo)

OGME em greve

O pessoal das Oficinas Gerais de Material de Engenharia entra em greve hoje à tarde, realizando uma marcha na zona de Belém, informou o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, que está a promover uma série de acções, durante este mês, no sector. O acento é colocado nos estabelecimento fabris do Exército, cujos tra-

balhadores exigem a revalorização das carreiras profissionais e dos salários, como já sucedeu no Arsenal do Alfeite, na Administração Pública e nas carreiras militares.

Arsenal do Alfeite - presente e futuro é o tema do encontro-debate que o STEFFAs/CGTP e a Comissão de Trabalhadores do Arsenal levam a cabo na próxima quarta-feira, dia 24, em Almada,

no Forum Romeu Correia. Em discussão, para a qual foram convidadas personalidades civis e militares com diferentes opiniões, vão ser colocadas «medidas que, a serem postas em prática, conduziriam a uma profunda alteração ou mesmo inversão do actual papel do Arsenal do Alfeite, no contexto das Forças Armadas», anuncia o sindicato.



3 2 2 9 9